

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

EMPREGO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NAS REGIÕES

METROPOLITANAS DE SÃO PAULO E DO RIO DE JANEIRO: anos 80

FERNANDO AUGUSTO MANSOR DE MATTOS *R / 36*

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Instituto de Economia da Universidade
Estadual de Campinas sob a orientação
do Prof. Dr. Paulo Eduardo Andrade Baítar *R / 11*

DE 001 4490
CM 001 262835

Campinas, julho de 1994.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

*Este exemplar
concorde de original
de sua defesa por
Fernando Augusto Mansor de
Mattos em 05/08/94 e orientado
pelo Prof. Dr. Paulo Eduardo Andrade
Baítar. CPB/IE, 05/08/94
Paulo Eduardo Andrade Baítar*

Este trabalho eu dedico à minha mãe,
mulher maravilhosa e de grande valor.

Multidões de pessoas estão agora preocupadas, mais do que nunca, apenas com as histórias de suas próprias vidas e com suas emoções particulares; esta preocupação tem demonstrado ser mais uma armadilha do que uma libertação.

Richard Sennett, "O Declínio do Homem Público - As Tirantias da Intimidade".

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq e à FAPESP, pelo apoio financeiro concedido respectivamente para o cumprimento dos créditos de Mestrado e para a elaboração desta dissertação.

A Eliane Rosandiski, amiga muito querida e sem cuja ajuda teria sido ainda muito mais "penoso" o entendimento dos programas de computador (especialmente o de grande porte) e mais demorada a elaboração dos dados necessários a esta dissertação. Nos anos de convivência no CEDE consolidamos uma amizade da qual tenho muito orgulho.

Ao Paulo Baltar, pelo profissionalismo, amizade e paciência. Com ele, aprendi muito, pois foi um orientador na melhor acepção do termo.

Ao Cláudio Dedecca, que me orientou no início desta caminhada.

Ao Manuelito, que me ajudou com o fornecimento de alguns dados da maior importância, exatamente no momento em que a elaboração desta dissertação tomava seu maior impulso.

Ao pessoal da Fundação SEADE, Sandra, Paula e Sinésio, extremamente cordiais e simpáticos quando precisei "trocar idéias" sobre as questões que foram discutidas neste trabalho.

Aos meus amigos de Mestrado, Ana Rosa, André, Andrés, Fernando, Fred, Jota, Marcelo, Pedro e Rai pelos momentos que passamos juntos dentro e fora de sala de aula.

Ao SPD do Instituto de Economia, especialmente a Tiana, pela presteza e simpatia de todas as horas.

A Alberto, Márcia e Cida, da Secretaria de Pós-Graduação, pela ajuda no encaminhamento das questões burocráticas.

A Dora e a Teresa, do CEDE, sempre empenhadas em "quebrar todos os galhos".

A Ana Rosa, Eliane, Fernando, Marcelo e todos os que estiveram ao meu lado no momento mais triste de minha vida.

A Ana e Guilherme Decot, Mônica e Lizia pela inesquecível convivência em "república".

Aos meus amigos do DIEESE, pela troca de idéias e pela ajuda de sempre.

A Samuel e a Neide, do CESIT, pelo apoio necessário nos momentos em que eu tinha que me encontrar com Baltar.

A Lucas, Medina e Berninha, amigos da Engenharia que tanto me ajudaram na época em que eu estava estudando para o exame da ANPEC.

A minha tia Márcia e ao Pedro pelo incentivo de sempre.

A minha família por "aturar" meus momentos de maior ansiedade.

Ao Corinthians, pelas alegrias de sempre.

Finalmente, e mais importante, a Sandra, meu amor e minha companheira, que sempre foi compreensiva e carinhosa quando eu precisei de apoio para superar os desvios de rota tão comuns na elaboração de uma dissertação de Mestrado.

IN MEMORIAN, ao meu querido pai, melhor amigo que tive e jamais terei em minha vida, insubstituível e que estaria tão feliz neste momento. Também e sempre a ele, que ainda teve tempo de me incentivar tanto, enquanto eu cumpria meus créditos de Mestrado. As qualidades que porventura meus amigos reconheçam em minha personalidade devem ser em muito imputadas a ele, pois éramos muito parecidos.

ÍNDICE

Apresentação	01
Capítulo 1 -ESTRUTURA OCUPACIONAL E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA EM INDUSTRIALIZAÇÕES TARDIAS	04
1.1 Introdução	04
1.2 Industrialização Tardia e Heterogeneidade Estrutural	06
1.3 Setor Informal:Modificações Estruturais e Formas de Determinação da Renda	12
Capítulo 2 -MUDANÇAS NOS PERFIS E NOS NÍVEIS DE RENDIMENTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO E DO RIO DE JANEIRO ENTRE 1981 E 1989	20
Capítulo 3 -ESTRUTURA OCUPACIONAL E PERFIL DISTRIBUTIVO NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO E DO RIO DE JANEIRO EM 1981	27
3.1 Introdução	27
3.2 Estrutura Ocupacional e Nível de Renda nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro em 1981	29
3.3 Perfil Ocupacional dos Estratos de Renda nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro em 1981	32

3.4 Estrutura Setorial das Posições na Ocupação nos Estratos de Renda nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro em 1981	35
---	----

Capítulo 4 -ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA OCUPACIONAL E NO PERFIL DISTRIBUTIVO DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO E DO RIO DE JANEIRO DE 1981 A 1989	55
---	----

4.1 Introdução	55
----------------------	----

4.2 Alterações na Estrutura Ocupacional e no Nível de Renda do Conjunto dos Ocupados das Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro entre 1981 e 1989	55
--	----

4.3 Alterações no Perfil Ocupacional dos Estratos de Renda nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro entre 1981 e 1989	60
--	----

4.4 Alterações na Estrutura Setorial das Posições na Ocupação nos Estratos de Renda das Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro entre 1981 e 1989	68
---	----

CONCLUSÕES	89
------------------	----

BIBLIOGRAFIA	99
--------------------	----

APÊNDICE	106
----------------	-----

APRESENTAÇÃO

O debate sobre distribuição de renda no Brasil assume, nos anos 80, contornos bastante diferentes daqueles envolvidos neste mesmo debate nas décadas anteriores¹. Desde meados da década de 50, quando se intensificou o processo de industrialização, até o final dos anos 70, a economia brasileira apresentou índices de crescimento econômico sem precedentes. Esta realidade colocou para o debate sobre a questão distributiva a tarefa de avaliar as razões pelas quais algumas parcelas da população conseguiram se beneficiar mais do que outras durante aquele período de prosperidade econômica e crescimento da renda.

A década de 80 marca uma ruptura daquele processo de crescimento econômico. Dentro da nova realidade de instabilidade econômica e perspectivas adversas de retomada do desenvolvimento em um ambiente de crônico processo inflacionário e falência do Estado é que se recoloca, nos anos 80, a questão da distribuição de renda. Portanto, na última década a concentração de renda ocorrida na economia brasileira foi acompanhada de uma nítida diminuição de rendimentos para uma camada bastante significativa da população trabalhadora, o que fez aumentar a tensão social tanto nas áreas rurais quanto nas áreas urbanas, especialmente nas grandes metrópoles.

O objetivo desta dissertação é fazer uma avaliação da evolução dos perfis de distribuição de renda do trabalho nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo nos anos 80 (utilizando os dados de rendimentos das PNAD's de 1981 e de 1989). Esta avaliação vai permitir traçar um quadro representativo das condições sócio-econômicas resultantes da perda de dinamismo econômico dos anos 80. Além disso, pretendemos avaliar o papel assumido pelas variáveis posição na ocupação e setor de atividade econômica nas alterações dos perfis distributivos de cada uma destas metrópoles durante os anos 80.

O processo de industrialização do Brasil conformou um mercado de trabalho complexo e integrado, no qual existem desde

1. Sobre o debate da questão da distribuição de renda no Brasil dos anos 60 e 70, ver R. Tolipan e A.C. Tinelli, A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975.

ocupações formais do pólo capitalista até as ocupações de pessoas que buscam alternativas de sobrevivência fora dos setores modernos da economia.

O grau de dinamismo econômico assumido por cada uma das metrópoles vai definir qual a proporção do total de ocupados que estarão inseridos nos setores formal e no informal, bem como qual será o perfil distributivo em cada um destes setores. A hipótese que norteia este trabalho é a de que São Paulo, por ser uma metrópole de maior desenvolvimento econômico, tem um maior nível de renda e um perfil distributivo menos desigual do que o Rio de Janeiro, que, além de ser menos industrializado, teve um menor dinamismo econômico nas últimas décadas, tendo sido mais afetado do que São Paulo especialmente nos anos 80. Desta forma, ao mesmo tempo em que aumentou o grau de concentração de renda em cada uma destas metrópoles, a diferença intermetropolitana de rendimento do trabalho também deve ter aumentado nos anos 80.

Nas alterações de níveis de renda e de perfis distributivos das duas metrópoles devem ter contribuído tanto o setor formal quanto o informal existentes em cada uma delas. A princípio, supõe-se que em uma metrópole de maior dinamismo econômico o chamado setor formal deve ter maior participação relativa no conjunto dos ocupados e, além disso, que seu setor informal (entendido como os empregados sem carteira e, principalmente, os trabalhadores autônomos) possui uma proporção maior do que na metrópole menos desenvolvida de ocupados com altas rendas.

Desta forma, a diferença de renda existente entre as metrópoles está em grande parte determinada pela diferença de composição dos respectivos setores informais, sendo que estes, de qualquer forma, têm seus espaços ocupacionais determinados pelo dinamismo econômico específico e pelo desenvolvimento do setor formal de cada uma das metrópoles. A inter-relação entre o pólo verdadeiramente capitalista e o setor informal e a magnitude da transferência de renda daquele setor para este deverão determinar as diferenças intermetropolitanas de renda e de perfil distributivo entre uma metrópole mais dinâmica e uma menos dinâmica.

Esta dissertação está composta por quatro capítulos. No capítulo 1, fazemos uma breve discussão a respeito dos setores formal e informal em países que passaram por um processo de industrialização tardia. Este processo de industrialização tardia, conforme veremos, condiciona a existência de uma acentuada heterogeneidade das estruturas produtiva e ocupacional, com resultados imediatos sobre o perfil de distribuição de renda. No capítulo 2, apresentamos dados sobre as rendas médias e percentual de renda apropriada pelos estratos decílicos das pirâmides distributivas de São Paulo e do Rio de Janeiro em 1981 e em 1989. No capítulo 3, fazemos uma desagregação do conjunto de ocupados das regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro segundo posição na ocupação e setor de atividade no ano de 1981, com o intuito de entender a composição dos setores formal e informal destas metrópoles e sua contribuição para os seus perfis distributivos e para as diferenças intermetropolitanas de renda existentes. No capítulo 4, analisamos, com a mesma desagregação do capítulo anterior, quais foram as principais alterações ocorridas, entre 1981 e 1989, na estrutura ocupacional e no perfil distributivo das regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Finalmente, apresentaremos as conclusões finais do trabalho.

CAPÍTULO 1

ESTRUTURA OCUPACIONAL E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA EM INDUSTRIALIZAÇÕES TARDIAS

1.1 INTRODUÇÃO

A questão do desenvolvimento econômico da América Latina estimulou a elaboração de uma série de estudos que tinham, como principal objetivo, sugerir políticas de superação do atraso social e tecnológico em que se encontravam estes países em um momento em que o mundo capitalista procurava se reconstruir (pós-Segunda Guerra).

A industrialização latino-americana e o esforço desenvolvimentista foram estimulados pelas teses gestadas na CEPAL¹, instituição criada em 1948. Baseando-se na realidade histórica dos países centrais, os autores cepalinos consideravam que um processo de industrialização poderia promover uma homogeneização da estrutura produtiva e social dos países latino-americanos.

Os resultados daquele processo de acumulação capitalista, porém, não foram os esperados, pois a desigualdade social não diminuiu nos países do continente. Pelo contrário, a miséria e a concentração de renda, até então associadas à falta de desenvolvimento econômico, haviam sido ampliadas depois de implementada a industrialização pesada². Ou seja, o desenvolvimento econômico ocorrido não foi capaz de trazer consigo o desenvolvimento social esperado.

A continuidade da desigualdade social nos países latino-americanos se expressou na existência de amplos segmentos populacionais excluídos dos setores modernos recém-instalados³, que propiciaram um salto para o capitalismo em sua fase oligopolista nesses países.

1. A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) faz parte da estrutura da ONU (Organização das Nações Unidas). As teses cepalinas iniciais estão reunidas em um estudo produzido por R.Prebisch. Ver CEPAL, Economic Survey of Latin America, 1949.

2. No sentido dado ao termo por J.M.Cardoso de Mello em Capitalismo Tardio, Brasiliense, 1982.

3. Sobre o padrão de crescimento econômico do Brasil e os setores líderes do surto de crescimento dos anos 50 (Plano de Metas) e dos anos 70 (II PND), ver J.Serra, "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra", in Desenvolvimento Capitalista no Brasil - ensaios sobre a crise, n.o 1, Brasiliense, 1982.

No final dos anos 60, os resultados do processo de industrialização, ao se apresentarem diferentes do que havia sido esperado, fizeram surgir reformulações dos estudos cepalinos iniciais a respeito das formas de superação do subdesenvolvimento no continente. Estes estudos buscavam interpretar a nova realidade econômica e social herdada por um tipo de desenvolvimento que se mostrou desigual, descontínuo e insuficiente para resgatar da miséria amplos segmentos da população. Os esforços de interpretação seguiam no sentido de avaliar as razões pelas quais o processo de desenvolvimento latino-americano gerou estruturas produtiva, ocupacional e de rendimentos tão desiguais.

Nos anos 70, surgiram com maior ênfase estudos a respeito do chamado "setor informal". Os ocupados do setor informal constituíam-se naquele excedente de mão-de-obra que havia ficado fora do setor dinâmico e organizado de forma capitalista.

Este capítulo pretende recuperar elementos da discussão sobre desenvolvimento econômico e mercados de trabalho urbanos, visando articular uma hipótese que ajude a compreender as diferenças de distribuição de renda entre grandes metrópoles com diferentes graus de dinamismo econômico. Ele está dividido em duas partes. Na primeira parte, apresentaremos brevemente o debate acerca da heterogeneidade estrutural surgida no processo de industrialização da América Latina. Os autores envolvidos neste debate procuravam avaliar aquele processo de desenvolvimento dentro de seu contexto histórico específico, ou seja, considerando que a industrialização da América Latina foi tardia, pois ocorreu quando o capitalismo monopolista já se encontrava instalado nos países centrais. O conceito de heterogeneidade estrutural, neste contexto, abarca não somente as desigualdades na estrutura produtiva vigente (resultantes das diferenças de produtividade entre os setores atrasados e os setores modernos instalados no processo de industrialização) mas também as desigualdades correlatas de estrutura ocupacional e de rendimentos.

Na segunda parte, examinaremos mais detidamente o tema do setor informal. Nesta parte do capítulo consideraremos, de modo especial, a contribuição do PREALC, programa da OIT que, nos anos 70, produziu estudos a respeito da classificação, funcionalidade e funcionamento do setor

informal dentro dos mercados de trabalho urbanos dos países da América Latina e do Caribe. Interessam-nos, em particular, as questões da relação entre os setores formal e informal e as formas de determinação de renda no setor informal.

1.2 INDUSTRIALIZAÇÃO TARDIA E HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL

Os escritos iniciais elaborados pela CEPAL, com vistas aos projetos desenvolvimentistas da América Latina, consideravam que o atraso da região não poderia ser superado sem que ocorresse uma modernização da estrutura produtiva através da industrialização destes países. Dessa forma, avaliava-se que a industrialização promoveria um processo de desenvolvimento econômico que seria suficiente para superar, ou, pelo menos, para reduzir, as desigualdades existentes tanto na estrutura econômica quanto na estrutura social.

Esta visão foi influenciada pelos resultados obtidos no processo de reconstrução das economias européias, o qual estava tendo sucesso no sentido de diminuir as diferenças sociais e promover um crescimento industrial com relativa homogeneização da estrutura produtiva.

Esperava-se, portanto, que os setores dinâmicos e modernos pudessem integrar completamente as atividades atrasadas que compunham a estrutura produtiva originalmente presente nesses países. Ou seja, considerava-se que a industrialização seria suficiente, por si só, para promover a superação da pobreza e a homogeneização das estruturas produtivas dos países latino-americanos. Nesse sentido, são esclarecedores os comentários de A.Pinto⁴, em trabalho que marca o início da fase de reformulações menos otimistas do que aquelas referentes às posições iniciais da CEPAL: "Não resta dúvida que a visão dessa experiência (dos países centrais) estava na mente daqueles que defenderam o caminho

4. A.Pinto, "Heterogeneidade Estrutural e Modelo de Desenvolvimento Recente", in J.Serra (coord.), América Latina - ensaios de interpretação econômica, Paz e Terra, RJ, 1976.

da industrialização na América Latina ... Em resumo, partia-se da suposição de que o novo "pólo" estabelecido em volta da indústria e projetado "para dentro" iria cumprir uma missão "homogeneizadora", semelhante à registrada nos "centros" ... nas primeiras fases da "industrialização substitutiva", foi possível pensar que a perspectiva tinha condições de se materializar. No entanto, atualmente, é notório que o otimismo desapareceu".

Dessa forma, o processo de industrialização que se intensificou nos países latino-americanos, a partir dos anos 50, teve como resultado a conformação de uma marcante heterogeneidade estrutural, segundo A.Pinto⁵. O conceito de heterogeneidade estrutural englobou, além do aspecto produtivo, uma constatação do grau de exclusão social gerado pela industrialização, apesar dos notáveis efeitos modernizadores que se instalaram nesse países.

A instalação do pólo dinâmico não havia conseguido arrastar os setores mais atrasados e gerou novas oportunidades ocupacionais que não proporcionaram condições para que as pessoas que delas se aproveitaram pudessem participar devidamente da modernização do padrão de consumo. Deste modo, o processo de desenvolvimento acabou conformando uma estrutura produtiva e social heterogênea.

Chama atenção o fato de que o processo de montagem da sociedade industrial foi bem menos "gradual" do que nos países centrais, onde a disseminação das técnicas permitiu ganhos gradativos de produtividade nos setores agrícola e "artesanal" que, por sua vez, apresentavam níveis de produtividade que não eram tão baixos comparados aos setores que se instalavam.

Na América Latina, a industrialização ocorreu em um momento histórico em que o desenvolvimento capitalista a nível mundial atingia a sua fase monopolista⁶. Sendo assim, a incorporação tecnológica nos países

5. op.cit.

6. Ver P.V. Bravo, "A distribuição da renda e as opções de desenvolvimento", in J.Serra (coord.), América Latina - ensaios de interpretação econômica, op.cit. Neste texto, vale citar uma comparação do autor a respeito dos distintos momentos históricos em que se processaram as respectivas industrializações dos países centrais e da América Latina: "Nos países industrializados, as características da criação e incorporação do progresso técnico

latino-americanos foi feita através da importação de processos produtivos já consolidados nos países desenvolvidos e representou "saltos" em relação ao espaço econômico original⁷.

A heterogeneidade da estrutura produtiva gerava uma heterogeneidade da estrutura ocupacional, condicionando, por conseguinte, uma enorme dispersão de rendimentos do trabalho. A existência de um grande contingente de mão-de-obra não-qualificada excluída dos setores mais modernos é um resultado da estrutura produtiva heterogênea que se conformou nesses países. Esse excedente, por outro lado, também atua no sentido de potencializar as desigualdades de renda existentes dentro do setor moderno e entre ele e o atrasado. Nesse sentido, vale citar as palavras de C.Dedecca⁸: "O excedente populacional atua a favor de uma contenção do processo de organização dos mercados de trabalho locais, afetando relativamente mais os trabalhadores menos qualificados e pior remunerados. Face à existência de uma oferta potencial, os trabalhadores que constituem a base do mercado de trabalho encontram-se numa situação de extrema

foram respondendo, em sua época, às exigências imediatas do sistema e projetando-se, com certa simultaneidade, sobre todo o aparelho produtivo...o processo de "modernização" foi relativamente generalizado e mesmo "funcional", considerando-se as condições concretas dessas economias. O nosso caso é diferente. As modalidades de vinculação com o exterior e a dependência externa que acompanha nosso desenvolvimento supõem o transplante automático daquelas tecnologias para as novas iniciativas industriais, com uma dupla consequência: nem sempre elas são adequadas às nossas condições específicas - principalmente considerando-se a relativa disponibilidade de mão-de-obra e capital -; além do que, apenas determinados segmentos do aparelho produtivo podem absorvê-las...Os países industrializados passaram por uma etapa de ativa concorrência entre um grande número de unidades produtivas e que foi, progressivamente, sendo substituída por formas monopólicas e oligopólicas que surgiram como consequência do próprio desenvolvimento das forças produtivas e a partir de níveis de produtividade já relativamente altos e generalizados no conjunto do sistema. Nos países latino-americanos o processo se desenvolveu de maneira diferente. O monopólio ou o oligopólio se fizeram presentes desde os primeiros passos da industrialização, superpondo-se a condições produtivas muito atrasadas".

7. O padrão de acumulação baseado na incorporação das tecnologias vigentes nos países centrais deu origem a um amplo debate a respeito do efeito concentrador de renda decorrente do chamado "modelo dos duráveis". Sobre esta questão, ver M.C.Tavares e J.Serra, "Além da estagnação. Uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil", in J.Serra (coord.), América Latina - Ensaio de interpretação econômica. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979. Nesse texto, os autores analisam o desenvolvimento econômico brasileiro do pós-guerra e ressaltam o papel do Estado brasileiro no sentido de reforçar o perfil concentrador de renda daquele modelo de desenvolvimento. Ver também P.R.Souza, "A Determinação dos salários e do emprego em economias atrasadas", Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP, Campinas, 1980. Nesse trabalho, o autor resalta o papel das chamadas "instâncias intermediárias" na relação entre a estrutura produtiva, a estrutura ocupacional e salarial. Estas "instâncias intermediárias" seriam as políticas salarial, financeira, fiscal etc., que conformaram um certo tipo de padrão de crescimento que, no Brasil, foi acentuadamente concentrador de renda. Sobre esta questão, ver também W.J.Quadros, O "Milagre Brasileiro" e a expansão da nova classe média". Tese de Doutorado, IE/UNICAMP, Campinas, 1991.

8. ver C.S.Dedecca, "Dinâmica Econômica e Mercado de Trabalho Urbano: uma abordagem da região metropolitana de São Paulo". Tese de Doutorado. Campinas, IE, 1990.

debilidade para se organizarem e, por conseqüência, negociarem melhoras em suas condições de trabalho. Essa oferta abundante de trabalho conforma um expressivo contingente de mão-de-obra não-qualificada, que afeta negativamente o poder de barganha dos trabalhadores pertencentes à base da estrutura ocupacional. Além disso, a manutenção de uma estrutura econômica bastante heterogênea, inclusive internamente ao setor moderno, é garantida pela existência desta extensa base de trabalho não-qualificado e de baixa remuneração ... a manutenção de uma baixa taxa de salário na economia possibilita a reprodução de estruturas salariais com elevados graus de disparidades, que, logicamente, repercute negativamente sobre a estrutura de rendimentos da população. Deste modo, a heterogeneidade produtiva tem sua correspondência nas estruturas ocupacionais e salariais".

Portanto, as condições para a superação dessa elevada heterogeneidade estrutural, nos países subdesenvolvidos, são adversas, na medida em que a existência de um expressivo contingente de mão-de-obra não-qualificada desfavorece um aumento da taxa salarial da base do mercado de trabalho, permitindo, sobre esta base de remuneração reduzida, a reprodução de uma estrutura salarial altamente diferenciada, bem como a manutenção de segmentos industriais com baixos índices médios de produtividade. Nas palavras de P.R.Souza e M.C.Tavares⁹, "...se, por alguma razão, a taxa de salários fosse aumentada..., as indústrias que não pudessem pagar salários neste novo nível deveriam suportar um processo de transformação drástica, com a eliminação de muitas firmas, concentração da estrutura produtiva, renovação de suas bases técnicas etc.". Em outra passagem do mesmo trabalho, os autores¹⁰ afirmam: "este verdadeiro "leque" de diferenciações salariais será tanto mais aberto quanto maior for a "heterogeneidade estrutural" da indústria, quanto mais modernos e concentrados forem seus setores de "ponta" em relação aos demais; e quanto mais baixa for a taxa de salários de base".

Uma avaliação da complexidade do mercado de trabalho nos países subdesenvolvidos, bem como a questão da exclusão de grande parcela da população das relações capitalistas dos setores mais modernos,

9. Ver M.C.Tavares e P.R.Souza, "Emprego e Salários - o caso brasileiro", in Revista de Economia Política, v.1, n.1, pp.3 a 29, janeiro-março de 1981, SP.

10. Ver M.C.Tavares e P.R.Souza, *op.cit.*

encontram-se presentes em texto de M.C.Tavares¹¹. Neste trabalho, a autora mostra que a industrialização gera um mercado de trabalho geral ou externo às empresas simultaneamente a um mercado interno de trabalho. Do mercado geral de trabalho participam todas as empresas, independentemente de seu tamanho, utilizando-o para recrutar trabalhadores não-qualificados ou aqueles escalados para ocupar os postos mais baixos de sua escala hierárquica.

Os mercados internos de trabalho, por outro lado, atendem à divisão funcional e à estrutura ocupacional das grandes empresas. Os trabalhadores destes cargos são recrutados dentro das próprias empresas ou na indústria de que a empresa faz parte, de acordo com critérios hierárquicos pré-estabelecidos. O funcionamento dos mercados internos de trabalho, deste modo, não expressa exclusivamente as condições do mercado geral (externo) de trabalho¹².

Nos países com alto grau de industrialização e elevada urbanização, a própria dinâmica do sistema capitalista cria o contingente populacional que vai compor o mercado externo de trabalho. Nas palavras de M.C.Tavares¹³, "este mercado geral de trabalho parece "externo" à indústria, mas não é independente da industrialização, que recria ela mesma as condições de oferta excedente de mão-de-obra, através da modernização periódica das estruturas industriais mais atrasadas e do movimento cíclico do processo de acumulação..." (tradução nossa).

No caso dos países subdesenvolvidos, em particular, as migrações rural-urbanas e o rápido crescimento vegetativo da população que reside nas cidades realimentaram os contingentes desse mercado externo de trabalho, grande parte dos quais não vão ter qualquer possibilidade de se integrar ao setor dinâmico da economia, ampliando a ocupação nos setores de baixa produtividade. Sendo assim, conformar-se-á uma enorme legião de excluídos, os quais terão de encontrar trabalho fora dos setores dinâmicos

11. Ver M.C.Tavares, Problemas de industrialización avanzada en capitalismo tardío y periférico, Texto para discussão n.º 94, IEL, UFRJ, março de 1986, RJ.

12. Ver P.Doeringer e M.Piore, Internal Labour Market and Manpower Analysis, Lexington, Mass, D.C., Ed.Hearth and Co., 1971.

13. Op.cit.

da economia. Sobre esta questão, M.C.Tavares¹⁴ afirma, "...a forma de submissão das grandes massas de população marginalizadas das relações capitalistas de produção não se dá no processo de trabalho, através do consumo produtivo de mão-de-obra, em estruturas de produção capitalistas. As massas urbanas que vivem separadas de seus meios de subsistência estão imersas nas relações mercantis de um mercado de bens e serviços cada vez mais sofisticados, no qual não desempenham outro papel que não seja o de consumidores forçados e desprezíveis de um excedente que não geram com sua força de trabalho. Esta força de trabalho não pode converter-se em trabalho produtivo de qualquer relevância, mas tem que ficar submetida a relações de servidão e ociosidade, naquele mundo ambíguo de relações informais, mas personalizadas, das 'corporações da miséria'. Infelizmente para eles, não podem ficar submetidos à disciplina da jornada de trabalho capitalista, isto é, não podem ser explorados" (tradução nossa).

Conforme salienta a autora, o contingente de excluídos das relações capitalistas de produção (e, portanto, dos setores modernos - setor formal) devem buscar no mercado informal de bens e serviços alternativas de sobrevivência, ficando dependentes das demandas geradas direta ou indiretamente pelos setores mais modernos, a quem passam a servir e a oferecer bens produzidos de forma não-capitalista.

Este elevado grau de exclusão gerado pela forma específica de acumulação capitalista dos países subdesenvolvidos, bem como as alternativas ocupacionais fora dos setores modernos, motivaram uma série de estudos sobre o chamado setor informal urbano.

14. Op.cit.

1.3 SETOR INFORMAL: MODIFICAÇÕES ESTRUTURAIS E FORMAS DE DETERMINAÇÃO DA RENDA

A idéia de setor informal¹⁵ começou a ser disseminada na América Latina em trabalhos elaborados por autores vinculados ao PREALC no início dos anos 70. Estes trabalhos tinham por objetivo último orientar políticas de emprego para este segmento específico da população ocupada nos países latino-americanos. As primeiras formulações teóricas sobre o assunto se preocuparam com a definição do setor informal. Conforme afirma P.R.Souza¹⁶ sobre o PREALC, "nos primeiros trabalhos relativos ao setor informal da América Latina se destaca a preocupação com os aspectos descritivos e dimensionais". Nos trabalhos seguintes avançou bastante a análise sobre o relacionamento deste setor com o setor verdadeiramente capitalista¹⁷.

Nas primeiras formulações do PREALC, destacou-se que o setor informal era produto da existência de um excedente de mão-de-obra nas áreas urbanas das economias subdesenvolvidas. Desta forma, o setor informal foi caracterizado como aquele no qual haveria elevada facilidade de entrada de novos ocupados com baixa qualificação.

A definição do setor informal pela inexistência de barreiras à entrada de novos "produtores" levou à conclusão de que a renda média dos ocupados nestas atividades dependia, de um lado, da magnitude do espaço econômico aberto a essas atividades, cuja dimensão era dada pela intensidade e formas da acumulação capitalista no país subdesenvolvido, e, de outro lado, da quantidade de pessoas que, não sendo absorvidas pela produção capitalista e/ou pelas atividades do Estado, eram obrigadas a disputar aqueles espaços do setor informal. Desta forma, o nível de ocupação do setor informal não é, como no formal, uma decorrência,

15. As primeiras formulações que utilizaram o termo "setor informal" estão em trabalhos clássicos encomendados pela OIT no Quênia e em Gana no início dos anos 70. Ver K.Hart, "Informal income opportunities and urban employment in Ghana", in *Journal of Modern African Studies*, Londres, 1973. Ver também, OIT, *Employment, Incomes and Equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya*, OIT, Genebra, 1972.

16. Ver P.R.Souza, *Sector Informal: evaluación crítica después de 10 años*, mimeo, IFCH/UNICAMP, Campinas, 1985.

17. Nesta dissertação vai interessar muito mais discutir a "funcionalidade" e a forma de inserção do setor informal dentro dos mercados de trabalho dos países latino-americanos, bem como as formas de determinação da renda de seus integrantes, do que apontar "saídas" para favorecer o setor.

mediatizada pela tecnologia, do nível de produção do setor. Neste sentido, pode-se dizer que no setor informal, muito mais claramente do que no formal, o nível médio da renda dos ocupados é a variável de ajuste entre as condições de oferta e de demanda do mercado.

Além de ser classificado como um setor de baixa renda, considerou-se que o setor informal produzia para pessoas também de baixa renda, formando uma estrutura de produção relativamente separada do setor formal. O PREALC reformulou esta visão dualista original, destacando que a produção do setor informal competia ou era complementar à do setor formal. A colocação da questão do inter-relacionamento das atividades dos setores formal e informal permitiu ao PREALC destacar a importância de se identificar no setor informal as atividades que, por serem complementares às do formal, poderiam se expandir com o desenvolvimento do setor formal, particularmente se contassem com o apoio de uma política pública delineada especialmente para promover aquelas atividades informais.

Estas apreciações do setor informal encontram-se presentes nos primeiros trabalhos do PREALC, como se pode notar nas palavras de P.R.Souza e V.Tokman¹⁸: "...dado que o setor (informal) se origina como consequência do excedente relativo de força de trabalho, pode-se postular que a facilidade de entrada deve constituir uma característica geral das atividades contidas nele". Esta questão da facilidade de entrada no setor tem um impacto imediato sobre a remuneração média: "o nível de renda dos ocupados no setor informal constitui uma variável de ajuste entre o tamanho do mercado e o número de pessoas que compete em suas atividades... e a evolução do mercado (informal) não apresenta clara tendência a aumentar".

Nesse texto, representativo dos primeiros trabalhos do PREALC, os autores pensavam que o nível de renda do setor informal influiria marcadamente sobre os fluxos migratórios na direção das cidades¹⁹. Esta questão da migração e das relações entre os setores formal

18. Ver "O Setor Informal e a Pobreza Urbana na América Latina", em Emprego, Salários e Pobreza, Hucitec, SP, 1980. Este texto reúne dois trabalhos anteriores dos autores, a saber: "El Sector Informal Urbano", PREALC, 1976 e "Distribución del Ingreso, Pobreza y Empleo en áreas urbanas", publicado por El Trimestre Económico, México, vol.XLV, 1978.

19. Ver J.R.Harris e M.P.Todaro, "Migration, Unemployment and Development. A Two Sector Analysis", in American Economic Review (Menasha, American Economic Association), march/1970. Neste texto, os autores

e informal foram reformuladas em trabalhos posteriores de P.R.Souza²⁰, que procurou "qualificar, reformular e ampliar"²¹ algumas das interpretações sobre o setor informal que havia feito em trabalhos anteriores.

Em primeiro lugar, o autor passou a dar mais ênfase ao fato de que o espaço econômico do setor informal seria um resultado passivo dos movimentos do setor capitalista (sistema hegemônico). Nesse sentido, afirma que: "A visão alternativa que hoje me parece mais correta sobre o funcionamento do setor informal portanto concebe-o como formas de organização que se inserem na estrutura econômica de forma intersticial junto com as formas propriamente capitalistas, mas atuando em espaços de mercado perfeitamente delimitados que são criados, destruídos e recriados pela expansão do sistema hegemônico. Quer me parecer que esse modo de visualização do problema expressa fielmente o que quisemos dizer ao considerar o setor informal como dependente do setor formal"²².

Em segundo lugar, o autor coloca de forma mais precisa a questão da heterogeneidade do setor informal e, por conseguinte, discute a definição anteriormente adotada para este setor, que destacava a facilidade de entrada de novos "produtores". Dessa forma, reconhece que o setor informal também comporta uma elevada heterogeneidade, pois nele estão situados "desde as pequenas empresas familiares (como as padarias, oficinas mecânicas etc.) até os vendedores ambulantes, engraxates e empregadas domésticas, passando inclusive por pequenas empresas que utilizam basicamente trabalho assalariado com certa qualificação ("microindústria" mecânica, metalúrgica etc.)"²³, que comportam diversos graus de facilidade de entrada.

Ao explicitar a composição heterogênea do setor informal, o autor, portanto, chama atenção para o fato de que as diferentes formas de

apresentam uma visão do processo migratório campo-cidade, ao afirmar que os migrantes optariam por deixar o campo se o rendimento a ser auferido na cidade pudesse ser um pouco superior.

20. Destacam-se, nesse sentido, o texto "Salário e Mão-de-obra Excedente"(1978), in Emprego, Salários e Pobreza, op.cit. e, especialmente, em "A Determinação dos Salários e do Emprego em Economias Atrasadas", Tese de Doutorado, op.cit.

21. Ver P.R.Souza (1978), op.cit.

22. Ver P.R.Souza (1978), op.cit.

23. Ver P.R.Souza (1978), op.cit.

organização da produção nele existentes estão relacionadas, também, a distintos graus de facilidade de entrada de novos "produtores" nos diversos segmentos destas atividades. Dessa forma, a facilidade de entrada deixa de ser uma característica determinante da separação entre os setores formal e informal. Além disso, as diferentes barreiras à entrada fazem com que somente em algumas atividades (não mais em todas) a renda média funcione como variável de ajuste entre o tamanho do mercado e o número de produtores. Nas atividades cujo acesso não é tão "livre", os rendimentos médios, portanto, serão mais elevados do que naquelas onde valha a hipótese anteriormente aceita de facilidade de entrada de novos "produtores", supondo-se a presença de um excedente de mão-de-obra.

Esta melhor qualificação da heterogeneidade do setor informal, aliada a uma tipologia²⁴ que procura definir mais precisamente as diversas formas de ocupação em atividades não-tipicamente capitalistas, acabam também fazendo com que seja abandonada a idéia de que o setor informal seria composto somente por mão-de-obra não-qualificada, só possuiria ocupados com baixa remuneração e destinaria toda sua produção de bens e serviços apenas a consumidores de baixa renda.

Em todo caso, qualquer que seja o grau de dificuldade de entrada, a qualificação necessária para o desempenho da ocupação, o nível da remuneração obtida e o destinatário dos bens ou serviços proporcionados, o que passa a definir a natureza do setor informal é o fato dele ser uma "pequena produção (que) não tem capacidade de gerar seu próprio espaço econômico numa economia em que o capital já é dominante"²⁵. Sendo assim, o setor informal, independentemente do nível de renda que seja capaz de proporcionar, está inserido em uma economia

24. As chamadas organizações não-capitalistas em economias urbanas atrasadas foram classificadas basicamente de acordo com as suas relações de produção em: (a) Formas de organização mercantis simples (sem assalariamento permanente), que seriam: (i) as empresas familiares; (ii) trabalhadores por conta-própria subordinados; (iii) pequenos vendedores de serviços e, ainda (b) quase-empresas capitalistas. Dessas formas, supõe-se que apenas em (ii) e (iii) a renda média funcione como variável de ajuste entre o mercado e o número de seus integrantes, pois as barreiras à entrada são mais frágeis. Ver P.R.Souza, Tese de Doutorado, op.cit.

25. Ver P.R.Souza, Tese de Doutorado, op.cit.

comandada pela lógica da acumulação capitalista, que marca, inclusive, os movimentos das atividades não-tipicamente capitalistas²⁶.

Em suma, o movimento hegemônico é aquele que se dá dentro do setor tipicamente capitalista que, por sua vez, delimita o espaço a ser ocupado pelas atividades não-tipicamente capitalistas. Dessa forma, enquanto algumas formas de produção não-tipicamente capitalistas vão sendo destruídas, o avanço do núcleo dinâmico capitalista vai abrindo espaços para a criação de outras formas não-tipicamente capitalistas. A facilidade de entrada dos produtores nas novas atividades não é a mesma em todas elas. A renda que pode ser auferida em cada um dos segmentos do setor informal vai depender do grau de facilidade de entrada nestes. Sendo assim, o setor informal não mais poderá ser classificado genericamente como de baixa renda e nem como tendo sua produção destinada exclusivamente a segmentos populacionais de baixa renda²⁷.

Portanto, enquanto os primeiros trabalhos sobre o setor informal caracterizavam-no com definições apriorísticas²⁸, os esforços teóricos empreendidos em criticar aquelas formulações iniciais²⁹ sobre o tema procuravam centrar sua análise nas relações de produção e de trabalho

26. Ver M.C.Cacciamali, Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção, IPE, SP, 1983. Neste texto, a autora ressalta a importância do setor dinâmico da economia na criação do espaço ocupacional do setor informal. Na passagem seguinte, a autora aborda esta questão e também apresenta um contra-argumento à idéia de facilidade de entrada de novos produtores no setor informal: "Acredita-se neste trabalho que a vida da produção informal é antes determinada pelo espaço econômico permissível pela dinâmica produtiva do capital do que pelo excedente de mão-de-obra...É evidente que este excedente alimenta e contribui com o setor informal em certos ramos de atividade, no entanto, não é esta a dimensão vital, já que o indivíduo expulso temporária ou definitivamente da produção pode converter-se à mendicância, marginalidade, prostituição etc...".

27. Sobre este ponto, ver também M.C.Cacciamali, Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção, op.cit., especialmente capítulos 2 e 3.

28. Alguns exemplos destes critérios para definir o setor informal são: número de ocupados, níveis de renda ou até critérios legais/morais. Para uma breve revisão da evolução do debate sobre setor informal, ver M.C.Cacciamali, "Expansão do Mercado de Trabalho não-Regulamentado e Setor Informal", em Estudos Econômicos, volume 19, número especial, pp.25-48, 1989, IPE-USP.

29. Comentando o trabalho do Quênia, a autora M.C.Cacciamali apresenta algumas observações: "...embora o conceito de dicotomia tivesse sido renovado - passando das categorias setores moderno-tradicional para formal-informal -, a análise, ainda, repousava sobre um enfoque dual-estático em que a maior parte das características do setor informal era definida a priori, ao invés de serem percebidas diretamente do concreto. Assim, em muitos trabalhos, o setor informal era considerado homogêneo e composto pelos trabalhadores mais pobres do meio urbano que não tinham tido acesso ao processo de modernização da economia. Além do mais permanecia o pressuposto de que o setor informal deveria desaparecer à medida que o processo de crescimento persistisse e espalhasse, de uma forma mais equitativa, os benefícios deste progresso econômico". Ver M.C.Cacciamali, Informalização Recente do Mercado de Trabalho Brasileiro, mimeo, convênio Organização Mundial do Trabalho/Ministério do Trabalho. São Paulo, novembro de 1989 (pp.14-15).

e na interação dinâmica que ocorre entre o setor informal e o setor formal no desenvolvimento capitalista que envolve um processo de urbanização. Sobre estas questões, vale citar as palavras de M.C.Cacciamali³⁰: "É a partir do fim da década de 70 e, principalmente, na década de 80, que se observa, na literatura especializada, uma evolução teórica mais intensa para estabelecer os limites do setor informal a partir das relações do trabalhador com os meios e os instrumentos de produção...A operacionalização do conceito do setor informal sob a ótica das relações de produção veio acompanhada do rompimento da abordagem dual-estática em favor de um enfoque dinâmico, subordinado e intersticial. A expansão e a dinâmica das atividades tipicamente capitalistas, ao mesmo tempo que criam uma configuração para as atividades formais, também deixam em aberto espaços econômicos que podem ser explorados pelo setor informal...O vínculo estrutural entre setor formal e informal é concretizado, ao longo do tempo, por um fluxo de renda permanente do primeiro para o segundo".

A própria expansão do setor dinâmico cria espaço para atividades que, por suas próprias características, muitas vezes não podem funcionar segundo as relações capitalistas de produção mas que nem por isso deixam de envolver bens ou serviços sofisticados, quer seja para atender exigências técnicas derivadas das ligações diretas destas atividades com os segmentos modernos do núcleo capitalista, quer seja para responder a padrões de consumo de uma parcela da população que possui altas rendas e que, portanto, podem ter acesso a esses bens e serviços de alto valor unitário.

As relações entre os setores informal e formal assume características específicas segundo as diferentes capacidades dinamizadoras do núcleo capitalista local nas diversas economias urbanas. Assim, em regiões que atingiram um grau de desenvolvimento capitalista mais expressivo, são maiores os espaços abertos às atividades não-organizadas na forma capitalista que fornecem bens e serviços mais sofisticados a empresas e/ou consumidores de alta renda. Por outro lado, nessas regiões de maior dinamismo econômico, a magnitude da parcela do setor informal que tem livre entrada é relativamente pequena vis-à-vis o conjunto da

30. Ver M.C.Cacciamali, Informalização Recente do Mercado de Trabalho Brasileiro, op.cit.

população ocupada, quer seja no setor formal ou no setor informal sem livre entrada³¹.

Vale salientar, porém, que, para qualquer grau de facilidade de entrada que caracterize um mercado informal específico, sempre é possível um vendedor ter vantagem competitiva em relação aos demais ocupados deste mercado, podendo então usufruir de um nível de renda mais elevada. Entretanto, a renda média de todos os vendedores em cada mercado informal depende da relação entre o número de competidores e o espaço econômico total que está sendo disputado³². Em geral, esta relação é mais favorável ao trabalhador da região de maior dinamismo econômico³³.

Deste modo, a remuneração no setor informal depende do nível de rendimento do setor formal e do modo como se processam as transferências de renda do formal para o informal. Estas transferências ocorrem quando o setor formal demanda bens ou serviços das atividades não-organizadas e/ou quando ocupados no setor formal demandam bens e serviços do setor informal. Sobre esta questão, vale citar uma passagem de M.C.Tavares³⁴: "o montante de renda que se filtra e "distribui" nestes setores informais depende menos da pequena produção mercantil, cujo valor é pouco significativo, que do poder de compra global das camadas médias e de sua demanda diversificada e crescente de serviços pessoais" (tradução nossa).

31. Ver P.E.A.Baltar e L.Guimarães Neto, Mercado de Trabalho e crise: notas para uma abordagem, ANPEC/PNPE/UNICAMP, Campinas, 1987. Neste trabalho, os autores mostram como os mercados de trabalho de São Paulo e de Recife se ajustaram na crise do início da década de 80. Em São Paulo, houve aumento expressivo do desemprego e do assalariamento sem carteira, enquanto em Recife houve um crescimento significativo especialmente do trabalho autônomo, mas também verificou-se uma expansão do desemprego, o que revela que, até em uma metrópole de menor dinamismo econômico, o setor informal não tem uma capacidade ilimitada de absorver toda a mão-de-obra que a retração da atividade econômica tornou redundante.

32. A dimensão do espaço econômico de cada mercado informal está determinada, conforme foi mencionado, pelos movimentos de expansão e retração ocorridos no núcleo dinâmico (setores capitalistas). Sobre esta questão, ver P.R.Souza, Tese de Doutorado, op.cit.

33. Ver também P.R.Souza, O que são Empregos e Salários, Coleção Primeiros Passos, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1986. Neste trabalho, analisando dados dos mercados de trabalho de São Paulo e de Recife referentes ao ano de 1970, o autor já apontava que as atividades autônomas de mais baixa qualificação tinham um peso maior na metrópole nordestina e, além disso, sua renda média era bastante inferior à de São Paulo. Sobre as diferentes composições do setor informal dependendo do grau de dinamismo econômico local, ver também C.S.Dedecca, Tese de Doutorado, op.cit.

34. Op.cit.

A hipótese que queremos avaliar neste trabalho é a de que, em uma metrópole mais dinâmica, supõe-se que o setor formal não só deve ter maior peso relativo na ocupação total como também o nível dos salários na base do mercado de trabalho formal deve ser mais elevado. Por outro lado, a metrópole com menor dinamismo econômico não só tem um setor informal que ocupa uma maior proporção de pessoas ativas como a participação das ocupadas em atividades informais de fácil entrada é maior e seu nível de rendimento médio é inferior. Essas diferenças intermetropolitanas nos perfis dos setores formal e informal têm fortes implicações sobre as diferenças de renda entre as metrópoles em favor da que tem maior dinamismo econômico. Enquanto na metrópole de menor dinamismo uma fração elevada da população ativa não tem outra ocupação que não as de baixíssima renda na parte do setor informal que tem livre entrada e somente uma fração relativamente reduzida dos ocupados formais e informais têm nível de renda elevado, na de maior dinamismo econômico é muito menor o peso na ocupação total dos ocupados de baixa renda do informal de livre entrada e pesam mais tanto os ocupados formais e informais de renda elevada como os formais de renda de nível intermediário³⁵. Assim, os ocupados da metrópole de maior dinamismo econômico têm não somente maior nível de renda mas também a distribuição de seus rendimentos é menor desigual.

Portanto, parece que as diferenças de renda do trabalho entre grandes metrópoles com distintos graus de dinamismo econômico são determinadas não só pelas diferenças de renda nos mercados de trabalho propriamente ditos de cada uma delas (entendido como o espaço cujas relações de trabalho se expressam na forma de assalariamento do trabalhador) como também pelas diferenças intermetropolitanas de rendas obtidas nos espaços ocupacionais não-assalariados.

35. As diferenças intermetropolitanas de renda dos setores formal e informal são elevadas. A alta proporção e o maior nível de remuneração do setor formal da metrópole com maior dinamismo econômico contribui para abrir maiores espaços para atividades informais com dificuldade de entrada, as quais são as que proporcionam, dentro do setor informal, as maiores remunerações, ao fornecerem bens e serviços sofisticados. Deste modo, embora as diferenças intermetropolitanas de renda do setor informal possam ser ainda maiores do que as do setor formal (podendo chamar a atenção, inclusive, do ponto de vista da comparação estatística dos perfis das duas distribuições), não se deve esquecer que o que está por trás destas diferenças intermetropolitanas do setor informal é, na verdade, uma diferença provocada pela diversidade dos setores formais das duas metrópoles, produto do diferente grau de dinamismo econômico de ambas.

CAPÍTULO 2

MUDANÇAS NOS PERFIS DISTRIBUTIVOS E NOS NÍVEIS DE RENDIMENTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO E DO RIO DE JANEIRO ENTRE 1981 E 1989.

Neste capítulo, pretendemos apresentar um quadro do impacto da crise econômica dos anos 80 sobre o nível e a distribuição da renda do trabalho nas duas principais metrópoles do país. Este quadro foi construído a partir dos dados das PNAD's¹, pesquisas anuais elaboradas pelo IBGE, que permitem captar não só os rendimentos do trabalho formal mas também os de ocupações mais precárias, assalariadas ou não.

Os dados referentes às rendas médias e percentuais da renda total apropriada pelos estratos decílicos da população ocupada nos anos de 1981 e de 1989 ilustram o aumento da concentração de rendimentos do trabalho durante os anos 80. A comparação entre São Paulo e Rio de Janeiro permitiu pôr em evidência a diversidade dos condicionantes deste processo de concentração da renda do trabalho nas duas maiores regiões metropolitanas brasileiras².

A opção por restringir a comparação às duas megalópoles do país deve-se ao fato de que elas constituem uma problemática sócio-econômica específica, diferente em natureza, das verificadas nas demais metrópoles, que têm tamanho bastante inferior. Em virtude da enorme diferença de tamanho e suas conseqüentes implicações sobre o estilo de vida da população e o custo de sua reprodução urbana, a variável renda assume nas megalópoles um significado diferente em termos de expressão sintética das condições sócio-econômicas vigentes. Por esse motivo, pode-se acreditar que tenha mais sentido comparar as mudanças ocorridas na distribuição de renda do trabalho dessas duas grandes metrópoles que entre qualquer uma delas e outras que sejam bem menores.

1. Ver Apêndice com observações a respeito da metodologia das PNAD's.

2. Para dados referentes às metrópoles brasileiras, ver IBGE - Indicadores Sociais: Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas. Municípios com mais de 100.000 habitantes. Rio de Janeiro, 1988. Entre outros dados, esta publicação mostra que, em 1980, 44% das pessoas ocupadas em atividades urbanas viviam nas regiões metropolitanas, com o Sudeste ocupando 73% destas pessoas, das quais 40% estavam na Grande São Paulo, 26% na Grande Rio e 7% na Grande Belo Horizonte.

A simples observação das mudanças nos níveis médios de rendimentos nos estratos e da distribuição decílica dos rendimentos do trabalho permite evidenciar a presença de dois diferentes padrões de deterioração da renda nas duas megalópoles. No caso de São Paulo, o aumento da concentração da renda verificou-se com ganhos reais dos rendimentos médios dos estratos mais elevados da pirâmide distributiva (sétimo ao décimo estrato decílico), enquanto no Rio de Janeiro a deterioração da renda afetou praticamente todos os seus estratos de rendimentos (tabela 2.1).

Na comparação do ocorrido com a distribuição de rendimentos do trabalho das duas metrópoles, deve-se levar em conta que o nível de renda é superior em São Paulo. Em 1981, a renda média do trabalho em salário-mínimo foi de 3,9 em São Paulo e 3,3 no Rio de Janeiro, uma diferença de mais de meio salário-mínimo em valores de 1980³, correspondendo a 16,6% da renda média do trabalho no Rio de Janeiro. Esta diferença aumentou ao longo dos anos 80, atingindo 1,4 salários-mínimos em 1989, ou o equivalente a 47,8% da renda média do trabalho no Rio de Janeiro neste ano. Os valores das rendas médias do trabalho, em 1989, foram de, respectivamente, 3,0 e 4,4 no Rio de Janeiro e em São Paulo (tabela 2.1).

A renda média do trabalho é superior em São Paulo em todos os estratos. Em 1981, a diferença foi de 50% no primeiro estrato decílico (formado pelos ocupados com renda inferior ao valor representado pelo primeiro decil), esteve entre 20% e 30% do segundo ao nono estrato decílico e era de apenas 6% no décimo estrato (composto pelos ocupados com renda superior ao nono decil).

3. Doravante, inclusive nos próximos capítulos, os valores em salários-mínimos referir-se-ão sempre a valores de agosto de 1980.

Ressalta-se ainda que a renda média dos ocupados com renda superior ao 95.o e ao 99.o percentil era um pouco maior no Rio de Janeiro do que em São Paulo em 1981. Ou seja, em 1981, o Rio de Janeiro oferecia oportunidades ocupacionais igualmente bem remuneradas a São Paulo apenas para uma bastante reduzida parcela de sua população economicamente ativa. Em 1989, as diferenças intermetropolitanas de rendimentos médios aumentaram em todos os estratos e mesmo entre os ocupados com rendimentos mais elevados passou a existir uma vantagem significativa em favor de São Paulo.

Esta ampliação dos diferenciais de renda média dos estratos em favor de São Paulo resultou da expressiva perda de renda ocorrida no Rio de Janeiro⁴, enquanto em São Paulo ela foi bem menor e restringiu-se aos estratos de renda inferior. Nos estratos mais elevados da distribuição de rendimentos do trabalho de São Paulo houve aumento real de renda média e eles foram proporcionalmente tanto maiores quanto mais elevado o nível de rendimento do estrato.

As diferenças de rendas médias dos estratos decílicos de 1981 e de 1989, em São Paulo, indicam claramente que o grau de concentração da renda do trabalho aumentou nesta metrópole. Este fato também aparece nas mudanças das parcelas da renda total apropriada pelos diferentes estratos, que aumentaram somente nos estratos superiores, tendo diminuído em todos os demais. No Rio de Janeiro, as maiores reduções de rendimentos médios ocorreram nos estratos intermediários da distribuição mas as proporções de renda apropriada também indicam um aumento no grau de concentração porque elas só aumentaram nos dois estratos decílicos superiores de remuneração.

4. No Rio de Janeiro, houve expressivas reduções de renda média nos estratos de renda inferior e, principalmente, nos intermediários, mas também houve reduções, ainda que modestas, nos estratos superiores da sua pirâmide distributiva. Em São Paulo, houve diminuição da renda média nos estratos inferiores e bastante modestas em alguns estratos intermediários. Portanto, a ampliação da diferença intermetropolitana de renda foi proporcionalmente maior nos estratos intermediários. Dessa forma, a parcela da renda total apropriada pelos estratos intermediários do Rio de Janeiro também diminuiu nitidamente mais do que em São Paulo. A dimensão das reduções proporcionalmente maiores dos rendimentos médios dos estratos intermediários do Rio de Janeiro, bem como, por conseqüência, das parcelas da renda total apropriadas por estes estratos nesta metrópole, pode ser avaliada através da comparação das relações e taxas definidas na tabela 2.1 para cada uma das metrópoles.

As parcelas de renda total apropriada pelos estratos decílicos ainda indicam que, em 1981, o grau de concentração da distribuição da renda do trabalho era maior no Rio de Janeiro do que em São Paulo pois elas são maiores em São Paulo em todos os estratos, salvo no estrato decílico de maior renda e nos estratos representados pelos 5% e pelo 1% mais rico (tabela 2.1).

Chama atenção o fato de que a distribuição da renda total apropriada pelos estratos tenha, em São Paulo, em 1989, um perfil muito parecido ao do Rio de Janeiro de 1981. Deste modo, o aumento da desigualdade de renda do trabalho ocorrido na década de 80 foi de magnitude semelhante à diferença que existia entre as duas metrópoles em 1981.

Este elevado grau de desigualdade do Rio de Janeiro de 1981 e de São Paulo de 1989 se manifesta no fato de que os ocupados incluídos no estrato formado pelos 10% de maior remuneração se apropriavam de uma parcela da renda total (44%) significativamente maior do que a apropriada por todos os ocupados nos oito estratos decílicos de renda inferior (40%), os quais abrangem 80% da população ocupada com rendimentos.

Em 1989, o grau de concentração da renda do trabalho no Rio de Janeiro era ainda maior pois os 10% mais ricos de sua população ocupada se apropriavam, neste ano, de uma parcela da renda total idêntica à de todos os demais 90% de sua pirâmide distributiva.

As comparações realizadas nos graus de desigualdade da distribuição da renda do trabalho no Rio de Janeiro e em São Paulo de 1981 e 1989 podem ser comprovadas através do contraste das respectivas

Curvas de Lorenz⁵. Assim, de acordo com o que mostra a tabela 2.2, em ambos os anos considerados a Curva de Lorenz da distribuição da renda do trabalho do Rio de Janeiro situa-se totalmente abaixo da de São Paulo. Por outro lado, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, a curva de Lorenz de 1989 também se coloca abaixo da de 1981 em toda a sua extensão. Portanto, não parece haver dúvidas de que, tomando-se qualquer um dos indicadores habituais de desigualdade (índice de Theil, de Gini, Redundância etc.), estes serão sempre superiores no Rio de Janeiro e terão aumentado nas duas metrópoles consideradas entre os anos de 1981 e 1989.

A diferença principal é que, no Rio de Janeiro, o aumento da desigualdade ocorreu com redução generalizada do poder de compra da renda do trabalho enquanto em São Paulo ela aumentou pelo menos um pouco para uma parcela expressiva da população ocupada, sendo que estes aumentos foram proporcionalmente mais elevados nos estratos superiores da pirâmide distributiva.

Este processo de deterioração dos perfis distributivos, ao longo dos anos 80, é tão mais grave pois parte de um perfil distributivo já acentuadamente desigual herdado das décadas anteriores de desenvolvimento econômico no Brasil. Esta elevada concentração de renda sobrevive às custas da existência de amplos segmentos da população que auferem níveis de rendimentos reduzidíssimos.

Nosso objetivo, nos capítulos seguintes, é verificar quais as modificações nas estruturas ocupacionais e setoriais destas duas metrópoles que acompanharam, durante os anos 80, esta contínua deterioração de seus perfis distributivos. Tentaremos ressaltar, especialmente, quais as alterações dos perfis ocupacionais e de rendimentos ocorridas dentro dos vários estratos das respectivas pirâmides distributivas de 1981 e de 1989.

5. Sobre a Curva de Lorenz e outros indicadores de concentração de renda, ver R.Hoffmann, Contribuição à Análise da Distribuição da Renda e da Posse da Terra, Tese de Livre Docência apresentada à ESALQ/USP, Piracicaba, 1971.

TABELA 2.1
RENDA APROPRIADA E RENDA MEDIA POR ESTRATOS (*)
REGIOES METROPOLITANAS DE SAO PAULO E RIO DE JANEIRO (1981-1989)

estratos	renda apropriada total (em%)				variacao renda aprapr.(em %)	
	SP		RJ		SP	RJ
	1981	1989	1981	1989	89/81	89/81
10% -	1,5	1,3	1,1	1,0	-11,8	-2,9
20%	2,7	2,2	2,5	2,1	-18,0	-18,2
30%	3,5	2,9	3,2	2,2	-16,4	-31,5
40%	4,4	3,8	4,0	2,8	-13,9	-28,7
50%	5,4	4,7	5,0	3,7	-13,4	-25,7
60%	6,8	5,9	6,2	4,8	-13,2	-23,4
70%	8,5	7,8	8,1	6,5	-7,2	-19,8
80%	11,3	10,8	10,5	10,4	-4,2	-0,8
90%	16,1	16,4	15,4	16,5	1,8	6,9
%10 +	39,8	44,2	44,1	50,0	11,1	13,4
5% +	27,0	31,4	32,2	34,5	16,3	7,1
1% +	9,3	11,5	10,9	13,0	23,7	18,3
relacao(1)	2,2	3,3	3,0	4,2 taxa(1)	46,8	38,0
relacao(2)	0,7	1,0	0,9	1,5 taxa(2)	44,3	66,1
estratos	renda media				variacao renda media (em %)	
	SP		RJ		SP	RJ
	1981	1989	1981	1989	89/81	89/81
10% -	0,6	0,6	0,4	0,3	-0,4	-6,1
20%	1,1	1,0	0,8	0,7	-7,4	-20,9
30%	1,4	1,3	1,1	0,7	-5,6	-34,8
40%	1,7	1,7	1,4	0,8	-1,4	-32,7
50%	2,1	2,1	1,7	1,2	-0,9	-29,5
60%	2,7	2,6	2,1	1,5	-0,5	-27,1
70%	3,3	3,5	2,7	2,1	6,2	-23,2
80%	4,4	4,8	3,5	3,0	9,6	-14,4
90%	6,3	7,4	5,2	5,3	16,5	1,1
%10 +	15,1	18,2	14,3	14,2	27,2	-0,7
5% +	20,8	27,7	21,8	20,6	33,2	-5,5
1% +	35,8	50,6	36,8	38,9	41,3	5,7
total	3,9	4,4	3,3	3,0	14,4	-9,9
relacao(3)	33,9	51,8	44,0	58,8 taxa(3)	52,6	33,6
relacao(4)	16,8	24,0	21,6	32,3 taxa(4)	42,7	50,0

Fonte:PNAD, IBGE, varios anos.

(*)Rendimentos em salarios minimos de agosto de 1980, deflacionados pelo (IPCA)-IBGE.

relacao(1):renda apropriada pelo 1% mais rico/renda apropriada pelos dois estratos decilicos mais pobres acumulados; relacao (2):renda apropriada pelo 1% mais rico/renda apropriada pelo 3.o, 4.o e 5.o estratos decilicos acumulados; relacao (3):renda media do 1% mais rico/renda media do 2.o estrato decilico; relacao (4):renda media do 1% mais rico/renda media do 5.o estrato decilico; taxas (1),(2),(3) e (4):taxas de crescimento das relacoes de 1981 a 1989.

TABELA 2.2
 RENDA ACUMULADA POR DECIS
 REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO E DO RIO DE JANEIRO
 1981-1989

estratos	Renda Acumulada(em %)				Diferença (SP-RJ)	
	SP		RJ		(em pontos perc.)	
	1981	1989	1981	1989	1981	1989
10% -	1,5	1,3	1,1	1,0	0,5	0,3
20%	4,2	3,5	3,6	3,1	0,6	0,4
30%	7,7	6,5	6,8	5,3	0,9	1,2
40%	12,1	10,3	10,8	8,1	1,3	2,1
50%	17,5	15,0	15,8	11,9	1,7	3,1
60%	24,3	20,8	22,1	16,7	2,3	4,2
70%	32,8	28,7	30,2	23,2	2,6	5,5
80%	44,0	39,5	40,6	33,6	3,4	5,9
90%	60,1	55,9	56,1	50,1	4,0	5,8
95%	73,0	68,7	68,0	65,6	5,0	3,1
99%	90,7	88,5	89,1	87,0	1,6	1,5
100%	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0

Fonte: IBGE, Pnads, varios anos.

CAPÍTULO 3

ESTRUTURA OCUPACIONAL E PERFIL DISTRIBUTIVO NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO E DO RIO DE JANEIRO EM 1981

3.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo pretende examinar as principais características da estrutura ocupacional das regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro em 1981 e relacioná-las com as diferenças de renda existentes entre elas. A caracterização da estrutura ocupacional será feita destacando a posição das pessoas na ocupação, levando em conta também o setor de atividade econômica destas pessoas. Foram consideradas apenas as pessoas ocupadas com algum rendimento (ou seja, foi descartado o trabalho familiar não-remunerado).

Nessa linha, as posições na ocupação consideradas foram: empregadores, trabalhadores por conta-própria (também chamados de autônomos) e empregados assalariados. Esta última categoria foi subdividida em empregados domésticos, de um lado, e empregados com e sem carteira de trabalho assinada, de outro. A ocupação de empregados domésticos foi destacada das demais por causa de suas peculiaridades em termos de relação de trabalho e de remuneração.

A classificação adotada para os setores de atividade constituiu-se em uma desagregação daquela em que são usualmente publicados os dados oficiais da PNAD. A classificação oficial separa as atividades da agricultura (reunindo atividades relacionadas à pecuária, silvicultura, piscicultura, extração vegetal etc.), indústria de transformação, construção civil, outras atividades industriais (serviços de utilidade pública, extração mineral etc.), atividades comerciais, prestação de serviços, serviços técnicos e auxiliares da atividade econômica¹, transporte/comunicação², atividades sociais³, administração pública⁴ e outras atividades (entre as

1. Segundo publicação da PNAD, inclui ocupados nas atividades de auditoria, engenharia, advocacia, publicidade etc.

2. Transporte aéreo, ferroviário, marítimo, rodov. passageiro e cargas, serviços postais, comunic. telefônica etc.

3. Inclui ocupados nas atividades assistenciais/beneficentes, previdência social pública e privada, sindicato e associação de classe, instituições científicas/tecnológicas ou filosóficas/culturais, atividades de cultos, partidárias, políticas, serviços médicos, ensino público e privado etc.

quais se destacam, especialmente, as atividades financeiras/imobiliárias, incluindo, ainda, atividades não-definidas, não-declaradas etc.). Este trabalho optou por explicitar as atividades financeiras/imobiliárias⁵ e, ainda, por separar, na prestação de serviços, as atividades de alojamento/alimentação, de reparação/conservação⁶ e os serviços pessoais/domiciliares⁷. As atividades agrícolas, devido à sua pequena e decrescente importância relativa nas regiões metropolitanas, foram descartadas do conjunto dos ocupados a ser analisado.

Para relacionar as características da estrutura ocupacional com as diferenças de renda das regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, foi utilizada uma classificação das pessoas ocupadas em função do nível de suas remunerações. Foram definidos 5 grupos (ou estratos) de renda da seguinte forma, conforme o quadro sintético abaixo:

QUADRO 1

GRUPO	NÍVEL DE RENDA	PROPORÇÃO DE OCUPADOS EM
DE RENDA	DOS OCUPADOS	CADA GRUPO (EM % DO TOTAL)
G1	ocupados com renda inferior ao 1.o decil ⁸	10
G2	ocupados com renda entre 1.o e 3.o decil	20
G3	ocupados com renda entre 3.o e 6.o decil	30
G4	ocupados com renda entre 6.o e 9.o decil	30
G5	ocupados com renda acima do 9.o decil	10

4. Ocupados no poder legislativo, serviço público federal, estadual ou municipal, forças armadas e polícia.

5. Inclui atividades ligadas a seguros e afins.

6. Reparação elétrica, veículos, madeira, instalações etc., geralmente realizadas em domicílios.

7. Reúne ocupados nas atividades de higiene pessoal, confecção, vestuário, limpeza/conservação, guarda/vigia etc.

8. Primeiro decil é o valor que separa os 10% mais pobres de uma distribuição dos demais ocupados. Ou seja, é o valor abaixo do qual se encontram os integrantes do primeiro estrato decílico da pirâmide distributiva. Da mesma forma, o nono decil é o valor acima do qual estão os 10% mais ricos da distribuição.

A análise das informações sobre posição na ocupação, setor de atividade e rendimento das pessoas ocupadas em São Paulo e Rio de Janeiro, no seu conjunto e em cada estrato de renda em particular, possibilitará a base para o exame empírico da relação entre as diferenças de estrutura ocupacional e de nível de renda entre estas duas metrópoles em 1981.

3.2 ESTRUTURA OCUPACIONAL E NÍVEL DE RENDA NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO E DO RIO DE JANEIRO EM 1981

Este item constitui-se numa primeira abordagem global do estudo da relação entre as diferenças de renda e de estrutura ocupacional entre as regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro em 1981. Nesta abordagem, será relacionada a diferença de renda média do conjunto dos ocupados de cada metrópole com suas distintas composições segundo posição na ocupação.

A estrutura ocupacional da metrópole paulista tem maior peso relativo do emprego com carteira de trabalho assinada do que a estrutura ocupacional da região metropolitana do Rio de Janeiro, onde a participação relativa do emprego doméstico e do trabalho por conta-própria são maiores do que em São Paulo (tabela 3.1).

Em todas as posições na ocupação, o rendimento médio de São Paulo supera o do Rio de Janeiro. A diferença nas posições na ocupação é maior do que a diferença entre as médias globais somente entre empregados sem carteira e entre trabalhadores por conta-própria, especialmente neste último caso, onde ela atinge quase 60%.

As observações anteriores permitem destacar a importância do trabalho por conta-própria para a diferença de renda média do conjunto dos ocupados entre São Paulo e Rio de Janeiro. Podemos verificar que a diferença de renda média do conjunto dos ocupados das duas metrópoles pode ser decomposta da seguinte maneira⁹: uma parcela bastante relevante

9. A diferença de renda média entre São Paulo e Rio de Janeiro é igual a 0.5 salário-mínimo de agosto de 1980, conforme vemos na tabela 3.1. Podemos decompor esta diferença em duas parcelas, que indicam a contribuição

(quase 81%) deve-se à diferença de renda (sempre em favor de São Paulo) na posição na ocupação, enquanto somente cerca de 19% pode ser atribuído às diferenças existentes entre as estruturas ocupacionais de cada uma das metrópoles. Mais especificamente, da parcela referente às diferenças de renda na posição na ocupação, destaca-se a diferença entre os conta-própria das duas metrópoles, que contribui com quase a metade (46%) daquela parcela, apesar destes trabalhadores constituírem apenas 15,4% do total de ocupados no Rio de Janeiro e 13,2% em São Paulo. Somando-se este resultado à contribuição de cerca de 6,7% das diferenças de rendimento entre os empregadores, verificamos que mais da metade da diferença de renda do conjunto dos ocupados das duas metrópoles que pode ser atribuída às diferenças de renda por posição na ocupação deve-se a ocupações não-assalariadas. Vale dizer, não deriva das diferenças de rendimento médio devida à compra e venda da força-de-trabalho, ou seja, não decorre diretamente das diferenças de mercado de trabalho propriamente dito entre as duas metrópoles em questão.

das diferenças de renda e de estrutura ocupacional para este resultado global. Desta forma, se $RmSP$ = renda média do conjunto dos ocupados em SP e $RmRJ$ = renda média do conjunto dos ocupados no RJ e ainda $Osp1$, $Osp2$, $Osp3$, $Osp4$ e $Osp5$ são, respectivamente, a participação relativa dos ocupados com carteira, sem carteira, dos empregadores, dos trabalhadores por conta-própria e dos empregados domésticos de SP e $Rsp1$, $Rsp2$, $Rsp3$, $Rsp4$ e $Rsp5$ suas respectivas rendas médias, definimos a diferença

$(RmSP - RmRJ) = 0,5$ salário-mínimo como:

$(Ospx * Rspx - Orjx * Rrjx) = 0,5$, onde cada um dos termos representa uma somatória com x variando de 1 a 5.

Mas podemos redefinir a diferença $RmSP - RmRJ = 0,5$ em duas parcelas P1 e P2, de tal modo que: $RmSP - RmRJ = P1 + P2$; sendo que:

$P1 = (Rsp1 * Osp1 - Rsp2 * Osp2) = Rsp1 * (Osp1 - Osp2)$, uma somatória com x variando de 1 a 5;

$P2 = (Rsp3 * Orj3 - Rrj3 * Orj3) = Orj3 * (Rsp3 - Rrj3)$, uma somatória com x variando de 1 a 5.

Fazendo-se as contas, verifica-se que $P1 = 0,10$ e $P2 = 0,42$, ou seja, a diferença de estrutura expressa na parcela P1 contribui com apenas 19,2% da diferença de renda média do conjunto dos ocupados nas duas metrópoles, enquanto a parcela P2 contribui com 80,8% daquele resultado, ou seja, da diferença de renda média global entre as duas metrópoles, aproximadamente 80,8% pode ser atribuída às diferenças de renda média nas posições na ocupação. Desdobrando-se a somatória da parcela P2, temos:

$$(Rsp1 - Rrj1) * Orj1 = 0,150;$$

$$(Rsp2 - Rrj2) * Orj2 = 0,038;$$

$$(Rsp3 - Rrj3) * Orj3 = 0,029;$$

$$(Rsp4 - Rrj4) * Orj4 = 0,199;$$

$$(Rsp5 - Rrj5) * Orj5 = 0,009.$$

$$SOMA = 0,425$$

Sendo assim, para uma somatória de 0,425, a diferença de renda (0,199) entre os conta-própria de São Paulo e do Rio de Janeiro (ponderada pelo percentual de ocupação destes trabalhadores no Rio de Janeiro) contribui, em 1981, com aproximadamente 46,8% da parcela que é responsável por aproximadamente 80,8% da diferença global de renda entre as duas metrópoles.

Os conta-própria do Rio de Janeiro, por apresentarem rendimento médio bastante reduzido, puxam para baixo o rendimento médio do conjunto dos ocupados nesta metrópole. Desta forma, o rendimento médio dos empregadores e o dos empregados com carteira estão, no Rio de Janeiro, em situação relativa um pouco mais favorecida do que estes segmentos ocupacionais em São Paulo, embora apresentem, em termos absolutos, rendimentos médios inferiores aos de São Paulo. Os dados da tabela 3.1 mostram que o rendimento médio dos empregadores no Rio de Janeiro são aproximadamente 2,5 vezes maiores do que o rendimento médio do conjunto dos ocupados nesta metrópole. Para os com carteira, esta relação é igual a 1,17. Em São Paulo, estes valores são, respectivamente, 2,35 e 1,07.

Esta acentuada diferença de rendimento médio entre os conta-própria das duas metrópoles, bem como a situação relativamente mais favorecida dos assalariados com carteira e dos empregadores do Rio de Janeiro em relação a São Paulo, refletem-se na distribuição dos ocupados nestas posições na ocupação segundo os cinco grupos de renda em que se divide a pirâmide distributiva global, referente à totalidade dos ocupados em cada uma das metrópoles.

Desta forma, a tabela 3.2 mostra que, na região metropolitana do Rio de Janeiro, quase 50% de seu conjunto de empregados com carteira se encontra nos grupos de renda 4 e 5, contra cerca de 44% em São Paulo.

Entre os trabalhadores por conta-própria de São Paulo, entretanto, mais de 40% se situam nos grupos de renda 4 e 5, enquanto estes mesmos estratos reúnem apenas pouco mais de 30% do total de autônomos do Rio de Janeiro.

Em suma, vimos que a acentuada diferença de rendimento médio dos trabalhadores por conta-própria entre as duas metrópoles foi a maior responsável para que o rendimento médio do conjunto dos ocupados de São Paulo se colocasse acima do rendimento médio do Rio de Janeiro. A remuneração do trabalho autônomo é tão baixa no Rio de Janeiro que torna os salários dos empregados com carteira desta metrópole relativamente mais

elevados do que os de São Paulo, quando comparados com as respectivas rendas médias globais.

Resta analisar como estas diferenças de renda média e de distribuição dos ocupados segundo posição na ocupação se refletem no perfil ocupacional de cada um dos grupos de renda das duas metrópoles.

3.3 PERFIL OCUPACIONAL DOS ESTRATOS DE RENDA NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO E DO RIO DE JANEIRO EM 1981

O item anterior concluiu que a diferença de renda média entre São Paulo e Rio de Janeiro é acentuada pelas diferenças de renda existentes entre os trabalhadores por conta-própria das duas metrópoles.

Neste item, pretendemos avançar na análise da relação entre as diferenças de renda e de estrutura ocupacional do Rio de Janeiro e de São Paulo, examinando o perfil ocupacional dos participantes de cada um dos cinco estratos de renda para averiguar se eles diferem muito entre as duas metrópoles, bem como para examinar as diferenças intermetropolitanas de renda das posições na ocupação em cada um dos estratos.

A maior diferença de renda entre as duas metrópoles ocorre no primeiro estrato de renda e ela é tanto menor quanto maior o nível de renda do estrato, sendo pouco significativa no estrato de renda superior (tabela 3.3).

Entre os 10% mais pobres, a diferença de renda entre São Paulo e Rio de Janeiro pode ser atribuída, praticamente em sua totalidade, às diferenças de renda entre as metrópoles em cada uma das posições na ocupação¹⁰, apesar das significativas diferenças intermetropolitanas de estrutura ocupacional deste estrato. Em todas as posições na ocupação, o rendimento do trabalho é muito maior em São Paulo. A diferença de rendimento é relativamente menor somente no caso dos empregados

10. Fazendo-se um exercício análogo ao explicado no pé-de-página acima. De qualquer forma, chamamos atenção para o fato de que, ao se considerar isoladamente cada estrato de renda, as diferenças entre posição na ocupação dentro de cada metrópole são necessariamente pequenas e portanto pesam pouco na explicação da diferença

domésticos e, mesmo neste caso, a renda média de São Paulo supera a do Rio de Janeiro em 24% (tabela 3.3).

Nos demais estratos de renda, as diferenças de rendimentos de cada uma das posições na ocupação entre as duas metrópoles são relativamente menores mas continuam a predominar sobre as diferenças de estrutura ocupacional¹¹, embora estas últimas não sejam desprezíveis (exceto no grupo de renda 4). Nos três estratos de renda intermediária, que respondem em seu conjunto por 80% das ocupações nas duas metrópoles, as diferenças de renda por posição na ocupação são relativamente semelhantes. Já no último estrato (10% mais ricos), a diferença de renda só é significativa para empregados sem carteira e trabalhadores por conta-própria (tabela 3.3).

Os resultados do exercício de decomposição das diferenças intermetropolitanas de renda em cada um dos estratos contrastam com o resultado verificado no exercício realizado tomando-se a população ocupada total, na medida em que este último destacou as diferenças de renda no caso dos trabalhadores por conta-própria, enquanto o primeiro mostrou que em todos os estratos as diferenças de renda em favor de São Paulo não são particularmente marcantes no caso dos trabalhadores por conta-própria, mas são decorrentes de diferenças intermetropolitanas de renda de magnitude semelhante em todas as posições na ocupação.

Para entender porque a diferença intermetropolitana da renda do trabalhador por conta-própria é tão maior do que a das demais posições na ocupação em termos globais, mas não em cada um dos estratos de renda tomados isoladamente, é preciso levar em conta as diferenças de perfil ocupacional dos estratos entre as duas metrópoles. Assim, o peso do trabalho por conta-própria no primeiro estrato de renda (10% mais pobres) é muito maior no Rio de Janeiro do que em São Paulo, onde se destaca mais o peso do assalariamento com e sem carteira assinada (tabela 3.4). Esta diferença de estrutura ocupacional, no entanto, pesa pouco na explicação da diferença intermetropolitana de renda nesse estrato, pois as diferenças

intermetropolitana de renda existente nos estratos, apesar das diferenças intermetropolitanas de estruturas ocupacionais.

11. Por razões que já alertamos em pé-de-página acima.

intermetropolitanas de renda para cada uma dessas posições na ocupação são bem maiores que as diferenças dentro de cada metrópole entre as posições na ocupação (tabela 3.3).

Portanto, para efeito da comparação de renda entre Rio de Janeiro e São Paulo no caso do estrato formado pelos 10% mais pobres, é mais relevante o fato de serem muito baixos os salários e os rendimentos do trabalho por conta-própria no Rio de Janeiro do que a participação desproporcionalmente elevada, nesta metrópole, do trabalho autônomo no perfil ocupacional deste estrato.

No outro extremo, o estrato formado pelos 10% mais ricos, o salário do empregado sem carteira e o rendimento do trabalho por conta-própria também são relativamente baixos no Rio de Janeiro. Entretanto, este fato não provoca uma grande diferença de rendimento médio global neste estrato em favor de São Paulo, porque o trabalho por conta-própria no estrato de renda superior tem um peso menor no Rio de Janeiro (onde se destaca o peso relativo do empregado com carteira, que tem rendimento médio semelhante ao de São Paulo) e o empregado sem carteira, tanto em uma como em outra metrópole, tem uma participação relativa pequena, ao mesmo tempo em que, em São Paulo, o rendimento do trabalho por conta-própria é apenas um pouco inferior ao nível dos salários, praticamente não se distinguindo dos salários auferidos pelos empregados com e sem carteira de trabalho assinada (tabelas 3.3 e 3.4).

Dessa forma, a grande diferença de renda média global do trabalho por conta-própria entre São Paulo e Rio de Janeiro reflete uma renda em geral relativamente baixa no Rio de Janeiro para esta posição na ocupação, por um lado, e a participação desproporcional dos conta-própria no estrato de mais baixa renda no Rio de Janeiro e de mais alta renda em São Paulo.

A análise das diferenças de rendimentos e de estrutura ocupacional dos estratos de renda das duas metrópoles põe em evidência uma enorme diferença do nível de renda da base da pirâmide distributiva entre Rio de Janeiro e São Paulo. Refletindo a presença de um mercado de trabalho mais dinâmico em São Paulo, sua base distributiva, além de

apresentar um nível de rendimento superior ao do Rio de Janeiro, inclui, em sua composição, trabalhadores por conta-própria, empregados domésticos e também assalariados com e sem carteira de trabalho assinada. Enquanto isso, no Rio de Janeiro a renda média dos empregados domésticos situa-se um pouco acima da base da pirâmide distributiva, onde se destacam principalmente o trabalho por conta-própria mas também, com menor peso relativo, o assalariamento com e sem carteira assinada.

O topo da pirâmide distributiva tem um nível de renda muito parecido em São Paulo e no Rio de Janeiro, mas o perfil dos participantes é bastante diferente. Em ambos os casos estão presentes os empregados formais das grandes empresas e os empregadores, mas, em São Paulo, o topo da pirâmide também inclui muitos trabalhadores por conta-própria e alguns empregados sem carteira. Deste modo, ressalta no Rio de Janeiro a diferenciação interna do salário do emprego formal pela convivência de grandes empresas com um mercado de trabalho pouco dinâmico. Porém, na maior desigualdade da renda do trabalho no Rio de Janeiro também pesa muito a elevada participação do trabalho por conta-própria de baixíssima remuneração, o que contribui para rebaixar ainda mais o nível de rendimento da base da pirâmide distributiva desta metrópole.

Resta avaliar se estas diferentes características ocupacionais e de renda dos distintos estratos nas duas metrópoles estão condicionadas por acentuadas diferenças de setor de atividade econômica.

3.4 ESTRUTURA SETORIAL DAS POSIÇÕES NA OCUPAÇÃO NOS ESTRATOS DE RENDA NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO E DO RIO DE JANEIRO EM 1981

Neste item, pretendemos verificar a distribuição setorial das posições na ocupação dentro de cada grupo de renda, visando avaliar a contribuição de suas diferenças intermetropolitanas para a explicação das grandes diferenças de renda entre as metrópoles, em cada uma das posições na ocupação, constatadas no item anterior.

No grupo de renda 1, formado pelos 10% mais pobres, podemos perceber uma acentuada diferença de estrutura setorial entre os empregados com carteira de cada uma das metrópoles. Em São Paulo, a indústria de transformação (38,3%) e a administração pública¹² (16,2%) contribuem, em conjunto, com mais da metade destes assalariados de baixa remuneração. No Rio de Janeiro, porém, é muito mais expressivo (72%) o peso dos funcionários públicos entre os assalariados com carteira deste estrato¹³ (tabela 3.5).

A diferença intermetropolitana de salários médios dos empregados com carteira do grupo de renda 1 é significativa porque, em São Paulo, há uma proporção bastante maior do que no Rio de Janeiro destes empregados em outros setores de atividade que não a administração pública, nos quais os salários médios são muito mais elevados do que os dos funcionários públicos tanto de São Paulo quanto do Rio de Janeiro¹⁴.

Esta diferente composição setorial dos empregados com carteira do grupo de renda 1 das metrópoles ocorre porque em São Paulo não há uma parcela tão elevada de trabalhadores por conta-própria de baixíssimos rendimentos como ocorre no Rio de Janeiro¹⁵. Portanto, para completar os 10% de ocupados de menor remuneração de São Paulo, é preciso incorporar aos demais ocupados deste estrato uma parcela bem mais expressiva de empregados com carteira do que no Rio de Janeiro. Estes empregados com carteira são oriundos de diversos setores de atividade (inclusive da Indústria), possuindo remuneração bastante maior do

12. Todos os ocupados no setor de administração pública das metrópoles foram classificados na posição na ocupação "empregados com carteira assinada".

13. Essa maior participação dos funcionários públicos entre os empregados com carteira de baixa renda no Rio de Janeiro ocorre apesar do fato de que, nesta metrópole, a parcela em relação ao total de funcionários públicos que tem renda muito baixa é menor do que em São Paulo. Ocorre que a proporção de funcionários públicos entre todos os empregados com carteira é muito maior no Rio de Janeiro (12,3% e 5,6%, respectivamente - ver tabela 3.10) enquanto que a proporção de empregados com carteira que tem renda muito baixa é bastante maior em São Paulo (2,5% contra 1,0% - ver tabela 3.2).

14. Neste grupo de renda, a remuneração média dos funcionários públicos de São Paulo é apenas 20% superior à dos do Rio de Janeiro, enquanto que no conjunto dos empregados com carteira de baixa renda esta diferença é de cerca de 69% (tabela 3.5).

15. Na tabela 3.4, vemos que, no grupo de renda 1, há 22,6% de trabalhadores por conta-própria em São Paulo e 39,7% no Rio de Janeiro. Em São Paulo, neste mesmo estrato, há 17,0% de empregados com carteira e, no Rio, apenas 6,4%.

que aqueles funcionários públicos mal remunerados tanto do Rio de Janeiro quanto de São Paulo (tabela 3.5).

No caso dos empregados sem carteira deste estrato de renda, a diferença de estrutura setorial entre as metrópoles é relativamente pequena, excetuando-se o maior peso relativo do comércio no Rio de Janeiro e o maior peso relativo da indústria em São Paulo (tabela 3.5). Entre estes assalariados, a grande diferença intermetropolitana de salários parece refletir a generalizada superioridade da base salarial do emprego sem carteira de trabalho de São Paulo.

Também entre os conta-própria de baixa renda existe uma relativa semelhança entre as estruturas setoriais das duas metrópoles. Em ambas, mais da metade desses trabalhadores por conta-própria ocupam-se em serviços de reparação/conservação¹⁶. Na metrópole paulista é um pouco maior a parcela de autônomos de baixa renda nas atividades comerciais e de construção civil¹⁷ (tabela 3.5).

A elevada diferença intermetropolitana de rendimentos entre os autônomos de baixa renda está associada a uma maior dispersão desses rendimentos em São Paulo, enquanto no Rio de Janeiro predomina um patamar de baixa remuneração, que faz com que o trabalhador por conta-própria desta última metrópole tenha uma renda média inferior à dos empregados domésticos do grupo de renda 1 (tabela 3.3).

Nos estratos de renda intermediária (grupos de renda 2, 3 e 4 - tabelas 3.6 a 3.8), que reúnem 80% dos ocupados de cada uma das metrópoles, a diferença intermetropolitana de renda dos assalariados é um fenômeno generalizado por todos os setores de atividade¹⁸, situando-se

16. No Rio de Janeiro, quase 25% de todos os ocupados no grupo de renda 1 são autônomos dos serviços de reparação/conservação e, em São Paulo, eles são cerca de 12% deste estrato.

17. Essa maior proporção de autônomos do comércio entre os autônomos de baixa renda, em São Paulo, ocorre apesar de que nesta metrópole a proporção de autônomos do comércio que tem baixa renda, dentro do conjunto de autônomos ocupados nestas atividades, é menor do que no Rio de Janeiro. Isto se deve ao fato de que a proporção de autônomos do comércio entre todos os autônomos é maior em São Paulo (24,2% contra 19,1% - ver tabela 3.13), ao mesmo tempo em que é maior no Rio de Janeiro a parcela de autônomos de baixa renda dentro do conjunto dos autônomos (25,7% contra 17,2% - tabela 3.2).

18. Nestes estratos intermediários, verificamos que, em relação ao que ocorre no grupo de renda 1, há um aumento expressivo no peso relativo da indústria, principalmente entre os com carteira mas também entre os sem carteira das duas metrópoles. Este resultado apenas reflete, em cada uma delas, o respectivo peso das atividades

entre 20% e 30% em favor de São Paulo tanto entre os empregados com carteira quanto entre os empregados sem carteira. Esta diferença intermetropolitana de renda entre os assalariados, portanto, reflete o maior dinamismo do mercado de trabalho de São Paulo¹⁹.

No caso dos empregadores do grupo de renda 3²⁰, no Rio de Janeiro, quase 2/3 estão reunidos no comércio (22,7%), serviços técnicos/auxiliares (20,5%) e nos serviços de alojamento/alimentação (20,5%). Em São Paulo, também é muito importante o peso do comércio (35,1%) e dos serviços técnicos/auxiliares (29,3%) que, em seu conjunto, reúnem 2/3 dos empregadores deste estrato (tabela 3.7).

A elevada diferença intermetropolitana de rendimentos dos empregadores do grupo de renda 3 deve-se ao fato de que os empregadores relativamente melhor remunerados (neste estrato) do Rio de Janeiro (que estão nos serviços de alojamento/alimentação e no comércio) possuem uma remuneração inferior às dos empregadores melhor remunerados de São Paulo (que estão nos serviços técnicos/auxiliares e no comércio). Além disso, os empregadores dos serviços de alojamento/alimentação e do comércio, no Rio de Janeiro, representam uma parcela menor do que os empregadores relativamente melhor remunerados neste grupo de renda em São Paulo (tabela 3.7).

Por outro lado, tanto no caso dos empregadores do grupo de renda 4, quanto entre os autônomos de todos os grupos de renda intermediária, a estrutura setorial das duas metrópoles é semelhante e a

industriais dentro do conjunto dos assalariados. Existem outros setores cuja participação entre os assalariados varia, nas duas metrópoles, de acordo com o grupo de renda considerado, como o comércio (entre os com carteira e entre os sem carteira) e serviços de reparação/conservação (entre os com carteira), cujos pesos relativos são tanto menores quanto mais elevados os estratos de renda; e, por outro lado, as atividades financeiras/imobiliárias e a administração pública (com carteira) e os transportes/comunicações (com e sem carteira), cujos pesos relativos são tanto maiores quanto mais elevados os estratos de renda.

19. Esta vantagem dos salários de São Paulo sobre os do Rio de Janeiro ocorre desde o grupo de renda 2, cujos assalariados estão mais próximos da base, até o grupo de renda 4, cujos integrantes estão todos acima da mediana da distribuição e, assim, mais próximos ao topo da pirâmide distributiva.

20. Tomando-se a distribuição do conjunto dos empregadores pelos estratos de renda, somente a partir do grupo de renda 3 é que pode ser encontrada uma parcela não desprezível deste total. Neste estrato, estão ocupados

diferença intermetropolitana de renda destes trabalhadores em cada um destes estratos é um fenômeno generalizado em favor de São Paulo²¹.

No grupo de renda 5, a diferença de renda entre os empregados com carteira das duas metrópoles não é particularmente elevada, embora as estruturas setoriais destes assalariados sejam diferentes em cada uma delas (tabela 3.9).

Em São Paulo, o emprego com carteira nas grandes indústrias possui enorme importância entre os mais altos rendimentos desta metrópole²². No Rio de Janeiro, a indústria também tem um alto peso relativo entre os empregados com carteira de alta renda, mas vem acompanhada da administração pública e das atividades sociais²³. Entretanto, o salário médio da administração pública e das atividades sociais nesta metrópole é relativamente baixo. Isto é compensado pelo peso relativamente elevado e pela alta remuneração do emprego com carteira nas atividades de transportes/comunicações do Rio de Janeiro (tabela 3.9).

Ao contrário do que ocorre entre os empregados com carteira do grupo de renda 5, as diferenças intermetropolitanas de salários dos empregados sem carteira são expressivas²⁴. Os empregados sem carteira de alta renda estão concentrados, em São Paulo, em poucas atividades. Elas são indústria, atividades financeiras/imobiliárias e serviços pessoais/domiciliares (que, conjuntamente, reúnem mais de 80% destes empregados).

21. No grupo de renda 4, os rendimentos dos empregadores de São Paulo são 21% maiores do que os do Rio; Os autônomos de São Paulo têm remuneração média de 34%, 27% e 21% maiores do que estes trabalhadores no Rio, respectivamente nos grupos de renda 2, 3 e 4 (tabelas 3.6 a 3.8).

22. Considerando-se que, no grupo de renda 5, 68,8% do total de seus integrantes sejam empregados com carteira e que, dentre estes, 55,5% estão inseridos na indústria, podemos concluir que os empregados formais da indústria correspondem a cerca de 38,2% de todos os ocupados neste grupo de renda em São Paulo (no Rio de Janeiro, estes empregados correspondem a apenas 21,6% do total de ocupados do estrato dos 10% mais ricos). Além disso, vale ressaltar que, de todos os empregados com carteira na indústria da metrópole paulista, aproximadamente 11,9% estão inseridos no grupo de renda 5, revelando uma pequena concentração relativa de empregos formais deste setor entre os 10% mais ricos. Ou seja, o alto peso do emprego industrial com carteira no grupo de alta renda reflete mais o peso da indústria neste tipo de trabalho do que o elevado perfil de remuneração dos empregados com carteira neste setor de atividade econômica.

23. Esta relativamente elevada parcela de funcionários públicos no estrato de renda formado pelos 10% mais ricos do Rio de Janeiro deve-se à existência de funções altamente remuneradas em órgãos ou entidades que, provavelmente, existem desde quando o Rio de Janeiro era a capital da República.

24. Conforme salientamos no item anterior (item 3.3).

A diferença intermetropolitana de renda dos empregados sem carteira do estrato dos 10% mais ricos está em boa parte determinada pela diferença de salários existente na indústria, setor que ocupa, em cada uma das metrópoles, a maior parcela destes assalariados, destacando, neste particular, a região metropolitana de São Paulo. A diferença intermetropolitana de renda dos empregados sem carteira é ainda acentuada pela elevadíssima diferença intermetropolitana de renda nas atividades de transportes/comunicações, embora o peso destas atividades, especialmente em São Paulo, não seja tão expressivo²⁵ (tabela 3.9).

Com relação aos trabalhadores por conta-própria do grupo de renda 5, o comércio e os serviços pessoais/domiciliares, em conjunto, reúnem metade destes trabalhadores em São Paulo. No Rio de Janeiro, além destas duas atividades, é bastante expressiva, entre os autônomos de alta renda, a participação das atividades sociais e dos serviços de transportes/comunicações (tabela 3.9).

Em São Paulo, a remuneração média dos autônomos de altas rendas encontra-se em um patamar bastante próximo do salário médio dos empregados com carteira do estrato dos 10% mais ricos. A elevada renda média dos trabalhadores por conta-própria deste estrato é resultado de uma maior dispersão de rendimentos em São Paulo. No comércio²⁶ de São Paulo, que reúne uma parcela significativa dos autônomos deste estrato (21,5%), o rendimento médio é de 17,9 salários-mínimos, valor bem maior do que o valor médio tanto dos rendimentos dos demais autônomos de alta renda quanto dos salários dos empregados com carteira deste estrato em todos os setores de atividade de ambas as metrópoles (tabela 3.9).

25. Vale salientar que este grupo de renda, por representar um intervalo de rendimentos aberto em sua extremidade superior, permita que, entre os setores de atividade que compõem cada posição na ocupação, possam ocorrer elevadas diferenças de rendimentos. Desta forma, muitas vezes uma diferença intermetropolitana de renda em um setor de atividade específico pode ser grandemente responsável pela diferença intermetropolitana resultante para o global daquela posição na ocupação no grupo de renda 5, mesmo que aquele setor de atividade não apresente um peso relativo muito elevado. O fato das diferenças de renda do grupo 5 poderem ser mais expressivas torna mais útil o exercício de decomposição das diferenças intermetropolitanas de renda.

26. Procedendo-se a um exercício de decomposição, verificamos que, ponderando-se pela ocupação no Rio de Janeiro as diferenças de renda em cada setor, o comércio contribui com cerca de um quarto desta diferença, parcela relativamente elevada quando se leva em conta que o peso destas atividades no Rio de Janeiro é de 14,9% entre os autônomos deste estrato (tabela 3.9).

No Rio de Janeiro, por outro lado, a remuneração dos autônomos do grupo de renda 5 em cada um dos setores situa-se generalizadamente abaixo dos respectivos salários dos empregados com carteira deste estrato de renda. Nesta metrópole, os autônomos recebem, ao lado dos empregados sem carteira, as remunerações destacadamente mais reduzidas deste estrato. Desta forma, levando-se em consideração que os autônomos de alguns setores de atividade específicos auferem rendimentos bastante elevados em São Paulo, como ocorre especialmente no comércio, existe uma significativa diferença intermetropolitana de renda no conjunto dos trabalhadores autônomos de altos rendimentos.

Assim, as diferenças intermetropolitanas de renda que podem ser atribuídas a setores de atividade específicos encontram-se principalmente nos dois extremos da pirâmide distributiva. Entre os 10% mais pobres, o alto peso e a baixíssima remuneração do trabalho por conta-própria no Rio de Janeiro devem-se às atividades de reparação/conservação, que oferecem espaço para o auto-emprego da grande parcela de trabalhadores que, nesta metrópole, são excluídos do mercado de trabalho. No outro extremo, a diferença intermetropolitana de renda existente entre os empregados sem carteira são determinadas, em grande parte, pela diferença de salários na indústria de transformação de cada uma das metrópoles e também pelos altos salários do setor de transportes/comunicações em São Paulo. Além disso, as elevadas remunerações dos trabalhadores por conta-própria do comércio da metrópole paulista são as maiores responsáveis para que exista uma diferença intermetropolitana de renda significativa entre os autônomos deste estrato²⁷ (o dos 10% mais ricos).

Em 1981, a existência, no Rio de Janeiro, de uma desigualdade de renda ainda maior do que a de São Paulo, reflete o menor nível da base do Rio e a semelhança do topo das distribuições de cada uma das metrópoles. O menor nível de rendimento na base da pirâmide distributiva do Rio de Janeiro expressa a magnitude da população ativa que é excluída de seu mercado de trabalho e que sobrevive no auto-emprego, especialmente em atividades de reparação/conservação.

27. Vale salientar, porém, que não é apenas no comércio que os rendimentos médios dos autônomos de São Paulo superam os do Rio neste estrato, mas este fenômeno se generaliza por todos os setores de atividade.

No topo da pirâmide distributiva, a semelhança de nível de renda expressa a capacidade do Rio de Janeiro de oferecer, para uma pequena parcela de sua população ativa, oportunidades ocupacionais de elevadas remunerações. Estas oportunidades ocupacionais de alta renda no Rio de Janeiro são fundamentalmente emprego assalariado em grandes empresas e em órgãos da administração pública, inclusive em autarquias e em empresas estatais, postos de trabalho criados no período em que o Rio de Janeiro foi capital da República. Da mesma forma, em São Paulo, o emprego nas grandes empresas se constitui em oportunidades ocupacionais de alta renda, mas ele é acompanhado de ocupações autônomas que, nesta metrópole, também proporcionam elevadas remunerações na maioria dos setores de atividade, destacando-se as do comércio de mercadorias.

TABELA 3.1

Distribuicao do conjunto dos ocupados segundo posicao na ocupacao e suas respectivas rendas medias
Regioes Metropolitanas de Sao Paulo e Rio de Janeiro
Ano:1981

Posicao na Ocupacao	Ocupados		Diferenca	Renda Media(*)		Relacao	Relacao(A/B)	
	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ
Total(B)	100,0	100,0	0,0	3,85	3,33	1,16	1,00	1,00
Com Carteira(A)	66,7	62,5	4,2	4,14	3,90	1,06	1,07	1,17
Sem Carteira(A)	9,7	9,9	-0,2	2,16	1,77	1,22	0,56	0,53
Empregador(A)	4,1	3,7	0,4	9,06	8,28	1,09	2,35	2,49
Conta-propria(A)	13,2	15,4	-2,2	3,51	2,22	1,58	0,91	0,67
Domesticas(A)	6,3	8,5	-2,2	0,93	0,82	1,13	0,24	0,25

Fonte:PNAD, IBGE.

Obs: Rendimentos em salarios-minimos de agosto de 1980, deflacionados pelo IPCA-IBGE.

TABELA 3.2

Distribuicao dos ocupados segundo posicao na ocupacao nos cinco grupos de renda
Regiao Metropolitana de Sao Paulo e do Rio de Janeiro
Ano:1981

Grupos de Renda(*)	Com carteira			Sem carteira			Emprego Domestico		
	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ
G1	2,5	1,0	1,5	27,6	18,8	8,8	53,5	41,6	11,9
G2	18,8	16,2	2,6	32,4	34,6	-2,2	38,9	45,6	-6,7
G3	34,7	33,9	0,8	24,0	31,4	-7,4	7,4	12,3	-4,9
G4	33,6	36,9	-3,3	12,7	12,0	0,7	0,3	0,5	-0,2
G5	10,3	12,0	-1,7	3,3	3,2	0,1	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0

Grupos de Renda(*)	Empregador			Conta-Propria		
	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ
G1	0,4	0,0	0,4	17,2	25,7	-8,5
G2	2,4	2,4	0,0	13,3	16,2	-2,9
G3	6,2	10,7	-4,5	28,7	27,7	1,0
G4	47,9	46,0	1,9	33,1	25,9	7,2
G5	43,1	40,8	2,3	7,7	4,5	3,2
Total	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0

Fonte:PNAD, IBGE.

Obs:Os Grupos de Renda correspondem aos decis agrupados das respectivas piramides distributivas das regioes metropolitanas.

G1 - 1.o decil; G2 - 2.o e 3.o decis; G3 - 4.o, 5.o e 6.o decis; G4 - 7.o, 8.o e 9.o decis e G5 - 10.o decil.

TABELA 3.3

Renda Média dos Grupos de Renda segundo posição na ocupação
Região Metropolitana de São Paulo e do Rio de Janeiro
Ano:1981

Posição na Ocupação	G1			relação			G2			relação			G3			relação			G4			relação			G5			relação		
	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ			
Com carteira	0,72	0,43	1,67	1,22	0,99	1,24	2,18	1,74	1,25	4,73	3,85	1,23	15,00	14,40	1,04															
Sem carteira	0,60	0,35	1,71	1,20	0,93	1,29	2,15	1,71	1,26	4,62	3,71	1,24	14,90	12,20	1,22															
Empregador	0,58	0,00	0,00	1,32	0,98	1,35	2,14	1,66	1,29	4,61	3,80	1,21	15,50	15,50	1,00															
Conta-própria	0,50	0,31	1,61	1,24	0,92	1,34	2,15	1,69	1,27	4,53	3,75	1,21	14,70	12,30	1,20															
Domésticos	0,62	0,50	1,24	1,17	0,91	1,29	1,87	1,51	1,24	3,18	2,76	1,15	0,00	0,00	0,00															
Total	0,60	0,40	1,50	1,22	0,96	1,28	2,17	1,73	1,26	4,68	3,83	1,22	15,05	14,30	1,05															

Fonte:PNAD, IBGE.

Obs.:G1=1.º decil;G2=2.º+3.º decil;G3=4.º+5.º+6.º decil;G4=7.º+8.º+9.º decil e G5=10.º decil.

Rendimentos em salários-mínimos de agosto de 1980, deflacionados pelo IPCA-IBGE.

TABELA 3.4

Composição dos grupos de renda segundo posição na ocupação
Região Metropolitana de São Paulo e do Rio de Janeiro
Ano:1981

Posição na Ocupação	G1			diferença			G2			diferença			G3			diferença			G4			diferença			G5			diferença		
	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ			
Com carteira	17,0	6,4	10,6	62,8	50,5	12,3	77,2	70,6	6,6	74,7	76,9	-2,2	68,8	74,8	-6,0															
Sem carteira	26,8	18,7	8,1	15,8	17,2	-1,4	7,8	10,4	-2,6	4,1	4,0	0,1	3,2	3,2	0,0															
Empregador	0,2	0,0	0,2	0,5	0,4	0,1	0,9	1,3	-0,4	6,6	5,7	0,9	17,8	15,1	2,7															
Conta-própria	22,6	39,7	-17,1	8,7	12,5	-3,8	12,6	14,2	-1,6	14,5	13,3	1,2	10,2	6,9	3,3															
Domésticos	33,5	35,2	-1,7	12,2	19,3	-7,1	1,5	3,5	-2,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0															
Total	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0															

Fonte:PNAD, IBGE.

Obs.:G1=1.º decil;G2=2.º+3.º decil;G3=4.º+5.º+6.º decil;G4=7.º+8.º+9.º decil e G5=10.º decil.

Distribuição e Rendas Médias das Pessoas Ocupadas segundo Posição na Ocupação nos Setores de Atividade

Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro

Ano: 1981

SETORES DE ATIVIDADE	DISTRIBUICAO DOS OCUPADOS											
	Posicao na Ocupacao											
	Com carteira			Sem carteira			Empregadores			Conta-Propria		
	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ
TOTAL	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	100,0	0,0
Industria de Transf.	38,3	11,2	27,0	27,3	23,5	3,8	100,0	0,0	0,0	3,6	2,0	1,6
Construcao	1,0	2,8	-1,8	7,2	10,1	-2,9	0,0	0,0	0,0	7,4	2,9	4,5
Comercio	10,7	4,2	6,5	23,9	27,9	-4,0	0,0	0,0	0,0	22,8	15,3	7,4
Ativ.Fin.Imobil.	2,9	0,0	2,9	2,2	0,0	2,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transp.Comun.	3,4	1,4	2,0	0,3	1,4	-1,1	0,0	0,0	0,0	3,0	1,6	1,4
Serv.T.Aux.Div.	1,9	0,0	1,9	7,1	6,7	0,4	0,0	0,0	0,0	2,2	3,6	-1,4
Serv.Aloj.Alim.	1,0	0,0	1,0	6,6	8,7	-2,1	0,0	0,0	0,0	2,6	2,3	0,3
Repar.Conserv.	9,1	0,0	9,1	8,9	7,7	1,2	0,0	0,0	0,0	52,7	60,7	-8,0
Serv.Pes.Domic.	4,4	0,0	4,4	4,6	1,0	3,6	0,0	0,0	0,0	0,7	0,7	0,1
Ativ.Sociais	10,6	8,4	2,2	11,6	11,5	0,1	0,0	0,0	0,0	3,9	4,3	-0,3
Adm.Publica	16,2	71,9	-55,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	0,5	0,0	0,5	0,3	1,4	-1,1	0,0	0,0	0,0	1,1	6,6	-5,5
SETORES DE ATIVIDADE	RENDIMENTOS MEDIOS											
	Posicao na Ocupacao											
	Com carteira			Sem carteira			Empregadores			Conta-Propria		
	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ
TOTAL	0,72	0,43	1,69	0,60	0,35	1,69	0,58	0,00	0,00	0,50	0,31	1,62
Industria de Transf.	0,78	0,49	1,59	0,60	0,33	1,82	0,58	0,00	0,00	0,44	0,28	1,57
Construcao	0,64	0,40	1,60	0,68	0,33	2,06	0,00	0,00	0,00	0,61	0,45	1,36
Comercio	0,77	0,48	1,60	0,60	0,35	1,71	0,00	0,00	0,00	0,53	0,33	1,61
Ativ.Fin.Imobil.	0,76	0,00	0,00	0,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transp.Comun.	0,79	0,45	1,76	0,85	0,46	1,85	0,00	0,00	0,00	0,29	0,22	1,32
Serv.T.Aux.Div.	0,72	0,00	0,00	0,65	0,37	1,76	0,00	0,00	0,00	0,53	0,35	1,51
Serv.Aloj.Alim.	0,77	0,00	0,00	0,53	0,34	1,56	0,00	0,00	0,00	0,56	0,29	1,93
Repar.Conserv.	0,69	0,00	0,00	0,53	0,42	1,26	0,00	0,00	0,00	0,48	0,30	1,60
Serv.Pes.Domic.	0,79	0,00	0,00	0,70	0,42	1,67	0,00	0,00	0,00	0,34	0,49	0,69
Ativ.Sociais	0,82	0,50	1,64	0,55	0,37	1,49	0,00	0,00	0,00	0,49	0,26	1,88
Adm.Publica	0,49	0,41	1,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,64	0,00	0,00	0,64	0,34	1,88	0,00	0,00	0,00	0,37	0,26	1,42

Fonte: PNAD's, IBGE.

Obs: Rendimentos em salarios minimos de agosto de 1980.

Tabela 3.6

Grupo de Renda 2

47

Distribuição e Rendas Médias das Pessoas Ocupadas segundo Posição na Ocupação nos Setores de Atividade
Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro
Ano: 1981

SETORES	DISTRIBUICAO DOS OCUPADOS											
	Posicao na Ocupacao											
	Com carteira			Sem carteira			Empregadores			Conta-Propria		
	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ
TOTAL	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0
Industria de Transf.	48,5	24,2	24,2	30,7	23,7	6,9	25,1	10,0	15,1	2,8	3,2	-0,4
Construcao	3,7	8,5	-4,8	15,4	20,7	-5,2	0,0	0,0	0,0	19,2	15,8	3,4
Comercio	14,7	18,1	-3,4	20,2	21,7	-1,5	41,8	39,9	1,9	22,1	21,5	0,6
Ativ.Fin.Imobil.	3,3	2,1	1,2	2,9	3,1	-0,2	0,0	0,0	0,0	1,0	1,1	-0,1
Transp.Comun.	2,3	3,6	-1,2	1,8	1,6	0,3	0,0	0,0	0,0	4,3	1,8	2,5
Serv.T.Aux.Div.	3,5	6,7	-3,2	7,3	6,3	1,1	16,7	10,0	6,6	5,6	3,2	2,4
Serv.Aloj.Alim.	1,1	2,0	-0,9	4,5	5,2	-0,7	0,0	0,0	0,0	7,2	8,3	-1,1
Repar.Conserv.	5,3	7,8	-2,5	5,4	5,7	-0,3	8,2	10,0	-1,9	30,7	37,5	-6,8
Serv.Pes.Domic.	5,3	4,3	1,1	6,0	4,2	1,8	8,2	10,0	-1,9	1,4	1,8	-0,4
Ativ.Sociais	10,3	16,1	-5,8	5,7	7,8	-2,1	0,0	20,0	-20,0	5,1	2,5	2,6
Adm.Publica	2,0	6,6	-4,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	3,2	-2,8
SETORES	RENDIMENTOS MEDIOS											
DE	Posicao na Ocupacao											
	Com carteira			Sem carteira			Empregadores			Conta-Propria		
	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ
TOTAL	1,22	0,99	1,24	1,20	0,93	1,29	1,32	0,98	1,35	1,24	0,92	1,34
Industria de Transf.	1,23	1,00	1,23	1,20	0,94	1,27	1,22	0,53	2,29	1,32	0,92	1,44
Construcao	1,17	0,99	1,19	1,19	0,93	1,28	0,00	0,00	0,00	1,19	0,92	1,29
Comercio	1,21	0,99	1,22	1,22	0,94	1,29	1,32	1,00	1,33	1,25	0,92	1,35
Ativ.Fin.Imobil.	1,23	1,01	1,21	1,23	0,96	1,28	0,00	0,00	0,00	0,53	0,90	0,59
Transp.Comun.	1,21	0,99	1,22	1,18	0,88	1,34	0,00	0,00	0,00	1,20	1,03	1,17
Serv.T.Aux.Div.	1,22	0,98	1,25	1,22	0,95	1,28	1,33	0,58	2,28	1,27	1,01	1,26
Serv.Aloj.Alim.	1,22	0,98	1,24	1,21	0,93	1,30	0,00	0,00	0,00	1,23	0,93	1,32
Repar.Conserv.	1,21	0,98	1,23	1,27	0,97	1,31	0,64	0,45	1,41	1,28	0,93	1,38
Serv.Pes.Domic.	1,23	1,00	1,24	1,23	0,92	1,33	0,80	0,48	1,67	1,33	0,53	2,52
Ativ.Sociais	1,27	0,99	1,29	1,19	0,94	1,26	0,00	0,51	0,00	1,25	0,90	1,39
Adm.Publica	1,26	0,96	1,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,58	0,45	1,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,69	0,92	0,75

Fonte: PNAD's, IBGE

Obs: Rendimentos em salários-mínimos de agosto de 1980

Tabela 3.7

Grupo de Renda 3

48

Distribuição e Rendas Médias das Pessoas Ocupadas segundo Posição na Ocupação nos Setores de Atividade

Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro

Ano: 1981

SETORES DE ATIVIDADE	DISTRIBUICAO DOS OCUPADOS											
	Posicao na Ocupacao											
	Com carteira			Sem carteira			Empregadores			Conta-Propria		
	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ
TOTAL	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0
Industria de Transf.	44,7	26,3	18,4	29,0	23,8	5,1	9,7	15,9	-6,2	3,1	4,4	-1,3
Construcao	6,7	9,7	-3,0	15,1	21,0	-5,9	9,8	15,9	-6,2	32,1	28,7	3,4
Comercio	11,1	14,3	-3,2	15,7	14,9	0,8	35,1	22,7	12,4	25,3	22,1	3,2
Ativ.Fin.Imobil.	6,2	3,9	2,3	2,5	2,0	0,5	3,3	0,0	3,3	0,7	0,6	0,0
Transp.Comun.	6,7	8,0	-1,3	3,6	6,0	-2,4	3,3	0,0	3,3	7,5	7,8	-0,3
Serv.T.Aux.Div.	1,6	4,2	-2,6	5,0	6,9	-1,9	29,3	20,5	8,8	5,1	4,8	0,2
Serv.Aloj.Alim.	1,4	1,9	-0,5	8,6	3,5	5,2	3,3	20,5	-17,2	9,3	9,5	-0,2
Repar.Conserv.	2,9	5,4	-2,5	5,3	7,5	-2,2	0,0	0,0	0,0	11,9	16,1	-4,2
Serv.Pes.Domic.	3,8	4,2	-0,4	8,2	8,0	0,2	6,4	2,3	4,1	3,5	3,2	0,4
Ativ.Sociais	9,5	14,7	-5,2	6,7	6,0	0,7	0,0	2,3	-2,3	1,3	1,0	0,2
Adm.Publica	5,4	7,5	-2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	0,1	0,0	0,1	0,4	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2	1,7	-1,5
SETORES DE ATIVIDADE	RENDIMENTOS MEDIOS											
	Posicao na Ocupacao											
	Com carteira			Sem carteira			Empregadores			Conta-Propria		
	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ
TOTAL	2,18	1,74	1,25	2,15	1,71	1,26	2,14	1,66	1,29	2,15	1,69	1,27
Industria de Transf.	2,17	1,73	1,26	2,15	1,73	1,24	1,29	0,71	1,83	2,13	1,68	1,27
Construcao	2,17	1,72	1,26	2,16	1,71	1,26	1,59	1,22	1,30	2,15	1,69	1,28
Comercio	2,17	1,72	1,26	2,13	1,69	1,26	2,12	1,65	1,29	2,15	1,68	1,28
Ativ.Fin.Imobil.	2,21	1,78	1,24	2,15	1,00	2,15	0,64	0,00	0,00	1,59	1,24	1,29
Transp.Comun.	2,16	1,76	1,22	2,18	1,72	1,27	0,92	0,00	0,00	2,11	1,65	1,28
Serv.T.Aux.Div.	2,16	1,71	1,27	2,14	1,70	1,26	2,10	1,24	1,70	2,17	1,70	1,28
Serv.Aloj.Alim.	2,13	1,71	1,25	2,12	1,70	1,25	0,71	1,67	0,42	2,15	1,68	1,28
Repar.Conserv.	2,15	1,71	1,25	2,15	1,71	1,26	0,00	0,00	0,00	2,16	1,71	1,26
Serv.Pes.Domic.	2,17	1,74	1,25	2,16	1,73	1,25	0,83	0,71	1,17	2,11	1,69	1,25
Ativ.Sociais	2,19	1,76	1,25	2,18	1,72	1,27	0,00	0,55	0,00	1,65	1,84	0,90
Adm.Publica	2,19	1,74	1,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	1,27	0,00	0,00	0,53	0,71	0,75	0,00	0,00	0,00	0,56	1,76	0,32

Fonte:PNAD's, IBGE.

Obs:Rendimentos em salarios-minimos de agosto de 1980.

Grupo de Renda 4

Distribuicao e Rendas Medias das Pessoas Ocupadas segundo Posicao na Ocupacao nos Setores de Atividade

Regioes Metropolitanas de Sao Paulo e do Rio de Janeiro

Ano: 1981

SETORES DE ATIVIDADE	DISTRIBUICAO DOS OCUPADOS											
	Posicao na Ocupacao											
	Com carteira			Sem carteira			Empregadores			Conta-Propria		
	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ
TOTAL	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0
Industria de Transf.	50,3	26,0	24,3	29,0	30,9	-1,8	21,9	18,5	3,4	4,0	7,2	-3,2
Construcao	4,3	5,5	-1,2	8,1	15,8	-7,7	8,1	9,0	-0,9	14,3	19,6	-5,3
Comercio	6,5	8,2	-1,7	18,3	7,5	10,7	33,7	36,5	-2,8	25,4	18,9	6,6
Ativ.Fin.Imobil.	9,3	7,7	1,6	2,7	0,8	2,0	2,1	1,1	1,1	2,1	1,1	1,0
Transp.Comun.	6,4	11,6	-5,2	8,1	12,0	-3,9	0,4	0,5	-0,1	11,4	13,3	-1,9
Serv.T.Aux.Div.	1,2	1,8	-0,6	4,1	3,0	1,1	16,5	15,9	0,6	7,7	4,7	2,9
Serv.Aloj.Alim.	1,0	1,4	-0,4	6,8	7,5	-0,7	6,4	6,4	0,0	12,1	10,8	1,3
Repar.Conserv.	1,2	2,1	-0,8	3,4	4,5	-1,1	0,4	4,8	-4,3	9,1	9,6	-0,6
Serv.Pes.Domic.	3,8	4,7	-0,9	10,1	13,5	-3,4	7,6	4,2	3,4	10,4	11,9	-1,6
Ativ.Sociais	9,3	15,3	-6,0	9,3	4,5	4,8	2,9	3,2	-0,2	3,6	2,7	0,9
Adm.Publica	6,7	15,8	-9,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	-0,2
SETORES DE ATIVIDADE	RENDIMENTOS MEDIOS											
	Posicao na Ocupacao											
	Com carteira			Sem carteira			Empregadores			Conta-Propria		
	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ
TOTAL	4,73	3,85	1,23	4,62	3,71	1,24	4,61	3,80	1,21	4,53	3,75	1,21
Industria de Transf.	4,72	3,81	1,24	4,55	3,78	1,20	4,65	3,86	1,20	4,51	3,64	1,24
Construcao	4,62	3,67	1,26	4,59	3,65	1,26	4,47	3,73	1,20	4,49	3,68	1,22
Comercio	4,68	3,82	1,23	4,45	3,59	1,24	4,71	3,78	1,24	4,49	3,76	1,19
Ativ.Fin.Imobil.	4,79	3,90	1,23	3,73	1,24	3,01	3,41	1,59	2,15	4,69	2,74	1,71
Transp.Comun.	4,65	3,90	1,19	4,73	3,72	1,27	2,12	2,12	1,00	4,46	3,66	1,22
Serv.T.Aux.Div.	4,71	3,67	1,28	4,60	3,51	1,31	4,43	3,86	1,15	4,57	3,86	1,18
Serv.Aloj.Alim.	4,99	3,77	1,32	4,72	1,99	2,37	4,44	3,42	1,30	4,44	3,64	1,22
Repar.Conserv.	4,37	3,77	1,16	2,57	3,59	0,72	2,12	3,71	0,57	4,53	4,00	1,13
Serv.Pes.Domic.	4,74	3,88	1,22	4,90	3,78	1,30	3,48	3,69	0,94	4,64	3,86	1,20
Ativ.Sociais	4,81	3,90	1,23	4,93	3,60	1,37	4,41	3,12	1,41	4,93	4,00	1,23
Adm.Publica	4,77	3,94	1,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	1,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,13	0,00

Fonte: PNAD's, IBGE.

Obs: Rendimentos em salarios-minimos de agosto de 1980.

Tabela 3.9

Grupo de Renda 5

50

Distribuição e Rendas Médias das Pessoas Ocupadas segundo Posição na Ocupação nos Setores de Atividade

Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro

Ano: 1981

SETORES DE ATIVIDADE	DISTRIBUICAO DOS OCUPADOS											
	Posicao na Ocupacao											
	Com carteira			Sem carteira			Empregadores			Conta-Propria		
	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ
TOTAL	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0
Industria de Transf.	55,5	28,9	26,6	46,2	38,3	7,9	26,6	26,7	-0,1	5,2	1,4	3,8
Construcao	3,7	2,9	0,8	2,6	2,9	-0,3	5,9	7,5	-1,5	1,7	4,1	-2,3
Comercio	4,3	3,1	1,2	5,4	11,8	-6,3	23,2	19,9	3,3	21,5	14,9	6,7
Ativ.Fin.Imobil.	10,5	15,4	-4,8	13,5	20,6	-7,1	4,4	3,1	1,3	7,8	4,1	3,7
Transp.Comun.	4,8	9,3	-4,4	2,7	8,8	-6,1	1,5	2,5	-1,0	5,2	14,9	-9,7
Serv.T.Aux.Div.	0,5	0,6	-0,1	0,0	0,0	0,0	7,9	8,1	-0,2	1,7	0,0	1,7
Serv.Aloj.Alim.	0,1	0,1	0,0	0,0	2,9	-2,9	3,9	1,9	2,1	6,0	5,4	0,6
Repar.Conserv.	0,0	0,2	-0,2	2,6	0,0	2,6	2,0	1,9	0,1	5,2	6,7	-1,5
Serv.Pes.Domic.	6,1	8,8	-2,6	24,2	11,7	12,5	19,2	16,2	3,1	31,8	28,4	3,4
Ativ.Sociais	7,3	12,6	-5,3	2,7	2,9	-0,2	5,4	12,4	-7,0	12,9	18,9	-6,0
Adm.Publica	6,8	18,0	-11,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9	1,4	-0,5
SETORES DE ATIVIDADE	RENDIMENTOS MEDIOS											
	Posicao na Ocupacao											
	Com carteira			Sem carteira			Empregadores			Conta-Propria		
	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ
TOTAL	15,00	14,40	1,04	14,36	11,87	1,21	15,51	15,50	1,00	14,82	12,17	1,22
Industria de Transf.	14,90	14,70	1,01	13,80	11,30	1,22	15,05	15,60	0,96	9,20	6,90	1,33
Construcao	15,70	14,90	1,05	21,20	7,40	2,86	15,20	13,70	1,11	18,90	11,50	1,64
Comercio	13,70	11,60	1,18	12,90	12,60	1,02	14,87	15,50	0,96	17,90	13,10	1,37
Ativ.Fin.Imobil.	15,34	14,40	1,07	13,50	12,20	1,11	22,00	14,60	1,51	13,30	8,70	1,53
Transp.Comun.	14,30	15,40	0,93	37,10	16,20	2,29	14,00	11,90	1,18	14,40	11,20	1,29
Serv.T.Aux.Div.	11,60	13,80	0,84	0,00	0,00	0,00	14,90	19,97	0,75	10,60	0,00	0,00
Serv.Aloj.Alim.	8,80	21,20	0,42	0,00	8,50	0,00	12,20	12,50	0,98	12,90	12,20	1,06
Repar.Conserv.	0,00	10,50	0,00	15,90	0,00	0,00	13,62	13,50	1,01	14,40	9,70	1,48
Serv.Pes.Domic.	15,10	15,00	1,01	12,70	12,10	1,05	16,17	14,60	1,11	14,40	13,30	1,08
Ativ.Sociais	15,53	13,80	1,13	15,90	8,30	1,92	16,52	17,00	0,97	15,30	12,40	1,23
Adm.Publica	15,34	13,80	1,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	11,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,30	13,80	1,11

Fonte: PNAD's, IBGE.

Obs: Rendimentos em salarios-mínimos de agosto de 1980

TABELA 3.10

Distribuição dos empregados com carteira e suas rendas médias segundo os setores de atividade
Região Metropolitana de São Paulo e do Rio de Janeiro
Ano: 1981

Setores de Atividade	distribuição		diferença SP-RJ	renda média(*)		relação SP/RJ
	SP	RJ		SP	RJ	
Total	100,0	100,0	0,0	4,2	4,0	1,04
Ind.transf.	48,2	26,0	22,2	4,4	4,2	1,05
Construção	4,9	7,1	-2,2	3,8	2,8	1,36
Comércio	9,5	11,2	-1,7	2,9	2,4	1,23
Ativ.Fin.Imob.	7,0	6,3	0,7	5,3	6,5	0,81
Transp.Comun.	5,5	8,7	-3,2	4,1	4,6	0,90
Serv.T.Aux.Div.	1,7	3,2	-1,5	2,6	2,1	1,23
Serv.Aloj.Alim.	1,0	1,5	-0,4	2,8	2,3	1,23
Repar.Conserv.	2,7	3,9	-1,2	2,0	1,9	1,05
Serv.Pes.Domic.	4,3	4,9	-0,6	4,6	5,4	0,85
Ativ.Sociais	9,4	14,8	-5,4	3,9	3,7	1,05
Adm.Publica	5,6	12,3	-6,7	4,7	4,8	0,97
Outras ativ. Domesticas	0,1 0,0	0,0 0,0	0,1 0,0	1,8 0,0	0,5 0,0	3,98 0,00

Fonte: PNAD, IBGE.

Obs.: Rendimentos em salários-mínimos de agosto de 1980, deflacionados pelo IPCA-IBGE.

TABELA 3.11

Distribuição dos empregados sem carteira e suas rendas médias segundo os setores de atividade
Região Metropolitana de São Paulo e do Rio de Janeiro
Ano: 1981

Setores de Atividade	distribuição		diferença	renda média(*)		relação
	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP/RJ
Total	100,0	100,0	0,0	2,1	1,8	1,16
Ind.transf.	29,6	25,1	4,6	2,3	1,9	1,20
Construção	11,7	17,6	-5,9	1,8	1,5	1,20
Comércio	19,4	18,7	0,7	1,7	1,3	1,25
Ativ.Fin.Imob.	2,9	2,5	0,5	3,4	3,7	0,91
Transp.Comun.	2,7	4,4	-1,8	2,9	3,0	0,96
Serv.T.Aux.Div.	6,0	6,0	0,1	1,5	1,3	1,20
Serv.Aloj.Alim.	6,2	5,5	0,7	1,8	1,1	1,58
Repar.Conserv.	6,0	6,3	-0,3	1,3	1,3	0,99
Serv.Pes.Domic.	7,3	6,2	1,1	3,2	2,6	1,24
Ativ.Sociais	7,9	7,4	0,5	1,8	1,2	1,45
Adm.Publica	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
Outras ativ.	0,2	0,4	-0,2	0,6	0,4	1,36
Domesticas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00

Fonte: PNAD, IBGE.

Obs.: Rendimentos em salários-mínimos de agosto de 1980, deflacionados pelo IPCA-IBGE.

TABELA 3.12
 Distribuicao dos empregadores e suas rendas medias segundo os setores de atividade
 Regiao Metropolitana de Sao Paulo e do Rio de Janeiro
 Ano: 1981

Setores de Atividade	distribuicao		diferenca	renda media(*)		relacao
	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP/RJ
Total	100,0	100,0	0,0	9,1	8,5	1,07
Ind.transf.	23,6	21,4	2,2	9,5	9,8	0,97
Construcao	7,0	8,9	-1,9	7,8	6,8	1,15
Comercio	29,3	28,3	1,0	7,9	7,0	1,13
Ativ.Fin.Imob.	3,1	1,8	1,4	7,5	11,7	0,64
Transp.Comun.	1,0	1,3	-0,2	9,1	9,2	0,99
Serv.T.Aux.Div.	13,5	13,0	0,5	6,7	7,4	0,90
Serv.Aloj.Alim.	5,0	5,9	-0,9	7,0	3,8	1,82
Repar.Conserv.	1,2	3,2	-2,0	9,7	5,5	1,76
Serv.Pes.Domic.	12,5	9,0	3,5	11,8	11,8	1,00
Ativ.Sociais	3,7	7,3	-3,5	11,9	13,2	0,90
Adm.Publica	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
Outras ativ.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
Domesticas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00

Fonte:PNAD, IBGE.

Obs.:Rendimentos em salarios-minimos de agosto de 1980, deflacionados pelo IPCA-IBGE.

TABELA 3.13
Distribuição dos conta-própria e suas rendas médias segundo os setores de atividade
Região Metropolitana de São Paulo e do Rio de Janeiro
Ano: 1981

Setores de Atividade	distribuição		diferença	renda média(*)		relação
	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP/RJ
Total	100,0	100,0	0,0	3,6	2,3	1,59
Ind.transf.	3,6	4,2	-0,6	2,9	2,3	1,27
Construção	17,9	16,5	1,4	2,6	2,2	1,19
Comércio	24,2	19,1	5,1	3,7	2,2	1,71
Ativ.Fin.Imob.	1,6	0,8	0,8	6,9	2,4	2,86
Transp.Comun.	7,4	7,0	0,4	3,7	3,4	1,11
Serv.T.Aux.Div.	5,2	4,0	1,2	3,2	2,0	1,62
Serv.Aloj.Alim.	8,6	7,6	1,0	3,6	2,5	1,46
Repar.Conserv.	19,9	29,0	-9,0	1,6	1,0	1,60
Serv.Pes.Domic.	7,2	5,7	1,5	7,2	5,1	1,41
Ativ.Sociais	3,9	3,3	0,6	5,9	4,7	1,25
Adm.Publica	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
Outras ativ.	0,4	2,8	-2,4	1,6	0,8	2,04
Domesticas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00

Fonte: PNAD, IBGE.

Obs.: Rendimentos em salários-mínimos de agosto de 1980, deflacionados pelo IPCA-IBGE.

CAPÍTULO 4

ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA OCUPACIONAL E NO PERFIL DISTRIBUTIVO DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO E DO RIO DE JANEIRO DE 1981 A 1989

4.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo pretende comparar as principais características da estrutura ocupacional e do perfil distributivo a ela relacionado nas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro dos anos de 1981 e 1989. Desta forma, poderemos identificar quais foram as principais transformações ocorridas na estrutura ocupacional e de renda durante a década de 80 que fizeram com que, no final do período, em cada uma das metrópoles analisadas, os rendimentos do trabalho tenham apresentado um perfil distributivo ainda mais concentrado do que aquele encontrado no ano de 1981.

A organização dos dados em tabelas, neste capítulo, deverá privilegiar a comparação dos dados de 1981 com os de 1989. Portanto, as tabelas conterão muitos dados que já foram utilizados para o capítulo anterior, ao lado de dados referentes ao ano de 1989.

4.2 ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA OCUPACIONAL E NO NÍVEL DE RENDA DO CONJUNTO DOS OCUPADOS DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO E DO RIO DE JANEIRO ENTRE 1981 E 1989

Neste item, pretendemos, em primeiro lugar, avaliar como se relaciona, no ano de 1989, a diferença de renda média do conjunto dos ocupados de cada metrópole com suas respectivas composições segundo posição na ocupação. A seguir, buscaremos identificar, para cada uma das metrópoles, quais foram as principais alterações ocorridas entre 1981 e 1989, tanto de estrutura ocupacional quanto de nível de renda, que tenham sido responsáveis pelas alterações no conteúdo das diferenças intermetropolitanas de renda durante a década.

Em 1989, a estrutura ocupacional da região metropolitana de São Paulo continua tendo um peso relativo do emprego com carteira bem mais expressivo que o do Rio de Janeiro. A diferença aumentou, na medida em que esta participação, em São Paulo, é, em 1989, igual à de 1981, enquanto no Rio de Janeiro a de 1989 é bem menor. A participação relativa de todas as demais posições na ocupação continua sendo maior no Rio de Janeiro, destacando-se especialmente o caso do trabalho por conta-própria. Esta posição na ocupação tem, em 1989, em São Paulo, um peso semelhante a 1981, enquanto no Rio de Janeiro seu peso é bem maior em 1989 do que no início da década. Também foi muito importante o fato de que a participação relativa do emprego sem carteira aumentou mais no Rio de Janeiro do que em São Paulo de 1981 para 1989¹ (tabela 4.1).

A diferença de renda média do trabalho em favor de São Paulo aumentou de 16,0%, em 1981, para 47,0% em 1989. O principal responsável pela ampliação da diferença de renda média entre as duas metrópoles foi o aumento das diferenças intermetropolitanas de renda em cada uma das posições na ocupação, mais do que a acentuação pronunciada, ocorrida entre 1981 e 1989, das diferenças de estrutura ocupacional entre as metrópoles.

Na realidade, a renda média em 1989 é maior que em 1981 somente em São Paulo, pois no Rio de Janeiro a renda média de 1989 é inferior à de 1981 (tabela 4.1). Em São Paulo, esta elevação da renda média entre os anos extremos da década de 80 ocorreu em todas as posições na ocupação, enquanto no Rio de Janeiro o aumento da renda média na década beneficiou somente os empregadores e os trabalhadores por conta-própria, pois todos os tipos de empregados têm, em 1989, remuneração média menor do que em 1981 (tabela 4.1).

Mesmo no caso dos empregadores e dos trabalhadores por conta-própria, a diferença de renda média em favor de São Paulo se ampliou, em consequência de um aumento proporcionalmente maior nesta

1. Podemos lembrar que muitos trabalhos alertaram para alguns fatores que fizeram aumentar, na década de 80, a participação do emprego sem carteira nos mercados de trabalho urbanos. Ver, por exemplo, M.C.Cacciamali, "Desaceleração Econômica e Planos de Estabilização: impactos sobre o mercado de trabalho". São Paulo em Perspectiva, Fundação SEADE, volume 5(1), pp.52-58, jan-mar 1991.

metrópole, onde, inclusive, foi bastante superior ao aumento dos salários entre 1981 e 1989 (tabela 4.1).

Desta forma, as posições na ocupação que tiveram melhor desempenho em apropriação de renda foram, tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, os empregadores e os trabalhadores por conta-própria, sendo que, em São Paulo, esse desempenho foi proporcionalmente mais significativo. O aumento da diferença de renda média entre as metrópoles, entre os anos extremos da década, também está relacionado ao fato dos salários terem aumentado em São Paulo e diminuído no Rio de Janeiro. Este resultado eleva o papel das diferenças de rendimentos entre São Paulo e Rio de Janeiro na explicação da diferença intermetropolitana da renda média global². Não obstante, a enorme diferença de renda média do trabalho por conta-própria, em 1989, é ainda a principal responsável por aquela diferença de renda média entre as metrópoles³.

Portanto, assim como ocorreu em 1981, a diferença de renda média entre as metrópoles em 1989 continua tendo uma significativa parcela que pode ser atribuída às ocupações não-assalariadas. Conforme foi mencionado, nas duas metrópoles os maiores aumentos de renda média ocorreram com empregadores e trabalhadores por conta-própria. Em São Paulo, o aumento da renda do trabalho por conta-própria foi tão expressivo que a renda média destes trabalhadores ultrapassou a dos empregados com carteira. No Rio de Janeiro, este aumento não foi suficiente para provocar resultados semelhantes, mas aproximou a renda média dos trabalhadores

2. Em 1981, vimos, no capítulo anterior, que cerca de 80% da diferença intermetropolitana de renda do conjunto dos ocupados devia-se a diferenças de renda nas posições na ocupação, enquanto somente 20% podia ser atribuído a diferenças de estrutura ocupacional entre as metrópoles. Em 1989, o aumento da diferença intermetropolitana de renda no total de ocupados ocorreu porque aumentou ainda mais a importância da diferença de renda nas posições na ocupação. Desta forma, apesar das alterações na estrutura ocupacional do Rio de Janeiro, o exercício de decomposição da diferença intermetropolitana de renda em 1989 mostra que praticamente 100% dela pode ser creditada às diferenças de renda entre cada uma das posições na ocupação das metrópoles.

3. A contribuição da diferença de renda entre os conta-própria diminuiu de 46,7% (em 1981), para 35,05% (em 1989), apesar da participação relativa desta posição na ocupação ter aumentado, no Rio, de 15,4% para 17,3%. Por outro lado, a contribuição das diferenças intermetropolitanas de salários dos empregados com carteira aumentou de 35,25% para 41,7%, embora tenha havido redução da participação destes empregados na ocupação total do Rio de Janeiro de 62,5% para 57,5% (tabela 4.1). De qualquer forma, comparativamente à participação na ocupação total, a enorme diferença intermetropolitana de renda dos conta-própria ainda continua sendo, em 1989, grandemente responsável, estatisticamente, pela diferença de renda média entre as metrópoles.

por conta-própria dos salários dos empregados com carteira, os quais, ao contrário dos de São Paulo, diminuíram no conjunto da década (tabela 4.1).

Nesse sentido, devemos verificar como estas alterações nos rendimentos médios das posições na ocupação de cada uma das metrópoles ocorreram conjuntamente com outras modificações no perfil da distribuição da renda de cada posição na ocupação.

Na tabela 4.2, verificamos que, em ambas as metrópoles, aumenta, em 1989, a parcela de trabalhadores autônomos ocupados nos estratos de mais altas rendas. Este movimento foi particularmente mais expressivo em São Paulo. Em contrapartida, no caso de São Paulo tivemos principalmente uma diminuição na parcela de trabalhadores por conta-própria que se ocupava no grupo de renda 1, enquanto no Rio de Janeiro a diminuição ocorreu principalmente no grupo de renda 2, tendo sido mínima no estrato dos 10% mais pobres (grupo 1). Ou seja, no Rio de Janeiro, o aumento da renda média do trabalho por conta-própria, entre 1981 e 1989, não ocorreu a partir da diminuição da expressiva parcela de autônomos de baixíssima remuneração localizada no grupo de renda 1. Desta forma, o aumento da remuneração média do conjunto dos autônomos do Rio de Janeiro, entre 1981 e 1989, revela que aumentou ainda mais a elevada polarização de rendimentos destes trabalhadores nesta metrópole. Também no caso dos empregadores, tanto em uma como em outra metrópole, há um aumento significativo na proporção dos mesmos que está situada no grupo de renda 5 (10% mais ricos).

Com relação aos assalariados, verificamos que, entre os sem carteira, São Paulo apresenta um nítido movimento relativo ascendente das remunerações, tendo aumentado a proporção deste empregados que se encontra nos grupos de renda superiores. No Rio de Janeiro, por outro lado, o aumento da proporção dos empregados sem carteira nos grupos de renda superiores foi acompanhado de um aumento também no grupo de renda inferior (tabela 4.2).

O crescimento relativamente reduzido do salário médio dos empregados com carteira de São Paulo (especialmente em comparação com as demais posições na ocupação), por sua vez, foi acompanhado de um

aumento na proporção destes empregados no grupo de renda 1. Este resultado expressa a significativa geração de empregos formais de baixa remuneração nesta metrópole durante a década. No Rio de Janeiro, o aumento da proporção de empregados com carteira não ocorre no grupo 1, mas somente no grupo 2 (aumenta também no grupo 4, mas de forma marginal), uma vez que, nesta metrópole, continua sendo muito expressiva a geração de ocupações de baixíssima remuneração no trabalho por conta-própria, as quais continuam compondo uma parcela significativa dos integrantes do estrato formado pelos 10% mais pobres em 1989.

Finalmente, comparativamente ao total de ocupados, a situação dos empregados domésticos melhorou tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, pois diminuiu sua proporção localizada no grupo de renda 1. Entretanto, o salário médio destes empregados, no Rio de Janeiro, é, em 1989, menor do que em 1981, traduzindo o fato de que a renda média de muitos dos empregados domésticos localizados no grupo de renda 2, em 1989, é menor do que a renda média destes no grupo de renda 1 em 1981. Ou seja, a situação relativa dos empregados domésticos de ambas as metrópoles melhorou durante a década, embora sua remuneração média, no Rio de Janeiro, tenha sentido uma queda significativa no período e, em São Paulo, apenas tenha tido crescimento semelhante ao ocorrido no conjunto dos ocupados (tabelas 4.1 e 4.2).

Em suma, a diferença intermetropolitana de renda média continua sendo, em 1989, em grande parte atribuível à diferença de remuneração do trabalho por conta-própria⁴. Entretanto, a ampliação destas diferenças intermetropolitanas de renda média do conjunto dos ocupados está também em grande parte relacionada à queda do salário no Rio de Janeiro e a um aumento modesto em São Paulo⁵. No caso do trabalho formal, a queda no salário do Rio de Janeiro está associada à eliminação de

4. Assim como em 1981, no ano de 1989 a contribuição da diferença de rendimentos médios dos trabalhadores por conta-própria das duas metrópoles para a diferença intermetropolitana de renda é proporcionalmente bastante mais elevada do que a participação relativa desta posição na ocupação no total de ocupados de cada uma das metrópoles.

5. Especialmente os salários dos empregados com carteira de São Paulo tiveram um desempenho bastante modesto, tendo apontado um crescimento de apenas 5,6% contra 16,4% do conjunto dos ocupados. Este desempenho do nível médio de salário dos empregados com carteira desta metrópole foi prejudicado pela proliferação de uma grande quantidade de empregos formais de baixa remuneração.

empregos formais de alta remuneração⁶. Já no caso dos empregados sem carteira do Rio de Janeiro, a queda do salário médio relaciona-se à proliferação destes empregos de baixa remuneração⁷. Deste modo, a queda dos salários no Rio de Janeiro é de natureza diversa nos empregos formal e informal. De um lado, deve-se à eliminação de empregos formais de alta remuneração e, de outro, deve-se à proliferação de empregos informais mal remunerados. De qualquer forma temos, em ambos os casos, uma ilustração da contínua perda de dinamismo do mercado de trabalho da região metropolitana do Rio de Janeiro durante a década de 80.

A seguir, analisaremos como estas alterações na renda média e na distribuição do conjunto dos ocupados segundo posição na ocupação afetaram o perfil ocupacional dos grupos de renda da pirâmide distributiva de cada uma das metrópoles entre os anos extremos da década.

4.3 ALTERAÇÕES NO PERFIL OCUPACIONAL DOS ESTRATOS DE RENDA NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO E DO RIO DE JANEIRO DE 1981 A 1989

No item anterior, concluímos que a diferença intermetropolitana de renda, em 1989, continua sendo determinada em grande parte pela elevada diferença de rendimentos entre os trabalhadores por conta-própria das duas metrópoles. Ao final da década, entretanto, havia aumentado a parcela daquela diferença intermetropolitana de renda que podia ser atribuída às diferenças salariais entre São Paulo e Rio de Janeiro, não tanto porque os salários da metrópole paulista tivessem crescido expressivamente, mas porque eles diminuíram muito no Rio de Janeiro.

No caso dos assalariados com carteira do Rio de Janeiro, a queda de salário médio no período se explica pela diminuição da parcela dos empregos formais de alta remuneração. Entre os sem carteira, a diminuição do salário médio aconteceu porque o aumento do peso relativo desta

6. Este fato se manifesta na redução da participação do emprego com carteira na ocupação total no Rio de Janeiro em simultâneo à diminuição da proporção destes empregados localizados no grupo 5.

7. A participação do empregado sem carteira assinada na ocupação total do Rio de Janeiro aumentou e, ao mesmo tempo, também aumentaram as respectivas participações destes assalariados nos grupos 1 e 4.

posição na ocupação significou a proliferação de empregos informais de baixa remuneração, puxando para baixo o já reduzido rendimento médio desse tipo de assalariado entre 1981 e 1989.

Neste item, pretendemos avaliar como estas alterações estiveram relacionadas com as mudanças no perfil ocupacional dos integrantes de cada um dos grupos de renda definidos. Além disso, serão comparadas as diferenças intermetropolitanas de renda segundo os estratos da pirâmide distributiva no início e no final da década, o que permitirá, junto com a análise das mudanças de perfil ocupacional desses estratos, sugerir quais foram as razões pelas quais o perfil de distribuição de renda em cada uma das metrópoles tornou-se ainda mais desigual em 1989 do que em 1981.

Em primeiro lugar, notamos que, em 1989, a diferença intermetropolitana de renda aumentou em todos os estratos da pirâmide distributiva. Ao contrário do que ocorria no início da década, a diferença de renda entre as metrópoles, em 1989, não é nitidamente mais expressiva no primeiro estrato (10% mais pobres) do que nos demais. Ao final da década, a diferença de renda média entre São Paulo e Rio de Janeiro no primeiro estrato era de 76% em favor de São Paulo, mesma magnitude da diferença de renda média no grupo de renda 3 e apenas um pouco mais elevada do que no grupo de renda 2 (onde é 69%). Nos estratos de renda mais elevada, embora menores, as diferenças intermetropolitanas de renda média também são significativas, tendo aumentado, entre os anos extremos da década, principalmente no estrato dos 10% mais ricos (tabela 4.3).

Entre os 10% mais pobres, o aumento da diferença intermetropolitana de renda média deu-se por causa da queda de renda média no Rio de Janeiro, pois a de São Paulo permaneceu estável. No Rio de Janeiro, esta queda de rendimento médio aparentemente está localizada nos empregos domésticos - tipo de assalariado cuja participação no estrato diminuiu mais de 10 pontos percentuais de 1981 a 1989. Esta diminuição de renda média e de peso relativo do emprego doméstico está relacionada à passagem de uma parcela destes assalariados do grupo 1 para o grupo 2 entre 1981 e 1989. Os empregados domésticos remanescentes no grupo 1 têm uma situação que se compara à dos trabalhadores por conta-própria e

empregados sem carteira, os quais aumentaram de participação na ocupação total do grupo de renda 1. Na queda do rendimento médio do grupo 1 destaca-se especialmente este aumento da participação dos empregados sem carteira e dos trabalhadores por conta-própria (tabela 4.4).

Portanto, a principal razão da queda de renda média do grupo 1 no Rio de Janeiro foi a proliferação de ocupações de baixa remuneração de empregados sem carteira e de trabalhadores por conta-própria, o que levou a expulsar, deste grupo de renda, os empregados domésticos de maior remuneração, que passaram para os grupos superiores de renda, provavelmente contribuindo para a redução de suas respectivas rendas médias. Ou seja, a queda do rendimento médio do emprego doméstico, que aparenta ser o principal responsável pela diminuição da renda média do grupo de renda 1 do Rio de Janeiro, na verdade é resultado de uma alteração da estrutura ocupacional deste estrato, a qual levou a um aumento de participação de ocupações de renda ainda mais reduzidas do que a de uma certa parcela do emprego doméstico que se encontrava neste estrato em 1981.

Em São Paulo, a manutenção do mesmo patamar de rendimento médio da base de sua pirâmide distributiva ocorreu junto com significativas alterações do perfil ocupacional. Neste caso, aumentou expressivamente a parcela de emprego com carteira (de 17,0% para 40,7%) entre os ocupados que compõem o grupo dos 10% mais pobres. Este crescimento do peso dos empregados com carteira reflete a proliferação, em São Paulo, de empregos formais mal remunerados⁸ e teve por contrapartida a diminuição da participação do trabalho autônomo e do emprego doméstico neste universo de baixa renda, com o deslocamento de uma parcela dessas ocupações para grupos de renda maior.

Deste modo, a manutenção do nível de renda na base da pirâmide distributiva de São Paulo e sua queda no Rio de Janeiro reflete basicamente os tipos diferentes de ocupação que proliferaram nos anos 80

8. De 1981 a 1989, o peso do emprego com carteira não se alterou dentro do conjunto de ocupados da metrópole paulista (tabela 4.1). Mesmo assim, aumentou a proporção de emprego com carteira de baixa renda dentro do total de empregados com carteira. Esta proporção, em 1989, era igual a 6,1% e, em 1981, era igual a apenas 2,5% (tabela 4.2).

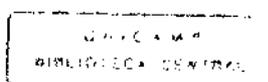
em cada uma das metrópoles - no Rio de Janeiro, trabalhadores por conta-própria e empregados sem carteira de remuneração muito pequena e, em São Paulo, o emprego formal mal remunerado. A remuneração média dos conta-própria e dos empregados sem carteira do Rio de Janeiro não diminuiu, mas, como é muito pequena, fez reduzir a renda média desse estrato. Já em São Paulo, houve queda da renda média em todas as posições na ocupação, mas a proliferação de emprego com carteira com rendimento maior do que nas demais posições na ocupação deste grupo de renda impediu a queda de renda média do total dos ocupados deste estrato (tabela 4.4).

Portanto, embora a diferença intermetropolitana de renda média total tenha aumentado no grupo de renda 1, ela na realidade diminuiu em praticamente todas as posições na ocupação, destacando-se no aumento da diferença intermetropolitana de renda média global deste estrato as mudanças da composição ocupacional das respectivas bases da pirâmide distributiva de cada uma das metrópoles. Ou seja, as ocupações que proliferaram no estrato dos 10% mais pobres de São Paulo têm renda bem mais elevada do que a das ocupações que proliferaram neste mesmo estrato no Rio de Janeiro⁹.

Nos grupos de renda intermediária, verificamos que a participação do emprego com carteira decresce entre 1981 e 1989, exceto no caso do Rio de Janeiro no grupo de renda 2 (tabelas 4.5 a 4.7). Neste estrato, ocorre um aumento do peso relativo do emprego formal, o que revela que, no Rio de Janeiro, também houve proliferação de emprego formal mal remunerado¹⁰, só que, devido à presença, nesta metrópole, de um contingente muito grande de autônomos e de empregados sem carteira de remuneração ainda mais reduzida, fez com que a proliferação do emprego formal mal remunerado se manifestasse na ampliação da participação do

9. Verificar que o rendimento médio dos empregados com carteira de São Paulo, no grupo de renda 1, é igual a 0,67 salários-mínimos em 1989, enquanto os respectivos rendimentos médios dos empregados sem carteira e dos trabalhadores por conta-própria deste mesmo estrato, no Rio de Janeiro, são iguais a 0,34 e 0,32 salários-mínimos em 1989 (tabela 4.4).

10. Apesar da diminuição do peso relativo do emprego com carteira no Rio de Janeiro de 1981 a 1989 (de 62,5% para 57,5% - tabela 4.1), a proporção de empregados com carteira do grupo de renda 2 no conjunto destes assalariados aumentou de 16,2% para 18,9% (tabela 4.2).



emprego com carteira no grupo de renda 2 e não no grupo de renda que reúne os 10% mais pobres desta metrópole.

A redução da participação dos empregados com carteira nos grupos de renda intermediária, ao lado do aumento da participação deste tipo de ocupação no grupo de renda 1, em São Paulo, e no grupo de renda 2, no Rio de Janeiro, indica não apenas a proliferação de empregos formais mal remunerados nas duas metrópoles mas também o rebaixamento do nível médio dos salários.

O aumento da diferença intermetropolitana de renda nos estratos intermediários aconteceu de forma generalizada pelas posições na ocupação. No Rio de Janeiro, o rendimento médio das posições na ocupação em cada um dos estratos intermediários apresentou queda semelhante entre 1981 e 1989, tendo estado por volta dos 30% nos grupos de renda 2 e 3 e de 10% no grupo de renda 4 (tabela 4.9). Em São Paulo, o rendimento médio diminuiu ligeiramente no grupo de renda 2 e manteve-se praticamente estabilizado no grupo de renda 3. Isto ocorre de forma bastante semelhante em todas as posições na ocupação. No grupo de renda 4 de São Paulo, entretanto, houve um crescimento médio de 12% nos rendimentos, sendo que os empregadores e os trabalhadores por conta-própria tiveram aumento de rendimento acima deste patamar.

Deste modo, o aumento das diferenças intermetropolitanas de renda dos estratos intermediários deve-se à queda de rendimento no Rio de Janeiro, que ocorreu em todas as posições na ocupação.

O estrato dos 10% mais ricos foi aquele no qual ocorreram as alterações mais expressivas tanto no perfil ocupacional quanto nos níveis de renda por posição na ocupação em cada uma das metrópoles. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, o emprego com carteira foi afetado por uma expressiva perda de peso relativo no conjunto dos ocupados do grupo de renda 5 (tabela 4.8). Esta posição na ocupação, em São Paulo, manteve, de 1981 a 1989, o mesmo peso relativo no total dos ocupados, enquanto no Rio de Janeiro esta proporção diminuiu. No entanto, mesmo no Rio de Janeiro, a proporção de emprego com carteira que se localiza no grupo de renda 5 diminuiu (tabela 4.2), indicando que a diminuição do emprego formal de alta

renda foi mais intensa do que a diminuição do emprego formal em seu conjunto nesta metrópole¹¹.

Com relação ao salário médio dos empregados com carteira no estrato dos 10% mais ricos, há uma clara distinção entre as metrópoles. Enquanto no Rio de Janeiro este salário médio é praticamente o mesmo em 1981 e 1989, em São Paulo ele aumentou significativamente (quase 27%), passando de 15,00 para 19,00 salários-mínimos (tabela 4.8).

A queda de participação relativa do emprego com carteira, entre os 10% mais ricos de ambas as metrópoles, foi acompanhada de um aumento do peso relativo do trabalho por conta-própria. Em São Paulo, o peso dos conta-própria em 1989, no grupo de renda 5, ficou pouco abaixo da participação dos empregadores, revelando que, durante a década, o trabalho autônomo passou a ser bastante importante também entre as ocupações de alta renda. Além disso, os autônomos do grupo de renda 5 de São Paulo tiveram um aumento significativo de rendimento médio de 1981 a 1989 (tabela 4.8).

Em 1989, portanto, por causa do aumento generalizado da renda média em todas as posições na ocupação de São Paulo no grupo de renda 5, tanto no caso do salário médio do emprego com carteira quanto no do rendimento médio dos empregadores de alta renda passou a existir uma destacada diferença intermetropolitana em favor de São Paulo, contrastando com o que ocorria em 1981, quando estas posições na ocupação não apresentavam diferença intermetropolitana de renda no grupo de renda 5. O rendimento médio do autônomo de alta renda de São Paulo, em 1989, continuou sendo maior do que no Rio de Janeiro, de tal modo que a diferença intermetropolitana inclusive aumentou entre os anos extremos da década. O resultado de todas estas alterações dos níveis de rendimentos

11. Em 1981, 66,7% do total de ocupados de São Paulo eram empregados com carteira (tabela 4.1). Destes empregados, 10,3% estavam inseridos no grupo de renda 5 (tabela 4.2). Dessa forma, conclui-se que, para cada 100 ocupados na região metropolitana de São Paulo em 1981, cerca de 6,87 pessoas eram empregados com carteira do estrato dos 10% mais ricos. Em 1989, quando os empregados com carteira representavam 66,7% do total de ocupados em São Paulo, apenas 8,70% destes empregados estavam inseridos neste estrato (tabela 4.2). Ou seja, de cada 100 ocupados em São Paulo, em 1989, cerca de apenas 5,79 pessoas eram empregados com carteira do grupo de renda 5. Analogamente, no Rio de Janeiro em 1981 e 1989, estes valores eram de, respectivamente, 7,50 e 5,87.

das posições na ocupação foi que o estrato dos 10% mais ricos passou a apresentar uma significativa diferença intermetropolitana de renda em 1989.

Deste item, podemos concluir que se ampliaram bastante as diferenças intermetropolitanas de renda em todas as posições na ocupação de 1981 a 1989. Aumentou também a dispersão salarial e de rendimentos dos trabalhadores por conta-própria dentro de cada uma das metrópoles no período, fazendo com que o perfil distributivo se tornasse ainda mais concentrado tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo.

A magnitude das alterações dos níveis de renda média, porém, diferiram muito segundo as posições na ocupação dentro de cada uma das metrópoles. Em São Paulo, o aumento modesto dos salários médios dos empregados com carteira, em contraposição a ganhos de renda média relativamente elevados especialmente por parte dos empregadores e dos trabalhadores por conta-própria, fizeram com que aumentasse a parcela de contribuição do emprego formal nos estratos de baixa renda, destacando-se o estrato dos 10% mais pobres. Por outro lado, cresceu expressivamente o peso do trabalho autônomo paulista entre os ocupados de alta renda.

No Rio de Janeiro, os assalariados foram os mais afetados em seus níveis de rendimento médio no período, e o modesto crescimento de renda média de seus trabalhadores autônomos não permitiu que diminuísse a enorme parcela destes trabalhadores que, em 1981, apresentavam rendimentos médios bastante reduzidos e que contribuía com uma grande parte dos ocupados do grupo de renda 1.

Desta forma, no grupo de renda 1 aumentou expressivamente a parcela do emprego formal em São Paulo, mas não houve alterações importantes no rendimento médio do conjunto dos ocupados neste estrato. No Rio de Janeiro, aumentou ainda mais a parcela de trabalho autônomo e de emprego sem carteira de baixíssima remuneração¹².

12. O aumento do peso relativo dos autônomos neste estrato não foi muito expressivo, mas é importante considerar que o peso do trabalho por conta-própria aumentou no conjunto dos ocupados desta metrópole, o que indica a proliferação de ocupações por conta-própria de baixíssima remuneração no período. A parcela de emprego autônomo aumentou de 39,7% para 40,7% no grupo de renda 1 de 1981 a 1989 (tabela 4.4), ao mesmo tempo em que aumentava de 15,4% para 17,3% o peso relativo desta posição na ocupação no conjunto dos ocupados desta metrópole neste mesmo período (tabela 4.1).

A diferença intermetropolitana de renda aumentou inclusive no estrato dos 10% mais ricos. Neste caso, a elevação da parcela do emprego autônomo, no Rio de Janeiro, foi muito mais um resultado da queda salarial desta metrópole e da queima de postos de trabalho com assalariamento formal de alta remuneração do que propriamente um sintoma de aumento no valor real médio dos rendimentos dos trabalhadores por conta-própria. O rendimento médio dos autônomos do Rio de Janeiro, no grupo de renda 5, assim como das demais posições na ocupação, manteve-se praticamente inalterado em 1989, tendo aumentado somente entre os empregados sem carteira, posição na ocupação que tem, entretanto, o menor peso relativo dentro deste estrato (tabela 4.8).

Em São Paulo, por outro lado, foram muito expressivos os aumentos de renda dos autônomos, que assim ampliaram bastante a sua participação relativa entre os ocupados de alta remuneração. O mercado de trabalho de São Paulo também permitiu aos seus empregados de maior renda aumentarem seus salários no período (tabela 4.8).

Em suma, o aumento do grau de concentração de renda em São Paulo deveu-se, de um lado, à redução dos níveis salariais de ampla parcela do seu emprego com carteira e à proliferação de empregos formais mal remunerados e, de outro lado, aos elevados ganhos de renda dos empregadores e dos trabalhadores por conta-própria. No Rio de Janeiro, a dispersão de rendimentos aumentou porque os rendimentos dos ocupados de altas rendas mantiveram-se inalterados no período, enquanto os rendimentos dos estratos intermediários diminuíram significativamente em todas as posições na ocupação e, simultaneamente, ocorreu uma proliferação de ocupações de baixíssimas remunerações em 1989, notadamente os empregos informais e o trabalho por conta-própria.

No próximo item, deveremos avaliar se esse aumento do grau de concentração de renda verificado nas metrópoles, devido às alterações nos níveis e na estrutura ocupacional de seus respectivos estratos de renda, esteve relacionado também a modificações da estrutura setorial das posições na ocupação em cada um deles.

4.4 ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA SETORIAL DAS POSIÇÕES NA OCUPAÇÃO NOS ESTRATOS DE RENDA DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO E DO RIO DE JANEIRO ENTRE 1981 E 1989

Neste item, pretendemos verificar em que medida as principais alterações ocorridas em cada estrato tanto na estrutura ocupacional quanto nos níveis de rendimentos médios das posições na ocupação, as quais acabaram provocando o aumento da diferença intermetropolitana de renda entre 1981 e 1989, podem ser atribuídas a movimentos ocorridos na distribuição setorial dos ocupados de cada uma das metrópoles.

No estrato que reúne os 10% mais pobres, o aumento da participação relativa do emprego com carteira, em São Paulo, ocorreu principalmente na indústria de transformação, no comércio e nos serviços técnicos/auxiliares da atividade econômica. No caso da indústria, este aumento de participação entre os empregados com carteira de baixa renda ocorreu apesar da diminuição do peso relativo deste setor dentro do conjunto destes assalariados¹³, o que mostra que houve queda de salário nestas atividades (comparar tabelas 3.5 e 4.10).

O comércio e os serviços técnicos/auxiliares, por outro lado, tiveram um aumento de suas participações dentro do conjunto dos empregados com carteira desta metrópole, mas entre os empregados com carteira do grupo de renda 1 houve um aumento proporcionalmente ainda maior, o que indica a proliferação de empregos formais de baixa remuneração nestas atividades¹⁴.

13. A indústria de transformação contribuía com 48,2% do total de empregos com carteira de São Paulo em 1981 e apenas 43,9% deste total em 1989 (tabelas 3.10 e 4.15). Não obstante, este setor aumentou de 38,3% para 39,0% seu peso relativo entre os empregados com carteira do grupo de renda 1 neste período (tabelas 3.5 e 4.10). Como resultado, aumentou a proporção de empregos com carteira de baixa renda (grupo 1) dentro das atividades industriais, de 1,98% para 5,42%.

14. Ao contrário do que ocorreu na indústria de transformação, que alterou todo o seu perfil de emprego com carteira segundo os grupos de renda (aumentou a proporção desta posição na ocupação no grupo de renda 1, principalmente, mas também nos grupos de renda 2 e 3, tendo diminuído significativamente a proporção de emprego com carteira no grupo de renda 5), no comércio e nos serviços técnicos/auxiliares aumentou expressivamente a proporção de emprego com carteira no grupo de renda 1 mas não diminuiu a proporção de emprego com carteira no grupo de renda 2 em cada uma destas atividades.

A queda do salário médio dos empregados com carteira deste estrato, em São Paulo, foi modesta e manteve a remuneração média desta posição na ocupação acima das demais porque a diminuição foi pequena em todos os setores e o aumento da participação setorial dentro dos empregados com carteira deu-se principalmente em atividades cuja renda média é relativamente alta.

No Rio de Janeiro, ao contrário de São Paulo, o aumento da participação dos assalariados, entre os 10% mais pobres, ocorreu no emprego sem carteira. Este aumento decorreu da proliferação de ocupações de baixa renda entre estes empregados nos serviços de alojamento/alimentação e de reparação/conservação e também do rebaixamento do salário médio da construção¹⁵ (tabelas 3.5 e 4.10).

Em 1989, a diferença intermetropolitana de renda média no emprego sem carteira aumentou um pouco mais em relação a 1981 de forma generalizada pelos setores de atividade, o que indica que houve um distanciamento dos níveis de rendimentos das bases do assalariamento informal de cada uma das metrópoles no período.

Com relação à proliferação dos trabalhadores autônomos de baixa renda no Rio de Janeiro, ela ocorreu sem que a composição setorial desta posição na ocupação tenha se alterado. Os serviços de reparação/conservação continuavam, em 1989, participando com pouco mais de 60% do total de trabalhadores autônomos do grupo de renda 1 e as atividades ligadas ao comércio ocupavam cerca de 16% destes trabalhadores neste mesmo estrato (tabela 4.10).

No grupo de renda 2, do Rio de Janeiro, o aumento da participação do emprego com carteira ocorreu principalmente na indústria de transformação e nos serviços de reparação/conservação (comparar tabelas 3.6 e 4.11). Na indústria parece ter havido redução de salário, pois o perfil dos ocupados com carteira neste setor, no Rio de

15. Em 1981, na construção do Rio de Janeiro, havia uma proporção de 10,79% dos empregados sem carteira deste setor que estava ocupada no grupo de renda 1 e de 40,69% no grupo de renda 2; em 1989, estas proporções passaram a ser iguais a, respectivamente, 23,27% e 21,82%.

Janeiro, mudou, de 1981 a 1989, no sentido de um aumento da proporção destes empregados nos grupos de renda 1, 2 e 3, apesar da perda de participação relativa destas atividades no conjunto do emprego com carteira desta metrópole¹⁶. Nos serviços de reparação/conservação, o aumento do peso relativo entre os com carteira do grupo de renda 2 decorreu da proliferação de empregos de baixa renda neste setor entre 1981 e 1989.

Com relação aos estratos intermediários, vale destacar que houve algumas mudanças na composição dos empregadores de menor renda. Em São Paulo, aumentou significativamente a importância relativa da indústria de transformação no conjunto dos empregadores do grupo de renda 3 (tabelas 3.7 e 4.12), resultado não só do aumento da proporção deste setor de atividade no total dos empregadores desta metrópole mas também devido à proliferação de pequenos negócios neste setor de atividade entre os anos extremos da década. No Rio de Janeiro, um movimento análogo ocorreu nas atividades ligadas ao comércio.

No grupo de renda 5, o rendimento médio de São Paulo aumentou em todas as posições na ocupação. Entre os empregados com carteira, esse aumento ocorreu de forma generalizada pelos setores de atividade. Com relação às alterações na composição setorial desta posição na ocupação, destaca-se a diminuição de peso relativo do emprego industrial, o que teve por contrapartida o aumento da participação do comércio, das atividades financeiras/imobiliárias e dos serviços pessoais/domiciliares entre esses assalariados de alta renda (tabelas 3.9 e 4.14). No caso da indústria de transformação, essa diminuição de peso relativo entre os empregados com carteira do grupo de renda 5 reflete a menor proporção de empregos formais de alta renda em 1989 neste setor¹⁷. A queda generalizada dos salários dos empregados formais da

16. Em 1981, as atividades industriais correspondiam a 26,0% do conjunto do emprego com carteira desta metrópole e, em 1989, a 23,9% (tabelas 3.10 e 4.15). Em 1981, do total de empregados com carteira na indústria do Rio de Janeiro, havia 0,43% no grupo 1, 15,08% no grupo 2, 34,29% no grupo 3, 36,90% no grupo 4 e 13,34% no grupo 5. Em 1989, estes valores eram iguais, respectivamente, a 0,94%, 21,75%, 37,12%, 31,06% e 9,09%.

17. Em 1989, 8,8% dos empregados com carteira da indústria de transformação estavam ocupados no grupo de renda 5, enquanto em 1981 havia 11,9% destes empregados neste estrato. Também no Rio de Janeiro diminuiu a proporção de empregados com carteira da indústria no grupo de renda 5 (13,3%, em 1981, e 9,1%, em 1989).

indústria fez com que diminuísse o peso destas atividades entre os empregados com carteira de altas rendas.

O aumento da participação do comércio dentro dos empregados com carteira do grupo de renda 5 deveu-se ao aumento da dispersão dos salários neste setor de atividade¹⁸, proporcionando, a uma maior parcela de seus empregados formais, a oportunidade de inserir-se no estrato dos 10% mais ricos desta metrópole. Nas atividades financeiras/imobiliárias e nos serviços pessoais/domiciliares, também houve uma dispersão salarial no período, pois houve um crescimento mais acentuado dos salários dos empregados com carteira localizados no topo do que dos localizados na base de sua pirâmide distributiva.

Os empregados informais de alta renda tiveram uma diminuição ainda mais expressiva do que no caso dos empregados com carteira de participação da indústria de transformação entre os anos extremos da década em São Paulo, sendo que, neste caso, as atividades financeiras/imobiliárias e os serviços pessoais/domiciliares foram os únicos setores responsáveis pela contrapartida da perda de importância relativa do emprego industrial (tabelas 3.9 e 4.14).

Entre os autônomos do grupo de renda 5 é que ocorreram as maiores alterações de composição setorial entre 1981 e 1989. Em São Paulo, estas alterações ocorreram em simultâneo a um crescimento expressivo do rendimento médio, especialmente nas atividades financeiras/imobiliárias e nos serviços de transportes/comunicações. Nesta metrópole, o aumento expressivo da participação relativa do trabalho autônomo entre os ocupados de alta renda foi acompanhado de crescimento do peso relativo dos serviços de transportes/comunicações, técnicos/auxiliares, da construção e das atividades sociais nesta posição na ocupação. Vale ressaltar, porém, que os serviços pessoais/domiciliares, seguidos do comércio, são as atividades que, em 1989, ainda reúnem, em conjunto, mais da metade dos autônomos do estrato dos 10% mais ricos (tabela 4.14).

18. Tomando-se a evolução do perfil dos empregados com carteira no comércio, em São Paulo, verificamos que, de 1981 a 1989, aumentou tanto a proporção do total destes empregados no grupo de renda 1 (de 2,82% para 11,91%) quanto no grupo de renda 5 (de 4,66% para 5,58%).

No Rio de Janeiro, não ocorre aumento significativo do rendimento médio dos trabalhadores por conta-própria do grupo de renda 5, mas existe uma alteração importante na composição setorial destes trabalhadores, devido ao aumento da participação do comércio e, principalmente, dos serviços pessoais/domiciliares entre os autônomos de alta renda. Em 1989, os serviços pessoais/domiciliares passaram a contribuir com uma parcela maior do que 40% dos autônomos do grupo de renda 5 desta região metropolitana (tabelas 3.9 e 4.14).

A ampliação da diferença intermetropolitana de renda média dos autônomos do grupo de renda 5 deve-se ao fato de que, de 1981 a 1989, a remuneração média destes trabalhadores em São Paulo, especialmente no comércio, nas atividades financeiras/imobiliárias e nos transportes/comunicações, atingiu patamares superiores inclusive aos dos salários nestes e em outros setores de atividade deste grupo de renda. Enquanto isso, os rendimentos médios dos trabalhadores por conta-própria deste estrato, no Rio de Janeiro, mantinham, em 1989, os mesmos patamares de 1981 (comparar tabelas 3.9 e 4.14).

Dessa forma, os aumentos das diferenças intermetropolitanas de renda entre 1981 e 1989 que podem ser atribuídos a setores de atividade específicos encontram-se em todos os estratos da pirâmide distributiva. Os rendimentos médios do Rio de Janeiro diminuíram especialmente nos estratos intermediários, como resultado da proliferação de ocupações de reduzidíssimos rendimentos, especialmente do emprego informal e do auto-emprego (destacando-se os serviços de reparação/conservação e o comércio) que, além de terem sido responsáveis pelo aumento da diferença intermetropolitana de renda entre os 10% mais pobres, deslocaram parcelas de ocupados com rendimentos relativamente mais elevados (como no caso do emprego doméstico) para grupos de rendas mais elevadas, deteriorando o rendimento médio destes estratos. Além disso, o Rio de Janeiro presenciou o crescimento da participação do comércio entre os empregados sem carteira dos grupos de renda 3 e 4, resultado que afetou o salário-médio destes estratos pois este setor é um dos que possuem salários relativamente mais baixos nesta região metropolitana.

No estrato dos 10% mais ricos, o aumento da diferença intermetropolitana de renda deveu-se tanto ao setor formal quanto ao informal. No caso dos empregados com carteira, contribuíram para este resultado a criação de postos de trabalho de alta remuneração especialmente no comércio e nas atividades financeiras/imobiliárias de São Paulo. Já entre os trabalhadores por conta-própria de alta renda, também o comércio e as atividades financeiras/imobiliárias, além dos serviços de transportes/comunicações de São Paulo, foram os setores que apresentaram rendimentos médios ainda mais elevados do que os dos demais autônomos deste estrato, contribuindo para acentuar a elevação da diferença intermetropolitana de renda ocorrida nesta posição na ocupação de 1981 a 1989.

TABELA 4.1

Evolucao da distribuicao do conjunto dos ocupados e de suas respectivas rendas medias segundo posicao
rendas medias segundo posicao na ocupacao
Regioes Metropolitanas de Sao Paulo e Rio de Janeiro
Anos: 1981/1989

Posicao na Ocupacao	Sao Paulo		Rio de Janeiro		Sao Paulo		Rio de Janeiro		variacao(1989-1981) ocupados(pt.perc.)		variacao(1989/1981) renda media(em %)	
	Ocupados		Ocupados		Renda Media(*)		Renda Media(*)		ocupados(pt.perc.)		renda media(em %)	
	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989	SP	RJ	SP	RJ
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	3,85	4,48	3,33	3,04	0,0	0,0	16,4	-8,7
Com Carteira	66,7	66,6	62,5	57,5	4,14	4,37	3,90	3,35	-0,1	-5,0	5,6	-14,1
Sem Carteira	9,7	11,5	9,9	13,7	2,16	2,63	1,77	1,64	1,8	3,8	21,9	-7,2
Empregador	4,1	3,9	3,7	4,3	9,06	12,66	8,28	8,96	-0,2	0,6	39,7	8,3
Conta-propria	13,2	13,0	15,4	17,3	3,51	5,43	2,22	2,58	-0,2	1,9	54,9	16,2
Domesticas	6,3	5,1	8,5	7,2	0,93	1,09	0,82	0,65	-1,2	-1,3	17,2	-20,7

Fonte: PNAD, IBGE.

Obs: Rendimentos em salarios-minimos de agosto de 1980, deflacionados pelo IPCA-IBGE.

TABELA 4.2

Evolucao da distribuicao dos ocupados segundo posicao na ocupacao nos cinco grupos de renda

Regiao Metropolitana de Sao Paulo e do Rio de Janeiro

Anos:1981/1989

Grupos de Renda(*)	SAO PAULO		RIO DE JANEIRO		SAO PAULO		RIO DE JANEIRO		SAO PAULO		RIO DE JANEIRO	
	Com carteira		Com carteira		Sem carteira		Sem carteira		Domesticos		Domesticos	
	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989
G1	2,5	6,1	1,0	1,0	27,6	25,1	18,8	20,6	53,5	38,3	41,6	34,6
G2	18,8	18,4	16,2	18,9	32,4	31,1	34,6	27,1	38,9	42,1	45,6	47,7
G3	34,7	34,0	33,9	32,5	24,0	23,9	31,4	33,8	7,4	18,3	12,3	16,3
G4	33,6	32,7	36,9	37,3	12,7	15,4	12,0	15,5	0,3	1,4	0,5	1,4
G5	10,3	8,7	12,0	10,2	3,3	4,5	3,2	3,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Grupos de Renda(*)	SAO PAULO		RIO DE JANEIRO		SAO PAULO		RIO DE JANEIRO	
	empregador		empregador		conta-propria		conta-propria	
	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989
G1	0,4	0,4	0,0	0,3	17,2	8,4	25,7	23,6
G2	2,4	1,8	2,4	1,4	13,3	15,0	16,2	11,0
G3	6,2	9,4	10,7	6,8	28,7	25,7	27,7	30,1
G4	47,9	39,3	46,0	41,0	33,1	37,3	25,9	26,4
G5	43,1	49,2	40,8	50,4	7,7	13,5	4,5	8,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte:PNAD, IBGE.

Obs:Os Grupos de Renda correspondem aos decis agrupados das respectivas piramides distributivas das regioes metropolitanas.

G1 - 1.o decil; G2 - 2.o e 3.o decis; G3 - 4.o, 5.o e 6.o decis; G4 - 7.o, 8.o e 9.o decis e G5 - 10.o decil.

TABELA 4.3
 Variacao da Renda Media dos Grupos de Renda
 Regiao Metropolitana de Sao Paulo e do Rio de Janeiro
 Ano:1981/1989

grupos de renda	renda media (SP/RJ)		variacao da diferenca intermetropolitana (89/81)
	1981	1989	
G1	1,50	1,76	1,17
G2	1,28	1,69	1,32
G3	1,26	1,76	1,40
G4	1,22	1,51	1,24
G5	1,05	1,35	1,29

Fonte:PNAD, IBGE.
 rendimentos em salarios minimos de agosto de 1980.

TABELA 4.4
 Evolucao da composicao do grupo de renda 1 segundo posicao na ocupacao
 Regiao Metropolitana de Sao Paulo e do Rio de Janeiro
 Anos:1981-1989

Posicao na Ocupacao	G1				RENDA MEDIA			
	Sao Paulo		Rio de Janeiro		Sao Paulo		Rio de Janeiro	
	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989
Com carteira	17,0	40,7	6,4	5,9	0,72	0,67	0,43	0,45
Sem carteira	26,8	28,8	18,7	28,2	0,60	0,58	0,35	0,34
Empregador	0,2	0,1	0,0	0,1	0,58	0,12	0,00	0,55
Conta-propria	22,6	11,0	39,7	40,7	0,50	0,52	0,31	0,32
Domesticos	33,5	19,4	35,2	25,0	0,62	0,55	0,50	0,33
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	0,60	0,60	0,40	0,34

Fonte:PNAD, IBGE.

Obs.:G1=1.º decil

TABELA 4.5

Evolucao da composicao do grupo de renda 2 segundo posicao na ocupacao
Regiao Metropolitana de Sao Paulo e do Rio de Janeiro
Anos:1981-1989

Posicao na Ocupacao	G2		G2		RENDA MEDIA			
	Sao Paulo		Rio de Janeiro		Sao Paulo		Rio de Janeiro	
	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989
Com carteira	62,8	61,4	50,5	54,4	1,22	1,15	0,99	0,69
Sem carteira	15,8	17,9	17,2	18,5	1,20	1,14	0,93	0,68
Empregador	0,5	0,4	0,4	0,3	1,32	1,23	0,98	0,65
Conta-propria	8,7	9,7	12,5	9,5	1,24	1,14	0,92	0,66
Domesticos	12,2	10,7	19,3	17,2	1,17	1,09	0,91	0,68
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	1,22	1,15	0,96	0,68

Fonte:PNAD, IBGE.

Obs.:G2=2.o+3.o decil.

TABELA 4.6

Evolucao da composicao do grupo de renda 3 segundo posicao na ocupacao
Regiao Metropolitana de Sao Paulo e do Rio de Janeiro
Anos:1981-1989

Posicao na Ocupacao	G3		G3		RENDA MEDIA			
	Sao Paulo		Rio de Janeiro		Sao Paulo		Rio de Janeiro	
	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989
Com carteira	77,2	75,4	70,6	62,3	2,18	2,15	1,74	1,23
Sem carteira	7,8	9,2	10,4	15,4	2,15	2,16	1,71	1,20
Empregador	0,9	1,2	1,3	1,0	2,14	2,16	1,66	1,18
Conta-propria	12,6	11,1	14,2	17,3	2,15	2,17	1,69	1,19
Domesticos	1,5	3,1	3,5	3,9	1,87	1,96	1,51	1,06
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	2,17	2,15	1,73	1,22

Fonte:PNAD, IBGE.

Obs.:G3=4.o+5.o+6.o decil.

TABELA 4.7

Evolucao da composicao do grupo de renda 4 segundo posicao na ocupacao
Regiao Metropolitana de Sao Paulo e do Rio de Janeiro
Anos:1981-1989

Posicao na Ocupacao	G4		G4		RENDA MEDIA			
	Sao Paulo		Rio de Janeiro		Sao Paulo		Rio de Janeiro	
	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989
Com carteira	74,7	72,7	76,9	71,4	4,73	5,21	3,85	3,49
Sem carteira	4,1	5,9	4,0	7,1	4,62	5,25	3,71	3,45
Empregador	6,6	5,1	5,7	5,9	4,61	5,49	3,80	3,42
Conta-propria	14,5	16,1	13,3	15,2	4,53	5,33	3,75	3,40
Domesticos	0,1	0,2	0,1	0,3	3,18	4,59	2,76	3,26
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	4,68	5,24	3,83	3,47

Fonte:PNAD, IBGE.

Obs.:G4=7.o+8.o+9.o decil.

TABELA 4.8

Evolucao da composicao do grupo de renda 5 segundo posicao na ocupacao
Regiao Metropolitana de Sao Paulo e do Rio de Janeiro
Anos:1981-1989

Posicao na Ocupacao	G5		G5		RENDA MEDIA			
	Sao Paulo		Rio de Janeiro		Sao Paulo		Rio de Janeiro	
	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989
Com carteira	68,8	58,2	74,8	58,5	15,00	19,00	14,40	14,20
Sem carteira	3,2	5,2	3,2	4,2	14,90	17,10	12,20	15,90
Empregador	17,8	19,1	15,1	21,9	15,50	20,40	15,50	14,80
Conta-propria	10,2	17,5	6,9	15,4	14,70	19,20	12,30	13,00
Domesticos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	15,05	19,20	14,30	14,20

Fonte:PNAD, IBGE.

Obs.:G5=10.o decil.

TABELA 4.9
Evolucao da renda media dos grupos de renda segundo posicao na ocupacao
Regiao Metropolitana de Sao Paulo e do Rio de Janeiro
Ano:1989/1981

Posicao na Ocupacao	RENDA MEDIA DE 1989/RENDA MEDIA DE 1981									
	G1		G2		G3		G4		G5	
	SP	RJ	SP	RJ	SP	RJ	SP	RJ	SP	RJ
Com carteira	0,93	1,05	0,94	0,70	0,99	0,71	1,10	0,91	1,27	0,99
Sem carteira	0,97	0,97	0,95	0,73	1,00	0,70	1,14	0,93	1,15	1,30
Empregador	0,21	0,00	0,93	0,66	1,01	0,71	1,19	0,90	1,32	0,95
Conta-propria	1,04	1,03	0,92	0,71	1,01	0,70	1,18	0,91	1,31	1,06
Domesticos	0,89	0,66	0,93	0,75	1,05	0,70	1,44	1,18	0,00	0,00
Total	1,00	0,85	0,94	0,71	0,99	0,71	1,12	0,91	1,28	0,99

Fonte:PNAD, IBGE.

Obs.:G1=1.o decil;G2=2.o+3.o decil;G3=4.o+5.o+6.o decil;G4=7.o+8.o+9.o decil e G5=10.o decil.

Rendimentos em salarios-minimos de agosto de 1980, deflacionados pelo IPCA-IBGE.

Distribuição e Rendas Médias das Pessoas Ocupadas segundo Posição na Ocupação nos Setores de Atividade

Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro

Ano: 1989

SETORES DE ATIVIDADE	DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS											
	Posição na Ocupação											
	Com carteira			Sem carteira			Empregadores			Conta-Própria		
	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ
TOTAL	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0
Industria de Transf.	39,0	22,5	16,5	26,8	13,7	13,1	100,0	0,0	100,0	5,1	2,2	2,9
Construção	0,7	5,0	-4,3	7,8	17,4	-9,6	0,0	0,0	0,0	5,1	4,0	1,1
Comercio	20,7	0,0	20,7	23,4	20,5	2,9	0,0	0,0	0,0	32,1	16,4	15,6
Ativ.Fin.Imobil.	2,4	0,0	2,4	2,9	0,5	2,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	-0,4
Transp.Comun.	0,7	2,5	-1,8	2,0	2,1	-0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	-0,4
Serv.T.Aux.Div.	6,9	2,5	4,4	9,3	5,8	3,5	0,0	100,0	0,0	3,8	4,0	-0,2
Serv.Aloj.Alim.	2,4	2,5	-0,1	7,8	12,6	-4,8	0,0	0,0	0,0	3,8	2,6	1,3
Repar.Conserv.	7,6	7,5	0,1	5,9	15,8	-9,9	0,0	0,0	0,0	37,2	60,2	-23,0
Serv.Pes.Domic.	6,2	7,5	-1,3	6,3	2,1	4,2	0,0	0,0	0,0	3,8	1,8	2,0
Ativ.Sociais	10,3	20,0	-9,7	7,8	8,4	-0,6	0,0	0,0	0,0	9,0	4,4	4,6
Adm.Publica	3,1	30,0	-26,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1	-1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	3,6	-3,6
SETORES DE ATIVIDADE	RENDIMENTOS MÉDIOS											
	Posição na Ocupação											
	Com carteira			Sem carteira			Empregadores			Conta-Própria		
	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ
TOTAL	0,67	0,45	1,50	0,58	0,34	1,69	0,12	0,55	0,22	0,52	0,32	1,64
Industria de Transf.	0,67	0,45	1,49	0,58	0,39	1,49	0,12	0,00	0,00	0,55	0,37	1,49
Construção	0,75	0,54	1,39	0,63	0,38	1,66	0,00	0,00	0,00	0,68	0,46	1,48
Comercio	0,67	0,00	0,00	0,59	0,37	1,59	0,00	0,00	0,00	0,53	0,34	1,56
Ativ.Fin.Imobil.	0,70	0,00	0,00	0,66	0,49	1,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,55	0,00
Transp.Comun.	0,75	0,27	2,78	0,58	0,23	2,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,33	0,00
Serv.T.Aux.Div.	0,69	0,49	1,41	0,59	0,35	1,69	0,00	0,55	0,00	0,35	0,31	1,13
Serv.Aloj.Alim.	0,62	0,44	1,41	0,50	0,33	1,52	0,00	0,00	0,00	0,55	0,41	1,34
Repar.Conserv.	0,66	0,47	1,40	0,54	0,24	2,25	0,00	0,00	0,00	0,52	0,30	1,73
Serv.Pes.Domic.	0,69	0,46	1,50	0,59	0,28	2,11	0,00	0,00	0,00	0,44	0,39	1,13
Ativ.Sociais	0,67	0,38	1,76	0,52	0,38	1,37	0,00	0,00	0,00	0,48	0,26	1,85
Adm.Publica	0,44	0,47	0,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,29	0,00

Fonte: PNAD's, IBGE.

Obs: Rendimentos em salários-mínimos de agosto de 1980.

Distribuicao e Rendias Medias das Pessoas Ocupadas segundo Posicao na Ocupacao nos Setores de Atividade
Regioes Metropolitanas de Sao Paulo e do Rio de Janeiro
Ano: 1989

SETORES DE ATIVIDADE	DISTRIBUICAO DOS OCUPADOS											
	Posicao na Ocupacao											
	Com carteira			Sem carteira			Empregadores			Conta-Propria		
	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ
TOTAL	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0
Industria de Transf.	44,7	27,5	17,2	29,8	27,6	2,2	20,0	25,0	-5,0	3,6	3,9	-0,3
Construcao	2,7	8,0	-5,3	11,4	12,4	-1,0	0,0	0,0	0,0	15,8	8,6	7,2
Comercio	13,9	14,6	-0,6	14,5	15,6	-1,1	20,0	0,0	20,0	30,2	18,7	11,5
Ativ.Fin.Imobil.	4,2	3,3	1,0	0,4	3,2	-2,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transp.Comun.	3,0	2,3	0,7	2,7	1,6	1,1	0,0	0,0	0,0	1,4	1,6	-0,1
Serv.T.Aux.Div.	4,2	6,9	-2,7	9,8	10,0	-0,2	60,0	25,0	35,0	9,4	10,2	-0,8
Serv.Aloj.Alim.	1,5	2,5	-1,0	10,2	7,2	3,0	0,0	50,0	-50,0	3,6	6,2	-2,7
Repar.Conserv.	4,7	11,4	-6,8	7,5	7,6	-0,2	0,0	0,0	0,0	32,4	35,2	-2,8
Serv.Pes.Domic.	6,9	4,2	2,6	4,7	5,2	-0,5	0,0	0,0	0,0	1,4	2,3	-0,9
Ativ.Sociais	11,7	13,2	-1,6	8,2	8,0	0,2	0,0	0,0	0,0	2,2	6,3	-4,1
Adm.Publica	2,5	6,0	-3,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	0,0	0,0	0,0	0,8	1,6	-0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	7,0	-7,0
SETORES DE ATIVIDADE	RENDIMENTOS MEDIOS											
	Posicao na Ocupacao											
	Com carteira			Sem carteira			Empregadores			Conta-Propria		
	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ
TOTAL	1,15	0,69	1,67	1,14	0,68	1,68	1,23	0,65	1,90	1,14	0,66	1,74
Industria de Transf.	1,16	0,69	1,68	1,14	0,69	1,65	0,69	0,34	2,01	1,11	0,68	1,63
Construcao	1,20	0,69	1,74	1,16	0,68	1,71	0,00	0,00	0,00	1,18	0,68	0,00
Comercio	1,12	0,68	1,64	1,16	0,68	1,72	0,69	0,00	0,00	1,13	0,67	0,00
Ativ.Fin.Imobil.	1,14	0,69	1,66	0,41	0,69	0,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transp.Comun.	1,12	0,69	1,62	1,20	0,68	1,76	0,00	0,00	0,00	0,41	0,31	0,00
Serv.T.Aux.Div.	1,18	0,69	1,72	1,13	0,69	1,63	1,23	0,28	4,47	1,14	0,65	1,75
Serv.Aloj.Alim.	1,19	0,68	1,76	1,15	0,66	1,76	0,00	0,68	0,00	0,51	0,64	0,79
Repar.Conserv.	1,14	0,70	1,63	1,13	0,68	1,67	0,00	0,00	0,00	1,15	0,66	0,00
Serv.Pes.Domic.	1,15	0,69	1,67	1,15	0,70	1,65	0,00	0,00	0,00	1,10	0,36	0,00
Ativ.Sociais	1,17	0,70	1,68	1,13	0,68	1,66	0,00	0,00	0,00	1,10	0,64	0,00
Adm.Publica	1,11	0,69	1,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	1,11	0,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,66	0,00

Fonte: PNAD's, IBGE.

Obs: Rendimentos em salarios-minimos de agosto de 1980

Grupo de Renda 3

Distribuicao e Rendas Medias das Pessoas Ocupadas segundo Posicao na Ocupacao nos Setores de Atividade

Regioes Metropolitanas de Sao Paulo e do Rio de Janeiro

Ano: 1989

SETORES DE ATIVIDADE	DISTRIBUICAO DOS OCUPADOS											
	Posicao na Ocupacao											
	Com carteira			Sem carteira			Empregadores			Conta-Propria		
	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ
TOTAL	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0
Industria de Transf	43,7	27,3	16,4	27,0	17,6	9,4	23,1	15,0	8,1	5,5	5,7	-0,3
Construcao	3,5	5,6	-2,1	8,7	18,9	-10,2	3,8	15,0	-11,2	24,8	16,9	7,9
Comercio	10,3	15,7	-5,4	17,3	17,3	0,0	23,1	35,0	-11,9	19,7	21,1	-1,4
Ativ. Fin. Imobil.	6,6	3,3	3,2	3,6	1,9	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	-0,3
Transp. Comun.	6,4	4,8	1,5	3,1	3,8	-0,8	3,8	0,0	3,8	8,0	4,0	4,0
Serv. T. Aux. Div.	2,5	5,1	-2,5	5,6	6,4	-0,8	23,1	10,0	13,1	6,7	8,6	-1,8
Serv. Aloj. Alim.	1,7	2,6	-0,9	7,1	6,4	0,7	7,7	20,0	-12,3	11,3	7,4	3,9
Repar. Conserv.	2,6	6,9	-4,3	8,2	8,7	-0,5	3,8	5,0	-1,2	17,2	27,1	-9,9
Serv. Pes. Domic.	5,1	5,4	-0,2	7,1	6,1	1,1	3,8	0,0	3,8	4,2	4,9	-0,7
Ativ. Sociais	12,2	15,2	-3,0	10,7	9,0	1,7	7,7	0,0	7,7	1,7	2,0	-0,3
Adm. Publica	5,0	8,0	-3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	0,3	0,0	0,3	1,5	3,8	-2,3	0,0	0,0	0,0	0,8	2,0	-1,2
SETORES DE ATIVIDADE	RENDIMENTOS MEDIOS											
	Posicao na Ocupacao											
	Com carteira			Sem carteira			Empregadores			Conta-Propria		
	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ
TOTAL	2,15	1,23	1,74	2,16	1,20	1,79	2,16	1,18	1,83	2,17	1,19	1,83
Industria de Transf	2,15	1,24	1,73	2,16	1,21	1,79	2,23	0,39	5,71	2,20	1,16	1,89
Construcao	2,16	1,24	1,74	2,19	1,20	1,82	0,91	0,93	0,98	2,19	1,21	1,81
Comercio	2,14	1,23	1,74	2,16	1,16	1,86	1,44	1,25	1,15	2,17	1,19	1,83
Ativ. Fin. Imobil.	2,16	1,21	1,79	2,18	1,24	1,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,27	0,00
Transp. Comun.	2,14	1,24	1,73	2,14	1,21	1,77	0,91	0,00	0,00	2,17	1,15	1,89
Serv. T. Aux. Div.	2,08	1,20	1,74	2,10	1,24	1,69	1,64	0,73	2,25	2,21	1,19	1,86
Serv. Aloj. Alim.	2,15	1,21	1,77	2,15	1,19	1,80	0,91	0,85	1,07	2,20	1,22	1,81
Repar. Conserv.	2,16	1,21	1,79	2,17	1,19	1,82	0,55	0,55	1,00	2,13	1,18	1,81
Serv. Pes. Domic.	2,13	1,25	1,70	2,19	1,19	1,83	0,91	0,00	0,00	2,17	0,92	2,36
Ativ. Sociais	2,16	1,23	1,76	2,14	1,21	1,78	1,55	0,00	0,00	1,37	0,77	1,77
Adm. Publica	2,15	1,23	1,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	2,17	0,00	0,00	1,28	1,25	1,02	0,00	0,00	0,00	0,91	1,27	0,71

Fonte: PNAD's, IBGE.

Obs: Rendimentos em salarios-minimos de agosto de 1980

Tabela 4.13
 Grupo de Renda 4
 Distribuicao e Rendas Medias das Pessoas Ocupadas segundo Posicao na Ocupacao nos Setores de Atividade
 Regioes Metropolitanas de Sao Paulo e do Rio de Janeiro
 Ano: 1989

SETORES DE ATIVIDADE	DISTRIBUICAO DOS OCUPADOS											
	Posicao na Ocupacao											
	Com carteira			Sem carteira			Empregadores			Conta-Propria		
	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ
TOTAL	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0
Industria de Transf.	44,4	19,9	24,5	27,0	15,4	11,6	27,5	24,2	3,4	4,6	7,2	-2,5
Construcao	3,5	3,9	-0,5	5,6	13,3	-7,7	2,8	6,7	-3,9	16,5	13,0	3,5
Comercio	8,1	11,5	-3,4	19,0	21,7	-2,6	31,2	21,7	9,5	21,2	19,9	1,3
Ativ.Fin.Imobil.	8,5	8,2	0,3	3,2	7,0	-3,8	0,0	0,8	-0,8	1,7	1,0	0,8
Transp.Comun.	7,3	12,7	-5,4	6,4	3,5	2,9	2,8	0,0	2,8	8,7	6,8	1,9
Serv.T.Aux.Div.	1,5	1,7	-0,2	3,2	5,6	-2,4	12,8	17,5	-4,7	7,5	9,4	-1,9
Serv.Aloj.Alim.	1,5	1,7	-0,1	13,5	7,0	6,5	8,3	15,8	-7,6	13,9	10,4	3,5
Repar.Conserv.	1,0	1,9	-0,9	4,0	5,6	-1,6	0,0	3,3	-3,3	9,6	14,7	-5,1
Serv.Pes.Domic.	5,6	7,1	-1,5	9,5	9,8	-0,3	9,2	5,8	3,3	12,5	12,1	0,4
Ativ.Sociais	12,4	17,0	-4,5	7,1	9,1	-1,9	4,6	4,2	0,4	3,8	4,2	-0,5
Adm.Publica	5,9	14,3	-8,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	0,2	0,0	0,2	1,6	2,1	-0,5	0,9	0,0	0,9	0,0	1,3	-1,3
SETORES DE ATIVIDADE	RENDIMENTOS MEDIOS											
	Posicao na Ocupacao											
	Com carteira			Sem carteira			Empregadores			Conta-Propria		
	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ
TOTAL	5,21	3,49	1,49	5,25	3,45	1,52	5,49	3,42	1,61	5,33	3,40	1,57
Industria de Transf.	5,19	3,48	1,49	5,28	3,45	1,53	5,34	2,61	2,04	5,04	3,31	1,52
Construcao	5,16	3,56	1,45	4,46	3,39	1,32	4,55	3,18	1,43	5,07	3,20	1,59
Comercio	5,14	3,41	1,51	5,27	3,33	1,58	5,62	2,80	2,01	5,31	3,38	1,57
Ativ.Fin.Imobil.	5,30	3,48	1,52	5,78	3,61	1,60	0,00	0,73	0,00	5,36	2,28	2,35
Transp.Comun.	5,17	3,58	1,45	5,01	0,70	7,19	2,13	0,00	0,00	5,58	3,52	1,59
Serv.T.Aux.Div.	5,33	3,43	1,55	3,86	3,50	1,10	5,25	3,43	1,53	5,25	3,45	1,52
Serv.Aloj.Alim.	4,91	3,20	1,53	4,74	3,36	1,41	5,36	3,38	1,58	5,43	3,36	1,62
Repar.Conserv.	5,19	3,17	1,64	2,95	2,37	1,24	0,00	2,43	0,00	5,33	3,29	1,62
Serv.Pes.Domic.	5,44	3,45	1,58	5,77	3,32	1,74	5,79	3,69	1,57	5,49	3,59	1,53
Ativ.Sociais	5,13	3,48	1,48	5,19	3,83	1,36	5,62	1,73	3,25	5,29	3,54	1,49
Adm.Publica	5,32	3,55	1,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	5,28	0,00	0,00	2,64	3,19	0,83	1,37	0,00	0,00	0,00	3,92	0,00

Fonte: PNAD's, IBGE.

Obs: Rendimentos em salarios-minimos de agosto de 1980.

Tabela 4.14

Grupo de Renda 5

84

Distribuição e Rendas Médias das Pessoas Ocupadas segundo Posição na Ocupação nos Setores de Atividade

Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro

Ano: 1989

SETORES DE ATIVIDADE	DISTRIBUICAO DOS OCUPADOS											
	Posicao na Ocupacao											
	Com carteira			Sem carteira			Empregadores			Conta-Propria		
	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP-RJ
TOTAL	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0
Industria de Transf.	44,4	21,3	23,1	23,5	23,1	0,5	32,5	23,7	8,8	2,6	2,1	0,5
Construcao	3,4	3,6	-0,2	5,9	0,0	5,9	3,2	5,9	-2,8	5,2	0,0	5,2
Comercio	6,8	5,3	1,5	17,6	3,8	13,8	27,0	25,2	1,8	22,6	18,9	3,7
Ativ.Fin.Imobil.	15,9	16,6	-0,7	23,5	34,6	-11,1	0,0	3,0	-3,0	2,6	2,1	0,5
Transp.Comun.	3,4	6,4	-3,0	5,9	3,8	2,0	0,8	0,0	0,8	9,6	10,5	-1,0
Serv.T.Aux.Div.	1,3	0,6	0,8	0,0	0,0	0,0	7,9	5,2	2,8	5,2	3,2	2,1
Serv.Aloj.Alim.	0,0	0,3	-0,3	5,9	0,0	5,9	1,6	3,7	-2,1	3,5	4,2	-0,7
Repar.Conserv.	0,5	0,6	0,0	2,9	0,0	2,9	3,2	3,0	0,2	5,2	2,1	3,1
Serv.Pes.Domic.	9,4	11,9	-2,5	11,8	26,9	-15,2	19,8	22,2	-2,4	27,8	41,1	-13,2
Ativ.Sociais	8,1	15,2	-7,1	2,9	3,8	-0,9	4,0	8,1	-4,2	15,7	15,8	-0,1
Adm.Publica	6,8	18,0	-11,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	0,0	0,3	-0,3	0,0	3,8	-3,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
SETORES DE ATIVIDADE	RENDIMENTOS MEDIOS											
	Posicao na Ocupacao											
	Com carteira			Sem carteira			Empregadores			Conta-Propria		
	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ	SP	RJ	SP/RJ
TOTAL	19,00	14,20	1,34	17,10	15,90	1,08	20,40	14,81	1,38	19,20	13,00	1,48
Industria de Transf.	18,50	15,60	1,19	15,90	11,80	1,35	19,10	14,10	1,35	18,20	11,80	1,54
Construcao	19,80	14,90	1,33	37,40	0,00	0,00	19,60	12,00	1,63	15,80	0,00	0,00
Comercio	19,70	15,00	1,31	13,70	19,10	0,72	21,90	15,50	1,41	20,50	12,50	1,64
Ativ.Fin.Imobil.	19,50	15,70	1,24	15,80	14,20	1,11	0,00	11,40	0,00	21,90	11,40	1,92
Transp.Comun.	15,80	16,70	0,95	32,80	54,70	0,60	13,70	0,00	0,00	24,40	13,20	1,85
Serv.T.Aux.Div.	23,80	11,40	2,09	0,00	0,00	0,00	16,40	17,30	0,95	16,30	12,10	1,35
Serv.Aloj.Alim.	0,00	8,20	0,00	13,40	0,00	0,00	23,20	15,60	1,49	12,30	10,90	1,13
Repar.Conserv.	17,50	11,60	1,51	10,90	0,00	0,00	19,20	12,70	1,51	17,50	8,70	2,01
Serv.Pes.Domic.	19,10	15,80	1,21	12,40	12,80	0,97	21,40	16,40	1,30	18,70	13,60	1,38
Ativ.Sociais	20,30	13,50	1,50	20,00	15,00	1,33	22,40	13,60	1,65	18,10	14,60	1,24
Adm.Publica	17,70	9,80	1,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	8,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PNAD's, IBGE.

Obs: Rendimentos em salarios-minimos de agosto de 1980

TABELA 4.15

Distribuição dos empregados com carteira e suas rendas médias segundo os setores de atividade
Região Metropolitana de São Paulo e do Rio de Janeiro
Ano: 1989

Setores de Atividade	distribuição		diferença	renda média(*)		relação
	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP/RJ
Total	100,0	100,0	0,0	4,4	3,4	1,30
Ind.transf.	43,9	23,9	20,0	4,4	3,1	1,41
Construção	3,2	5,2	-2,1	4,8	2,7	1,78
Comércio	10,6	12,7	-2,1	3,5	2,4	1,43
Ativ.Fin.Imob.	7,3	6,5	0,9	6,6	6,0	1,10
Transp.Comun.	5,5	7,4	-2,0	4,1	4,0	1,02
Serv.T.Aux.Div.	2,7	3,7	-1,0	3,2	1,6	2,03
Serv.Aloj.Alim.	1,5	2,0	-0,5	2,7	1,7	1,57
Repar.Conserv.	2,6	5,3	-2,7	2,2	1,4	1,63
Serv.Pes.Domic.	6,0	6,5	-0,5	5,2	4,8	1,09
Ativ.Sociais	11,7	15,5	-3,8	4,1	3,3	1,24
Adm.Pública	4,9	11,2	-6,3	5,2	4,3	1,21
Outras ativ.	0,2	0,0	0,1	3,3	7,1	0,47
Domésticas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00

Fonte: PNAD, IBGE.

Obs.: Rendimentos em salários-mínimos de agosto de 1980, deflacionados pelo IPCA-IBGE.

TABELA 4.16

Distribuição dos empregados sem carteira e suas rendas médias segundo os setores de atividade
Região Metropolitana de São Paulo e do Rio de Janeiro
Ano: 1989

Setores de Atividade	distribuição		diferença	renda média(*)		relação
	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP/RJ
Total	100,0	100,0	0,0	2,6	1,6	1,61
Ind.transf.	27,7	19,3	8,3	2,4	1,6	1,57
Construção	8,7	15,4	-6,7	2,1	1,2	1,78
Comércio	18,3	17,8	0,5	2,1	1,3	1,62
Ativ.Fin.Imob.	3,3	3,8	-0,5	6,8	5,4	1,25
Transp.Comun.	3,3	2,8	0,5	3,6	1,8	1,96
Serv.T.Aux.Div.	7,2	6,9	0,3	1,3	1,2	1,14
Serv.Aloj.Alim.	9,2	7,8	1,4	2,4	1,1	2,21
Repar.Conserv.	6,5	9,1	-2,6	1,6	0,8	1,86
Serv.Pes.Domic.	6,8	6,2	0,5	2,7	3,1	0,88
Ativ.Sociais	8,3	8,5	-0,1	1,8	1,4	1,29
Adm.Pública	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
Outras ativ.	0,9	2,4	-1,5	1,6	1,5	1,09
Domésticas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00

Fonte: PNAD, IBGE.

Obs.: Rendimentos em salários-mínimos de agosto de 1980, deflacionados pelo IPCA-IBGE.

TABELA 4.17

Distribuição dos empregadores e suas rendas médias segundo os setores de atividade
Região Metropolitana de São Paulo e do Rio de Janeiro
Ano:1989

Setores de Atividade	distribuição		diferença	renda média(*)		relação
	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP/RJ
Total	100,0	100,0	0,0	12,7	9,0	1,41
Ind.transf.	29,7	23,2	6,5	12,6	8,3	1,51
Construção	3,0	6,7	-3,7	12,2	6,7	1,81
Comércio	28,0	24,0	4,1	13,2	9,3	1,42
Ativ.Fin.Imob.	0,0	1,8	-1,8	0,0	9,4	0,00
Transp.Comun.	1,8	0,0	1,8	3,0	0,0	0,00
Serv.T.Aux.Div.	12,2	11,2	1,0	7,9	6,3	1,26
Serv.Aloj.Alim.	4,7	10,4	-5,7	5,6	5,0	1,11
Repar.Conserv.	1,9	3,2	-1,3	16,0	6,9	2,31
Serv.Pes.Domic.	13,7	13,6	0,1	17,1	14,0	1,22
Ativ.Sociais	4,5	5,8	-1,3	12,5	10,0	1,24
Adm.Publica	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
Outras ativ.	0,4	0,0	0,4	1,4	0,0	0,00
Domesticas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00

Fonte:PNAD, IBGE.

Obs.:Rendimentos em salários-mínimos de agosto de 1980, deflacionados pelo IPCA-IBGE.

TABELA 4.18

Distribuicao dos trabalhadores por conta-propria e suas rendas medias segundo os setores de atividade
Regiao Metropolitana de Sao Paulo e do Rio de Janeiro
Ano:1989

Setores de Atividade	distribuicao		diferenca	renda media(*)		relacao
	SP	RJ	SP-RJ	SP	RJ	SP/RJ
Total	100,0	100,0	0,0	5,4	2,6	2,11
Ind.transf.	4,5	4,7	-0,3	4,3	2,3	1,86
Construcao	16,1	10,4	5,7	3,7	1,7	2,12
Comercio	23,3	19,2	4,0	5,3	2,5	2,09
Ativ.Fin.Imob.	1,0	0,6	0,4	11,4	4,5	2,52
Transp.Comun.	6,8	4,2	2,6	8,1	4,8	1,69
Serv.T.Aux.Div.	7,0	7,4	-0,4	4,6	2,2	2,11
Serv.Aloj.Alim.	9,4	6,7	2,8	4,0	2,5	1,61
Repar.Conserv.	16,7	30,3	-13,6	2,9	1,0	2,90
Serv.Pes.Domic.	10,0	9,0	1,0	10,0	6,9	1,44
Ativ.Sociais	5,0	4,8	0,2	9,4	5,3	1,80
Adm.Publica	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
Outras ativ.	0,2	2,6	-2,4	0,9	1,1	0,82
Domesticas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00

Fonte:PNAD, IBGE.

Obs.:Rendimentos em salarios-minimos de agosto de 1980, deflacionados pelo IPCA-IBGE.

CONCLUSÕES

A intensificação do processo de industrialização brasileira, a partir da segunda metade dos anos 50, possibilitou ao país consolidar um parque industrial complexo e integrado ao final dos anos 70. Nesse período, devido ao elevado ritmo da atividade de investimento, a economia brasileira teve um rápido crescimento de seu produto interno bruto (PIB).

Este intenso crescimento econômico ocorreu até meados dos anos 70, quando começaram a aparecer os primeiros sinais de esgotamento daquele padrão de desenvolvimento. Durante esse período, a economia brasileira foi marcada por uma acentuada concentração da renda. Este processo beneficiou muito desigualmente as pessoas e regiões. Surgiram muitos novos setores produtivos e mudou profundamente a estrutura ocupacional. Destaca-se, em particular, o fato da agricultura ter perdido participação relativa na geração de oportunidades ocupacionais, tendo sido substituída pela indústria de transformação, construção civil e uma série de atividades de prestação de serviços que se desenvolveram com o crescimento das cidades. Esta alteração da estrutura ocupacional é um dos aspectos principais da profunda transformação que ocorreu na sociedade brasileira, que, em um curto espaço de tempo, deixou de ser eminentemente rural e passou a adquirir características urbano-industriais.

A população brasileira foi marcada por estas transformações, que modificaram substancialmente o seu estilo de vida. O que chama a atenção no Brasil é que, comparativamente à experiência dos chamados países desenvolvidos, uma parcela substancial da população não participa plenamente dos padrões de consumo que caracterizam uma sociedade urbano-industrial desenvolvida.

A extensão desta exclusão social varia bastante de uma região a outra do país, sendo perceptível mesmo entre as metrópoles relativamente mais ricas, dependendo da forma de inserção de cada uma delas no processo de desenvolvimento capitalista do país.

As transformações produtivas afetaram de modo bastante diferenciado as estruturas ocupacionais das duas principais metrópoles do país, São Paulo e Rio de Janeiro. O saldo líquido deste processo pode ser avaliado examinando-se as diferenças observadas entre elas no início dos anos 80.

São Paulo foi o estado que liderou o processo de industrialização do Brasil. A concentração industrial neste estado¹ foi aprofundada com a industrialização pesada dos anos 50. Dessa forma, a região metropolitana de São Paulo é a única do país a apresentar uma elevada participação relativa do emprego formal industrial na ocupação total. Neste particular, distingue-se da estrutura ocupacional da região metropolitana do Rio de Janeiro, onde o peso do emprego industrial é muito menor, sobressaindo o papel da prestação de serviços na geração de oportunidades ocupacionais².

A maior concentração industrial em São Paulo permitiu, ainda, o desenvolvimento de uma série de atividades não-industriais que também geram emprego formal. Deste modo, a participação do emprego formal na ocupação total é muito maior em São Paulo do que no Rio. Além disso, a região metropolitana de São Paulo consolidou uma classe média mais numerosa do que a que reside no Rio de Janeiro³. O desenvolvimento industrial da região metropolitana de São Paulo abriu um espaço maior do que o do Rio de Janeiro para atividades que possibilitaram níveis de rendimento relativamente elevados. Isto ocorreu, inclusive, em algumas das atividades que costumam ser classificadas no chamado setor informal da economia.

O Rio de Janeiro, primeira capital da República e maior centro financeiro do país por mais de um século, também foi favorecido pelo surto de desenvolvimento econômico dos anos 50 a 70. Entretanto, esta

1. Ver W.Cano, Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Ed.T.A.Queiroz, São Paulo, 1977.

2. A partir de meados da década de 70, com a redução do crescimento da demanda de bens duráveis de consumo e com a implementação do II PND, a economia brasileira passou por um processo de relativa desconcentração industrial, com o desenvolvimento de pólos de industrialização em vários outros estados brasileiros. São Paulo, porém, continuou sendo destacadamente o estado da Federação de maior produção industrial. Ver C.A.Pacheco (coord.), A Dinâmica Industrial e Financeira na Especialização das Regiões, mimeo, IE/UNICAMP, Campinas, 1993.

3. Ver W.J.Quadros, O "Milagre Brasileiro" e a Expansão da Nova Classe Média. Tese de Doutorado.IE/UNICAMP, Campinas, 1991.

metrópole sentiu muito os efeitos negativos decorrentes do fato de ter deixado de ser a capital do país em 1960. Embora ainda se constituindo no principal centro cultural e turístico do Brasil, o Rio de Janeiro sofreu um apreciável esvaziamento ao deixar de ser o centro decisório e político do país, com reflexos sobre seu desenvolvimento sócio-econômico, afetando, inclusive, suas atividades industriais⁴. Uma das implicações dessas mudanças foi a redução no ritmo de crescimento do tamanho da classe média que reside no Rio de Janeiro, contrastando com o que ocorreu na região metropolitana de São Paulo. Assim, a classe média do Rio de Janeiro, embora não seja pequena, é menor do que a que reside na região metropolitana de São Paulo.

Dessa forma, no início dos anos 80 temos uma diferente composição ocupacional e de perfil de distribuição de renda em São Paulo e no Rio de Janeiro, como resultado das distintas particularidades de desenvolvimento econômico de cada uma destas metrópoles. A base ocupacional de São Paulo carrega uma parcela significativa de emprego formal (não só na indústria como também em outras atividades) ao lado de assalariamento sem carteira, de emprego doméstico e de trabalhadores autônomos de baixa remuneração. No Rio de Janeiro, por outro lado, a base da pirâmide distributiva é composta predominantemente de trabalhadores autônomos de baixíssima remuneração. Estes trabalhadores possuem rendimentos que estão abaixo, inclusive, da base do verdadeiro mercado de trabalho assalariado e dos empregados domésticos desta metrópole.

Os estratos intermediários das pirâmides distributivas de ambas as metrópoles apresentavam, no início dos anos 80, uma importante parcela

4. Nos anos 80, com a crise que assolou o país, o Rio de Janeiro foi especialmente afetado com uma acentuada perda de dinamismo econômico. São muitas as causas para que os resultados econômicos do Rio de Janeiro tenham sido tão adversos. Em trabalho elaborado por Jane S. de Oliveira, "Rio de Janeiro: a geografia dos contrastes sociais", in São Paulo em Perspectiva, Fundação SEADE, vol.4(3/4), pp.38-50, jul/dez 1990, a autora enumera alguns dos fatores que, na sua avaliação, contribuíram para que o Rio de Janeiro tivesse sentido de forma ainda mais adversa do que outras regiões do país os efeitos da crise econômica dos anos 80. Entre estes fatores estão: (a) corte nos gastos e investimentos públicos federais, afetando especialmente o Rio pois aí estão sediadas 5 das 10 maiores estatais do país; (b) economia do Rio de Janeiro é especialmente sensível a flutuações de demanda interna, por causa do elevado peso do setor terciário; (c) elite industrial do Rio de Janeiro perdeu poder político e econômico, não estando inserida nos setores automobilístico e nem no petroquímico; (d) a alta participação de aposentados (maior do que em outros estados) introduz um complicador no âmbito das transferências de renda, uma vez que é notório que estas pessoas foram das mais prejudicadas com a crise financeira do Estado; (e) crise no setor turístico e transferência da sede de numerosas instituições financeiras para São Paulo etc.

de emprego formal. No topo da pirâmide distributiva, porém, podiam ser observadas diferenças marcantes entre as duas metrópoles. Refletindo a presença de ocupações de alta renda, no setor informal, em maior proporção do que no Rio de Janeiro, São Paulo apresentava, no início da década, uma parcela mais significativa e de maior remuneração média de trabalhadores autônomos no estrato dos 10% mais ricos da população ativa.

A maior proporção e remuneração em São Paulo do que no Rio de Janeiro de trabalhadores por conta-própria no topo da pirâmide distributiva reflete o fato de que, na metrópole paulista, o perfil de renda destes trabalhadores é melhor, por causa das relativamente melhores alternativas de ocupação no setor informal geradas pelo maior dinamismo econômico desta metrópole. Este maior dinamismo econômico permite que as transferências de renda do setor formal para o setor informal sejam mais elevadas em São Paulo, tanto porque as rendas e o emprego do setor formal são maiores nesta metrópole, quanto porque existe uma maior parcela de atividades informais que prestam serviços diretamente ao setor formal e dinâmico da economia local. Além disso, a maior dimensão do emprego formal em São Paulo faz com que uma menor proporção de pessoas seja obrigada a disputar um espaço no setor informal, exercendo uma maior pressão sobre o nível de renda destas atividades. Os trabalhadores autônomos melhor remunerados de São Paulo possuem rendimentos semelhantes aos dos empregados com carteira de maior remuneração desta metrópole, estando ocupados preferencialmente nos serviços ligados à atividade industrial ou nos serviços pessoais demandados pelas camadas de alta renda.

No Rio de Janeiro, existe uma proporção maior do que em São Paulo de empregados com carteira entre os ocupados no topo da pirâmide distributiva. Enquanto em São Paulo a maior parte dos empregados com carteira de alto salário está ocupada nas grandes empresas, no Rio de Janeiro, além das grandes empresas (inclusive estatais), existe uma contribuição importante, para este universo de assalariados de alta renda, dos cargos altamente remunerados da administração pública e das autarquias que ainda continuam localizados no Rio de Janeiro.

Os espaços ocupacionais e, conseqüentemente, os níveis e perfis de distribuição de renda destas duas regiões metropolitanas se alteraram de forma diferente nos anos 80. São Paulo presenciou uma diminuição da participação relativa do emprego formal industrial, mas manteve estável a parcela do total do emprego com carteira no conjunto das oportunidades ocupacionais de sua região metropolitana. Nesta metrópole, a concentração da renda do trabalho observada nos anos 80 deu-se via elevação desproporcional dos rendimentos das camadas localizadas no topo de sua pirâmide distributiva, especialmente por causa da proliferação de ocupações de alta renda em seu setor informal. A renda média global em São Paulo não diminuiu, apesar de sua indústria de transformação ter sido o setor mais atingido pela perda de dinamismo da economia brasileira. Esta metrópole ainda conseguiu criar oportunidades ocupacionais para assalariados de alta renda em outros setores; além disso, proliferaram ocupações ligadas ao trabalho autônomo (ou seja, ocupações fora do mercado de trabalho propriamente dito) que proporcionaram altos níveis de rendimento, seja através de ligações com segmentos do setor industrial que se modernizaram (passando a demandar, portanto, matérias-primas/serviços cuja produção exige alta tecnologia e/ou conhecimento profissional específico e qualificado) ou através de prestação de serviços pessoais ou vendas de bens a camadas da população de renda média e alta.

No Rio de Janeiro, por outro lado, a deterioração do perfil distributivo ocorreu com queda generalizada do nível de rendimento, que afetou especialmente as camadas localizadas na base de sua pirâmide distributiva. Nesta região metropolitana, houve uma proliferação de ocupações de baixíssima remuneração ligadas ao setor informal, especialmente na prestação de serviços. Além disso, no Rio de Janeiro houve uma forte redução dos postos de trabalho de maiores salários na indústria ao lado de uma acentuada perda de valor real dos salários dos empregados mais privilegiados da administração pública.

O movimento da economia brasileira nos anos 80 impactou, então, de modo diferenciado nas suas duas principais metrópoles, repercutindo em mudanças pronunciadas na distribuição de renda de suas respectivas populações economicamente ativas. A recessão do início da

década deve ter tido um efeito negativo maior em São Paulo do que no Rio de Janeiro, mas, em compensação, a recuperação da atividade econômica no meio da década favoreceu em maior medida a região metropolitana de São Paulo⁵. Deste modo, no conjunto da década, o desempenho econômico de São Paulo superou o do Rio de Janeiro, acentuando as diferenças de estrutura ocupacional e de níveis de remuneração observadas no início da década. Destaca-se, em particular, a redução do peso do emprego com carteira na ocupação total do Rio de Janeiro junto com a proliferação, nesta metrópole, do trabalho por conta-própria de baixíssima remuneração. Em São Paulo, pelo contrário, a proporção de pessoas ocupadas que são empregados com carteira não diminuiu e uma parcela não desprezível do aumento do trabalho por conta-própria tem nível de remuneração relativamente elevada.

Portanto, a análise dos dados efetuada nesta dissertação confirmou a hipótese inicial segundo a qual em uma metrópole mais dinâmica o setor formal tem maior peso relativo e nível salarial mais elevado e uma maior parcela do setor informal tem alta renda, a qual, muitas vezes, se compara favoravelmente às rendas de muitos trabalhadores do setor formal da metrópole. As diferentes características assumidas pelo setor informal em metrópoles de distintos graus de desenvolvimento econômico condicionam a existência de uma expressiva diferença intermetropolitana de renda.

Comparando as rendas médias globais de São Paulo e do Rio de Janeiro, vimos que, em 1981, a diferença se deve basicamente às posições na ocupação. A estrutura ocupacional varia muito de uma metrópole a outra, mas as diferenças de renda em cada uma das posições na ocupação têm uma incidência maior na diferenciação global das rendas médias das metrópoles. Durante a década, apesar das expressivas alterações ocorridas

5. O total do emprego na região metropolitana de São Paulo aumentou 11,23% entre 1980 e 1989, segundo dados do Painel Fixo da RAIS. No Estado de São Paulo, que pode ser tomado como uma "próxi" da região metropolitana, o PIB cresceu 25,68% de 1980 a 1988, segundo dados da Fundação SEADE. Estes valores foram citados por C.A.Pacheco e C.S.Dedecca, em Emprego e Crise: uma avaliação das transformações na estrutura ocupacional do estado de São Paulo durante a década de 80, mimeo, projeto "São Paulo no Limiar do Século XXI, convênio CIA METRÔ/FECAMP, Campinas, setembro de 1990. Por outro lado, no Rio de Janeiro o PIB real cresceu apenas 0,6% de 1980 a 1989, fazendo cair em cerca de 15% o seu PIB per capita. No caso do Brasil como um todo, o PIB per capita manteve-se, neste mesmo período, praticamente estável, enquanto o PIB real cresceu cerca de 22% segundo dados da FIBGE, citados por Jane S. de Oliveira, op.cit.

na composição da estrutura ocupacional do Rio de Janeiro, aquela característica tornou-se ainda mais acentuada. Houve uma queda do nível do salário no Rio de Janeiro e um aumento de renda menor do que em São Paulo para os empregadores e trabalhadores por conta-própria. A diferença global de renda média aumentou tanto por causa da diferenciação dos salários quanto pela ampliação das diferenças de rendimento fora do mercado de trabalho propriamente dito.

A diferença intermetropolitana de renda, em 1981, podia ser atribuída, em sua maior parte, à elevada disparidade de rendimentos dos trabalhadores autônomos de cada uma das metrópoles. Ao final da década, essa contribuição da diferença de renda entre os autônomos para a diferença intermetropolitana de renda global continuou elevada vis-à-vis o peso relativo desta posição na ocupação total. É nesse sentido que destacamos a importância da diferença de renda entre os conta-própria para a ampliação da diferença intermetropolitana de renda que se conformou ao longo dos anos 80. De qualquer forma, vale destacar que a elevada diferença intermetropolitana de renda entre os autônomos está relacionada aos distintos graus de dinamismo econômico destas metrópoles, o que conformou setores formais também com diferentes níveis de renda. Durante os anos 80, ampliaram-se as diferenças salariais entre São Paulo e Rio de Janeiro, resultado que deve ter tido um impacto significativo nas transferências de renda do setor formal para o setor informal em cada uma das metrópoles.

Em ambas as regiões metropolitanas a renda mostrou-se ainda mais concentrada no final dos anos 80. No Rio de Janeiro, as ocupações fora do mercado de trabalho propriamente dito tiveram um papel importante nesta deterioração do perfil distributivo. A perda de dinamismo do mercado de trabalho formal e informal do Rio de Janeiro fez aumentar ainda mais a parcela de trabalhadores autônomos que necessitavam tentar obter algum rendimento em serviços tipicamente de baixa remuneração, como os de reparação/conservação ou nas atividades ligadas ao pequeno comércio de mercadorias - onde é bastante fácil a entrada de novos "produtores". Estas ocupações aumentaram de participação no estrato decílico mais baixo de sua pirâmide distributiva, deslocando outros segmentos caracterizados por

também proporcionarem baixo rendimento (como o emprego doméstico, por exemplo) para estratos intermediários da distribuição, deteriorando os rendimentos médios também destes segmentos da escala distributiva da metrópole do Rio de Janeiro.

Em São Paulo, por outro lado, foi possível ampliar as possibilidades ocupacionais que, embora mantidas fora do mercado de trabalho propriamente dito, estão tipicamente relacionadas ao setor dinâmico da economia, como os serviços técnicos auxiliares da atividade econômica e os serviços de transportes/comunicações prestados por trabalhadores autônomos. Estes trabalhadores puderam auferir rendimentos relativamente elevados através de sua ligação com as camadas de mais alta renda. Entretanto, devemos ressaltar que, em São Paulo, houve um rebaixamento geral dos salários industriais, aumentando a parcela destes empregados nos estratos de mais baixa renda de sua pirâmide distributiva.

Podemos concluir, portanto, que, apesar das evidentes diferenças de comportamento econômico entre cada uma das maiores metrópoles brasileiras nos anos 80, em ambas aumentaram o grau de concentração de renda e a exclusão social.

São Paulo, metrópole de maior desenvolvimento industrial do país, sentiu os efeitos da perda de dinamismo econômico brasileiro nos anos 80 e do aumento da taxa de inflação. A indústria paulista foi o setor de atividade mais afetado por aquele ambiente econômico adverso, contribuindo com uma parcela cada vez mais expressiva para o desemprego nesta região metropolitana. A queda salarial em São Paulo, ocorrida especialmente nos estratos inferiores e intermediários de sua pirâmide distributiva, foi bastante influenciada pelo comportamento dos salários na indústria. Com as crescentes altas inflacionárias, apenas uma parcela mais organizada dos assalariados da indústria conseguiu defender o poder de compra dos salários.

O ambiente inflacionário também afetou de forma diferenciada os trabalhadores das demais posições na ocupação da metrópole paulista. Entre os seus trabalhadores autônomos, muitos puderam obter expressivos aumentos reais de remuneração. Este desempenho favorável, restrito a

alguns segmentos dos trabalhadores por conta-própria, certamente foi possibilitado pelo fato de que eles indexaram seus rendimentos de uma forma mais favorável do que outros, superando inclusive os assalariados com carteira de setores mais organizados (trabalhadores sindicalizados da indústria). Esta parcela significativa de trabalhadores autônomos que puderam obter expressivos aumentos reais de seus rendimentos é constituída por profissionais qualificados ou não que têm poder de barganha para indexar sua renda de forma mais favorável perante a espiral inflacionária crescente.

Dessa forma, o favorável desempenho dos rendimentos médios dos trabalhadores autônomos dos estratos intermediários e superior da pirâmide distributiva de São Paulo foi o maior responsável para que, dentro desta região metropolitana, o rendimento médio global aumentasse no período analisado. Este comportamento dos rendimentos desta parcela de trabalhadores autônomos também favoreceu o aumento do grau de concentração de renda nesta metrópole.

No Rio de Janeiro, por outro lado, os trabalhadores autônomos apresentam um perfil setorial mais desfavorável do que o de São Paulo, por fazerem parte de um espaço ocupacional de menor grau de desenvolvimento econômico e que, além disso, sentiu de forma ainda mais negativa a perda global de dinamismo da economia brasileira no conjunto dos anos 80. Desta forma, além da perda de peso relativo do emprego com carteira assinada, houve, nesta metrópole, a proliferação de uma grande parcela de trabalho autônomo de baixa remuneração, como única alternativa ocupacional que restou para amplas camadas da população trabalhadora. Comparado a São Paulo, o Rio de Janeiro apresentou uma parcela bem mais reduzida de trabalhadores autônomos que puderam defender seus rendimentos contra a corrosão inflacionária, embora este fenômeno também tenha ocorrido no Rio.

Em suma, a perda de dinamismo e o recrudescimento da inflação da economia brasileira, nos anos 80, provocaram um aumento no grau de concentração da renda do trabalho nas duas maiores metrópoles brasileiras. Entretanto, a maneira como isto ocorreu em cada uma delas foi diferenciado, devido às diferentes características ocupacionais destas

metrópoles, que apresentam distintos graus de desenvolvimento econômico e de participação da indústria no total das ocupações.

O maior grau de organização sindical em São Paulo, ao lado de uma maior proporção de trabalhadores autônomos com condições relativamente favoráveis de fixar os preços dos bens e serviços vendidos no mercado informal, fizeram com que, nesta metrópole, tivesse havido uma parcela bem mais expressiva do que no Rio de Janeiro de trabalhadores cujos rendimentos não diminuíram frente ao processo inflacionário. Sendo assim, além de termos tido tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro uma piora significativa do perfil distributivo, aconteceu também um aumento da diferença intermetropolitana de renda do trabalho na década de 80.

BIBLIOGRAFIA

- AGARWALA, A.N. e SINGH, S.P. (orgs.) A Economia do Subdesenvolvimento, Forense, Rio de Janeiro, 1969.
- BALTAR, P.E.A. e GUIMARÃES NETO, L.. Mercado de trabalho e crise: notas para uma abordagem. UNICAMP, 1987, mimeo.
- BALTAR, P.E.A. e DEDECH FILHO, D.. "Diferenças de renda do trabalho entre as Regiões Metropolitanas", Revista São Paulo em Perspectiva, vol.4, nº 2, abr./jun., 1990.
- BARELLI, W.. "Trabalhadores Influenciam nas Decisões", Revista São Paulo em Perspectiva, 4(1):6-10, jan./mar. 1990.
- BELLUZZO, L.G.M. & COUTINHO, R. (org.). Desenvolvimento Capitalista no Brasil - Ensaio sobre a Crise. Volume 1, Brasiliense, 1982.
- BELLUZZO, L.G.M. & COUTINHO, R. (org.). Desenvolvimento Capitalista no Brasil - Ensaio sobre a Crise. Volume 2, Brasiliense, 1983.
- BRAVO, P.V.. "A distribuição da renda e as opções de desenvolvimento", in SERRA, J.(coord.), América Latina - Ensaio de Interpretação Econômica, Paz e Terra, RJ, 1976.
- CACCIAMALI, M.C.. Setor informal urbano e formas de participação na produção. Editora IPE-USP, São Paulo, 1983.
- CACCIAMALI, M.C.. "Relações entre Desemprego Aberto, Subemprego e Setor Informal em uma Economia de Industrialização Intermediária ao Longo do Ciclo Econômico". Anais do XII Encontro Nacional de Economia. ANPEC, São Paulo, 1984.

- CACCIAMALI, M.C.. "Expansão do Mercado de Trabalho Não-Regulamentado e Setor Informal no Brasil", Estudos Econômicos, vol.19, nº especial, 1989.
- CACCIAMALI, M.C.. Informalização recente do mercado de trabalho brasileiro, mimeo., São Paulo, 1989.
- CACCIAMALI, M.C.. "Desaceleração Econômica e Planos de Estabilização: impactos sobre o mercado de trabalho". Revista São Paulo em Perspectiva, vol.5(1), pp.52-58, jan/mar-1991.
- CAMARGO, J.M.. "Informalização e renda no mercado de trabalho" in SEDLACECK, G.L. & BARROS, R.P. de (eds), Mercado de trabalho e distribuição de renda no Brasil: uma coletânea, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1989.
- CANO, W..Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Ed.T.A.Queiroz, São Paulo, 1977.
- CANO, W.. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil - 1930-1970. Global Editora/PNDE, Campinas, 1985.
- CARDOSO DE MELLO, J.M.. O Capitalismo Tardio, Brasiliense, São Paulo, 1982.
- CEPAL, Economic Survey of Latin America, 1949.
- CUNHA, P.V. da. "A organização do mercado de trabalho: três conceitos alternativos", Revista de Administração de Empresas, vol. 19, nº 1, jan./mar., Rio de Janeiro, 1979.
- DEDECCA, C. S.. "Salários na indústria paulista e a questão de uma nova política salarial". Revista da Fundação SEADE - São Paulo em Perspectiva. São Paulo, vol. 1(3), 1985.

DEDECCA, C. S.. "Crescimento, Emprego e Renda". São Paulo em Perspectiva. Fundação SEADE, São Paulo, vol. 1(2), jul/set-1987.

DEDECCA, C. S. e FERREIRA, S.. "Crescimento econômico e população economicamente ativa". São Paulo em Perspectiva. Fundação SEADE, São Paulo, vol 2(3), jul/set-1988.

DEDECCA, C. S.. "Inserção no Mercado de Trabalho e Diferenciais de Renda", SEADE, mimeo., São Paulo, 1988.

DEDECCA, C. S. e FERREIRA, S.P. - "Dinâmica do Mercado de Trabalho na Grande São Paulo: inter-relação entre as variáveis do nível de ocupação e da população economicamente ativa", in SEADE/DIEESE, 1989.

DEDECCA, C. S. e FERREIRA, S.P. - "Transição Demográfica e Crescimento da População Economicamente ativa, São Paulo em Perspectiva, v.3, nº 3, pp.79-83, jul/set, São Paulo, 1989.

DEDECCA, C. S. e PACHECO, C.A. "Emprego e Crise. As transformações da estrutura ocupacional no Estado de São Paulo, durante a década de 80", Convênio Metro/Fecamp, mimeo., Campinas, 1990.

DEDECCA, C. S.. Dinâmica Econômica e Mercado de Trabalho Urbano: uma bordagem da Região Metropolitana de São Paulo. Tese de Doutorado, Campinas, 1990.

DEDECCA, C.S. e FERREIRA, S.. O Setor Informal no Funcionamento do Mercado de Trabalho Urbano, mimeo, 1990.

DEQUECH FILHO, D.. Diferenciais de renda por Regiões Metropolitanas em 1980. IE/UNICAMP. Dissertação de Mestrado, Campinas, 1991.

DOERINGER, P. e PIORE, M. "Internal labour markets and manpower analysis: a Second Look", in DOERINGER,P.& PIORE, M., Internal labour markets and manpower analysis, reedição, M.E. Sharp, Inc., Armonk, New York, 1985.

DUNLOP, John T. (ed.) The Theory of Wage Determination MacMillan & Co Ltd., Londres, 1964.

EDWARDS, R. & REICH, M. & GORDON, D. (orgs.) Labor market segmentation. D.C. Heath and Company, Massachusetts, 1975.

FERREIRA, Sinésio P.. "Emprego: a fragilidade do seu crescimento". São Paulo em Perspectiva. Fundação SEADE, São Paulo, vol. 1(2), jul/set-1987.

FIBGE. Diversos anos. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Rio de Janeiro.

HARRIS, J.R. e TODARO, M.P.. "Migration, Unemployment and Development. A Two Sector Analysis", in American Economic Review (Menasha, American Economic Association), março, 1970.

HART, K.. "Informal Income Opportunities and Urban in Ghana", in Journal of Modern African Studies, London, 1973.

HOFFMANN, R.. Contribuição à Análise da Distribuição da Renda e da Posse da Terra no Brasil. Tese de Livre Docência. ESALQ/USP, Piracicaba, 1971.

HOFFMANN, R.. E KAGEYAMA, A.. "Distribuição de Renda no Brasil: entre famílias e entre pessoas". Anais do XII Encontro Nacional de Economia. ANPEC, São Paulo, 1984.

INFANTE, R.. "Características Estruturais dos Mercados de Trabalhos Urbanos", Anais do XIII Encontro Nacional de Economia, ANPEC, Vitória, 1985.

JATOBÁ, J.. "A Dimensão Regional da Pobreza Urbana e os Mercados de Trabalho: o caso brasileiro, 1970/83" in SEDLACECK, G.L. & BARROS, R.P. de (eds.), Mercado de trabalho e distribuição de renda no Brasil: uma coletânea, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1989.

- LESSA, C. A Estratégia de Desenvolvimento 1974/1976 -Sonho e Fracasso. Rio de Janeiro, UFRJ, Tese de Professor Titular, 1978.
- LEWIS, W.A.. "El desarrollo económico con oferta ilimitada de trabajo", in: AGARWALA, A.N. e SINGH,S.P. La economía del subdesarrollo. Tecnos, Madrid, 1963.
- OIT. Employment, Incomes and Equality:a strategy for increassing productive employment in Kenia. Genebra, 1972.
- OLIVEIRA, C.A.B. e HENRIQUE, W.. "Determinantes da Pobreza no Brasil: um roteiro de estudo". São Paulo em Perspectiva. Fundação SEADE, vol. 4(2), pp.25-28, abr/jun-1990.
- OLIVEIRA, J.S.. "Rio de Janeiro: a geografia dos contrastes sociais". São Paulo em Perspectiva. Fundação SEADE, vol. 4(3/4), jul/dez 1990.
- PACHECO, C.A. (coord.). A Dinâmica Industrial e Financeira na Especialização das Regiões, IE/UNICAMP-IEI/UFRJ-FDC-FUNCEX, mimeo, 1993.
- PASTORE, J. Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil. Ed.T.A.Queiroz, São Paulo, 1979.
- PINTO, A. "Heterogeneidade estrutural e o modelo de desenvolvimento recente" in: SERRA, José (coord.) América Latina: ensaios de interpretação econômica. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.
- PREBISCH, R. "Interpretação do Progresso Econômico", in Revista Brasileira de Economia, Fundação Getúlio Vargas, n.1, março, Rio de Janeiro, 1951.
- QUADROS, W.J. "O 'Milagre Brasileiro' e a Expansão da Nova Classe Média". Tese de Doutorado. Campinas, IE, 1990.

RODRIGUEZ, O.. A teoria do subdesenvolvimento da CEPAL, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1981.

RUBERY, J.. "Structured labour markets, worker organization and low pay", Cambridge Journal of Economics, vol 2.

SABÓIA, João L.M.. "Transformações no mercado de trabalho no Brasil durante a crise - 1980/1983". Revista de Economia Política. Brasiliense, São Paulo, vol. 6(3), jul-set/1986.

SEDLACECK, G.L. e BARROS, R.P.(eds.), Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda no Brasil: uma coletânea. IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1985.

SERRA, J. "Ciclo e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra", in Belluzzo, L.G.M. e Coutinho, R. (org.), Desenvolvimento Capitalista no Brasil - Ensaíos sobre a Crise -n.o 1. Ed.Brasiliense, São Paulo, 1982.

SOUZA, P.R.. A Determinação dos Salários e do Emprego em Economias Atrasadas, IFCH/UNICAMP, Campinas, Tese de Doutorado, mimeo., 1980.

SOUZA, P.R.. Emprego, Salários e Pobreza, Hucitec - Funcamp, São Paulo, 1980.

SOUZA, P.R.. Sector Informal: evaluación crítica después de 10 años, mimeo, IFCH/UNICAMP, Campinas, 1985.

SOUZA, P.R.. O que são Empregos e Salários. Coleção Primeiros Passos, Ed.Brasiliense, São Paulo, 1986.

TAVARES, M.C.. Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira. Rio de Janeiro, UFRJ, Tese de Professor Titular, 1978.

TAVARES, M.C.. "Problemas de industrialización avanzada en capitalismo tardíos y periféricos", Economía de América Latina - Revista de Información y Análisis de la Región, nº 6, 1981.

TAVARES, M.C. e SOUZA, P.R.. "Emprego e salários na indústria: o caso do Brasil", Revista de Economia Política, vol.1, nº 1, jan/mar-1981.

TOKMAN, V.E.. "Empleo y distribución del ingreso en América Latina. Avance o retroceso?" Revista Interamericana de Planificación, jul-sept/1979.

TOLIPAN, R. e TINELLI, A.C.. A Controvérsia sobre a Distribuição de Renda e Desenvolvimento, Zahar, Rio de Janeiro, 1978.

ZAGO DE AZEVEDO, B.R.. A Produção Não-Capitalista: uma discussão teórica. FEE, Porto Alegre, 1985.

APÊNDICE

Apresentação da fonte de dados utilizada nesta dissertação

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) é uma pesquisa anual realizada pelo IBGE em todo o território nacional desde 1967, à exceção dos anos em que foram realizados Censos Demográficos.

A escolha desta fonte de dados justifica-se pelo fato da PNAD ser uma pesquisa de caráter nacional com uma desagregação de informações que a torna adequada aos objetivos propostos nesta dissertação.

A PNAD apresenta informações que permitem uma avaliação dos diversos segmentos das estruturas ocupacionais, inclusive daqueles caracterizados pela auto-ocupação e por unidades produtivas não-organizadas empresarialmente - independentemente do grau de formalização do posto de trabalho. Essa característica possibilita aferir como se processam os ajustamentos nas estruturas ocupacionais e de rendimentos em mercados de trabalho de diferentes realidades.

O trabalho de pesquisa que queremos realizar impõe a necessidade de utilização de uma fonte de dados que capte o maior número possível de formas de inserção produtiva nos mercados de trabalho. A PNAD, por ser uma pesquisa domiciliar, atende a esses requisitos.

A PNAD visa atender a variados propósitos, sendo, portanto, realizadas diversas perguntas nos domicílios brasileiros de modo a captar um amplo espectro de características sócio-econômicas tanto dos domicílios quanto das pessoas neles residentes. Sendo assim, são investigadas

condições dos domicílios, como saneamento básico, número de cômodos, forma de construção, posse de eletrodomésticos, renda total domiciliar etc., bem como as características individuais das pessoas residentes, como renda, condições de saúde, sexo, idade, forma de inserção no mercado de trabalho e outras.

Como em toda pesquisa, a PNAD define alguns critérios que servem como referência para a sua coleta de dados. O período de realização das entrevistas é, geralmente, a última semana do mês de setembro. Para efeito de análise de dados, foi considerado o mês de setembro de cada ano da década de 80¹ como mês de referência e o salário mínimo vigente nesse mês como o salário mínimo de referência². É para esse período de referência que a mão-de-obra é classificada segundo critérios de ocupação, posição na ocupação, condição de atividade, rendimentos auferidos etc.- sempre em relação ao trabalho principal.

As pessoas incluídas na PIA (população em idade ativa) são aquelas com 10 anos ou mais. Essa convenção é importante para que se possam definir as taxas de atividade.

Em casos em que o entrevistado declara possuir mais que uma ocupação na semana de referência, será considerado como trabalho principal aquele ao qual tenha sido dedicado o maior número de horas naquela semana.

Com relação aos rendimentos, são pesquisados os seus valores na forma bruta normalmente recebida, relativos ao mês de referência, tanto para o trabalho principal quanto em relação aos demais trabalhos da pessoa ocupada, quando for o caso. Também são pesquisados os rendimentos adicionais provenientes de outras fontes (por exemplo, pensão, aposentadoria, aluguéis etc.). Para os nossos objetivos, somente consideraremos a remuneração bruta do trabalho principal, pois nosso objetivo é investigar a distribuição dos rendimentos obtidos através da inserção da mão-de-obra no mercado de trabalho.

¹. A exceção foi a PNAD de 1981, cujo mês de referência é outubro, assim como o salário mínimo de referência é o daquele mês.

². Os valores dos salários mínimos de referência e outras informações importantes sobre os demais critérios para coleta e análise dos dados encontram-se na publicação Síntese de Indicadores da Pesquisa Básica da PNAD de 1981 a 1989, IBGE, RJ, 1990.

O IBGE fornece os valores utilizados para a expansão da amostra (pesos), os quais variam de região para região, de acordo com o tamanho da amostra e segundo os critérios estatísticos definidos com base em estimativas demográficas³.

Os estimadores de expansão da amostra derivam das projeções realizadas para a população residente de acordo com os tipos de área (região metropolitana ou não-metropolitana). Essas projeções basearam-se, para os dados da década de 80, no crescimento populacional ocorrido entre os Censos Demográficos de 1970 e de 1980, cujas hipóteses de crescimento estão associadas a taxas de fecundidade, mortalidade e migrações.

Os fatores de expansão (pesos) são atribuídos tanto aos indivíduos da amostra quanto também aos domicílios, de acordo com as estimativas existentes.

O processo de expansão adotado pela PNAD apresenta alguns problemas metodológicos que devem ser analisados. Seu grau de precisão para as pesquisas dos anos 80 depende das hipóteses adotadas para taxas de fecundidade, de mortalidade, migrações, projetadas por sexo e idade, tanto para o meio urbano quanto para o rural, tendo 1980 como ano-base.

Os resultados preliminares divulgados pelo Censo de 1991 revelam que algumas daquelas projeções realizadas no início da década de 80 não se confirmaram. Essas imprecisões nas expansões das amostras já foram ressaltadas por alguns profissionais que se utilizaram das PNAD's em trabalhos de pesquisa⁴.

A PNAD é realizada segundo uma amostra probabilística de domicílios. A definição das amostras é feita por sorteio estabelecido criteriosamente para apresentar consistência estatística. A seleção dos domicílios passa por três estágios distintos, gradativamente realizados até que se chegue aos indivíduos entrevistados para a investigação das características

³. Para maiores detalhes, ver : IBGE, Metodologia da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios na década de 70. Rio de Janeiro, IBGE, 1981 (relatório metodológico, IBGE, I).

⁴. Ver Diana Oya Sawyer (org.), PNAD's em Foco - Anos 80, Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, livro que reúne artigos derivados do "Seminário sobre as PNAD's", cujo objetivo foi discutir a metodologia e o potencial dessa fonte de dados. O seminário foi realizado em N.Friburgo, RJ, em junho de 1988.

da população.

O primeiro estágio da seleção - as chamadas unidades primárias - refere-se aos municípios. Os municípios são divididos em duas categorias: os auto-representativos, que participarão com certeza da amostra e os não auto-representativos, que serão sorteados, sem reposição, com probabilidade de serem escolhidos, no caso das PNAD's dos anos 80, proporcional ao tamanho da população residente segundo o Censo Demográfico de 1980.

As unidades do segundo estágio são os chamados setores censitários, os quais foram divididos para todos os municípios da amostra (os auto-representativos e os não auto-representativos que foram sorteados no primeiro estágio). Nesse caso, também os setores censitários apresentam probabilidade ponderada - ela depende diretamente do número de domicílios existentes em cada setor, ainda segundo o Censo Demográfico de 1980.

No último estágio, procede-se à seleção dos domicílios a serem pesquisados - também através de sorteio. Os domicílios presentes nos setores censitários sorteados em todos os municípios que farão parte da amostra apresentam a mesma probabilidade de serem selecionados (sorteio aleatório). Depois de sorteados todos os domicílios, poderão ser feitas as entrevistas para a obtenção das características domiciliares e individuais dos residentes.

Os dados tabulados são apresentados em fita magnética e através de publicações fornecidas pelo IBGE. Nas fitas magnéticas, a divulgação desses dados é feita na forma de registros, que estão divididos segundo dois grandes blocos : os registros de domicílios e os individuais.

Para os nossos propósitos, vamos considerar apenas os registros de indivíduos e, dentre esses, as informações necessárias para os objetivos desta dissertação. Estamos selecionando somente os registros de indivíduos pois eles se inserem no mercado de trabalho enquanto indivíduos e não enquanto família.

As características dessa fonte de dados e a forma de tomada de informações - através de entrevistas individuais - permitem captar não só o emprego formal e regular nos setores produtivos capitalistas dos mercados de

trabalho regionais mas também aquelas ocupações ocasionais e temporárias, que representam formas precárias de inserção nesses mercados de trabalho. Em suma, essa fonte de dados possibilita um estudo com a abrangência necessária para traçar um perfil de mercados de trabalho marcados por uma grande heterogeneidade.

Os dados pessoais que mais nos interessam nesta dissertação são especialmente aqueles relativos à posição na ocupação, setor de atividade e rendimento mensal - sempre relativos ao trabalho principal.

A partir de programa elaborado em linguagem SAS, para o computador de grande porte, são selecionadas somente aquelas informações que nos interessam dentro da ampla base de dados investigados pela PNAD.

A manipulação dos dados tem por objetivo montar um plano tabular básico, a partir do qual derivaremos tabelas para o estudo da evolução dos perfis ocupacionais e de rendimentos das Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro na década de 80. Esse plano tabular básico que elaboramos apresenta setores de atividade e posição na ocupação cruzados com as classes de renda. Os dados de renda pessoal referem-se aos rendimentos mensais no trabalho principal no mês anterior à semana de referência das entrevistas⁵.

Os valores presentes nas respostas dos questionários são nominais. A partir desses valores, fizemos uma deflação para torná-los equivalentes ao maior salário mínimo nacional vigente em agosto de 1980⁶.

Vale ressaltar que a comparabilidade dos dados gerais das PNAD's é bastante satisfatória, na medida em que tem havido poucas mudanças na estrutura básica das informações quanto a seus critérios de coleta e desagregação durante a década de 80, o que permite a elaboração de uma série histórica de dados anuais com quase perfeita coerência interna. É interessante reforçar que esta característica dos dados da PNAD torna-a adequada aos nossos propósitos, que exigem um estudo da evolução, ao longo da década, dos ajustamentos ocupacionais e dos níveis de rendimentos

⁵. Esses dados de rendimentos mensais foram reduzidos a uma base comum para todas as tabulações realizadas. Essa base comum está dada em quantidades do maior salário mínimo nacional vigente em agosto de 1980.

⁶. Para ficar coerente com os valores do Censo de 1980.

nos mercados de trabalho.

As informações das PNAD's encontram-se suficientemente desagregadas para permitir uma comparação das características regionais específicas dos mercados de trabalho metropolitanos, especialmente quanto à forma de inserção produtiva nas estruturas ocupacionais e nos setores de atividade.

Apesar dessa desagregação, a classificação de ocupações por setores de atividade revela algumas dificuldades, impostas pelo fato de que essas informações são obtidas através de entrevistas individuais, as quais podem apresentar respostas imprecisas em alguns casos.

Os dados de rendimentos merecem uma detida análise para os propósitos de nosso trabalho. Além dos critérios de expansão das amostras (que apresentamos acima, juntamente com algumas críticas), são nos dados sobre níveis de rendimentos que residem as maiores críticas metodológicas das PNAD's, o que tem sido objeto, inclusive, de intenso debate entre os usuários dessa fonte de dados e estudiosos em geral⁷.

Não podemos perder de vista, porém, que qualquer forma de coleta de dados de rendimentos apresenta problemas cuja solução completa é quase impossível. Entendemos que todas as limitações da PNAD quanto à forma de investigação de rendimentos individuais do trabalho estão presentes em qualquer outra pesquisa que se destine a recolher dados de rendimentos.

De modo geral, as informações baseadas nas respostas individuais dos entrevistados apresentam limitações que devem ser bem analisadas.

Em primeiro lugar, devemos lembrar que, dadas as diversificadas formas de inserção da mão-de-obra nas estruturas ocupacionais dos mercados de trabalho metropolitanos, existem algumas ocupações cuja periodicidade das remunerações é diferentes das mais comumente encontradas - as remunerações mensais. Aqueles indivíduos que recebem semanalmente, ou mesmo os "diaristas", podem, muitas vezes, ainda que tenham sido alertados

⁷. Ver Diana Oya Sawyer (org.), *PNAD's em Foco - Anos 80*, op. cit.

pelos entrevistadores, passar informações imprecisas ou até mesmo equivocadas quando solicitados a fornecer o total mensal de seus rendimentos referentes ao trabalho principal, conforme os critérios estabelecidos pela PNAD. Há também aqueles trabalhadores que auferem rendimentos de forma indefinida quanto à periodicidade, o que pode lhes dificultar o fornecimento de uma resposta mais precisa e realista sobre seus níveis de rendimentos mensais.

Uma vez que os dados foram coletados em período (década de 80) marcado por forte aceleração inflacionária, temos que considerar, então, mais um fator de imprecisão das informações de rendimentos. As respostas dos entrevistados podem conter algumas distorções nos valores nominais declarados, em razão de dificuldades de cálculo em períodos de forte aceleração inflacionária, especialmente nos últimos anos da década.

Em segundo lugar, deve-se lembrar que, embora haja um critério claro nos questionários das PNAD's para que as declarações das rendas sejam realizadas na sua forma bruta, no sentido de que não sejam excluídos impostos ou gastos gerais com o próprio trabalho, podem surgir dificuldades de precisão de alguns valores de rendimentos declarados, especialmente daqueles que são trabalhadores por conta própria e que podem ou não - e isso é muito difícil de precisar - descontar os custos inerentes às suas ocupações.

Em terceiro lugar, a declaração de renda de proprietários também pode apresentar imprecisões. Sabe-se que proprietários têm rendimentos derivados do "Pró-labore" mas também derivados de lucros de capital, sendo que esta última forma de rendimentos poderia ser declarada como renda adicional. A imprecisão na coleta de informações dos proprietários deriva também da reconhecida tendência existente de sub-declaração de seus rendimentos, o que, de resto, também é muito comum entre os assalariados de altas rendas.

Esses problemas relacionados ao viés de sub-declarações estão igualmente presentes em todas as PNAD's e não se constituem, portanto, em empecilho ao caráter comparativo dos dados ao longo da década. Não nos interessa, exatamente, saber quais os níveis absolutos de rendimentos de

todas as camadas presentes nos mercados de trabalho, mas estudar a variação relativa de seu perfil ao longo da década.

As observações e críticas apresentadas acima não desmerecem a base de dados escolhida. Pelo contrário. Esta mostra-se adequada e suficiente para nossos propósitos nesta dissertação, dada sua coerência ao longo dos anos e sua possibilidade de captação de características das ocupações em todos os setores de atividades e de todas as formas (precárias ou não) de inserção em mercados de trabalho regionais heterogêneos e complexos.

Além disso, os dados de renda, depois de manipulados por deflatores e reduzidos a uma base comum (no caso, ao maior salário mínimo de agosto de 1980) permitem, apesar das limitações acima citadas, uma suficiente comparabilidade ao longo dos anos e, conseqüentemente, torna-se possível a elaboração de um quadro bastante representativo da evolução dos perfis de rendimentos individuais nas diversas conjunturas econômicas em mercados de trabalho de diferentes realidades.